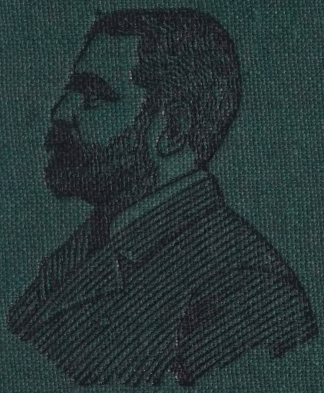
Obras de Oliveira Martins



Portugal nos Mares

ORTUBAL-HDS-MARESK
PARTIAL TITLE

THE LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF
NORTH CAROLINA

ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES

G282
.O 5
1924
v. 2

This book is due at the LOUIS R. WILSON LIBRARY on the last date stamped under "Date Due." If not on hold it may be renewed by bringing it to the library.

DATE DUE	RET.	DATE DUE	RET.

J. P. OLIVEIRA MARTINS

PORTUGAL NOS MARES

Ensaios de Crítica, História e Geografia

VOLUME II

1.ª EDIÇÃO PÓSTUMA

PARCERIA A. M. PEREIRA
LISBOA

PORTUGAL NOS MARES

TYPOGRAPHIA DA PARCERIA
ANTONIO MARIA PEREIRA
— RUA AUGUSTA, 44, 46 E 48 —
LISBOA

G282
.O5
1924
v.2

PORTUGAL
NOS MARES

Ensaios de Critica, Historia e Geographia

POR

J. P. OLIVEIRA MARTINS

VOLUME II

1.ª EDIÇÃO, POSTHUMA

1924

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA
LIVRARIA EDITORA
Rua Augusta — 44 a 54
LISBOA

ADVERTENCIA

ADVERTENCIA

Quando da publicação posthuma das *Cartas Peninsulares* (1895), meu Pae, o Dr. Guilherme de Oliveira Martins, precedeu-as de um esboço biographico do auctor.

Nesse mesmo anno publicou «Os Ultimos dias de Oliveira Martins», comemorando o primeiro aniversario do falecimento de seu irmão (24 8-1895); tendo em vista, como diz, na pequena advertencia, com que precedeu a sua narrativa «honrar a sua memoria e fornecer bases seguras, aos que quisessem de futuro, occupar-se da sua vida e das suas obras.»

Mais tarde em 1902, fundou o premio escolar «Oliveira Martins» nas oficinas de S. José de Lisboa, tendo sido n'essa mesma data, inaugurado o retrato deste distincto homem de letras na oficina de marcenaria deste estabelecimento de ensino.

Publicou o «In Memoriam» em que colaborou o Ex.mo Senhor Dr. Jayme Magalhães de Lima, amigo de meu pae e grande admirador de Oliveira Martins, e em cuja introducção elucidativa, se lê: «Será pois o producto desta edição destinado a adquirir um modesto capital, cujo rendimento se transformará em uma ou mais ferramentas que devidamente marcadas, constituirão o premio Oliveira Martins...» Em 1910 com a mudança do regimen, este estabelecimento modelo, foi obrigado a encerrar, deixando como é de ver, de ser distribuido este premio.

Em 1915 teve conhecimento de que uma pequena associação de rapazes do Liceu Pedro Nunes tomára o nome de

seu Irmão. Pensou em formar um novo premio escolar. Expondo o seu plano ao então reitor, S. Ex.ª concordou e o premio foi instituido, tendo meu Pae escripto um discurso que não pôde pronunciar por motivos alheios á sua vontade, e que publicou num pequeno folheto, que particularmente distribuio. Este premio ainda hoje se distribue.

Em 1916, teve conhecimento, tambem, da fundação da «Escola Commercial Oliveira Martins», creada pela Associação Commercial do Porto, tendo então instituido, um novo premio «Oliveira Martins» que tambem ainda hoje se distribue.

Em 1919, colaborou no Almanach Illustrado da Parceria Antonio Maria Pereira, produzindo um artigo intitulado «Oliveira Martins».

Neste mesmo anno de 1919, por iniciativa da viuva de seu Irmão e com o seu auxilio, inaugurou na casa da Calçada dos Caetanos, n.º 30, casa onde Oliveira Martins faleceu, uma lapide

comemorativa do 25.º aniversario da morte do ilustre publicista — Mais uma vez meu Pae, falou acerca de seu Irmão, com palavras de profundo sentimento.

Publicou então um outro folheto, intitulado «Lapide Oliveira Martins».

Nessa lapide leem-se as seguintes palavras:

N'ESTA CASA FALLECEU
A 24 DE AGOSTO DE 1894
O ILLUSTRE HISTORIADOR PORTUGUEZ
JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA MARTINS.
BEM SERVIU E HONROU A SUA PATRIA
A SUA MEMORIA DEVE SER ABENÇOADA.

Fazendo a rezenha de tôdas as comemorações e demonstrações de afecto, quer de minha tia D. Victoria de Oliveira Martins, quer de meu Pae, eu quero salientar-vos, Ex.mos leitores, quanto pôde a dedicação, a estima e o reconhecimento, d'aqueles que em vida d'Oliveira Martins, lhe foram queridos, e devedores, e que após a sua morte jamais o esqueceram.

Findaram por aqui as manifestações de apreço, tanto de minha tia, como de meu Pae, pois que Deus os chamou á sua presença (2-9-921 e 17-10-920).

Morreram santamente e christanmente, como santa e christanmente, viveram, prodigalisando o bem.

Quando do falecimento de meu Pae, um seu amigo, o Director do Instituto de Anatomia Patologica da Faculdade de Medicina de Lisboa, E. E. Franco, escrevia na *Medicina Contemporanea:*

«Sob muitos pontos de vista pelas qualidades de alma, elle pode ser comparado a Joaquim Pedro, delle se pode dizer o que elle proprio dizia do grande Irmão: «Na nossa memoria vive como um justo um bom, um humanitario.» A elle se applicam as palavras da lapide comemorativa de Joaquim Pedro de Oliveira Martins «a sua memoria deve ser abençoada».

Hoje, quiz o destino, que desconhecido e inexperiente, educado nesta escola que pretendo seguir — a do reco-

nhecimento—vos venha apresentar modestamente uma das ultimas obras de Oliveira Martins — *Portugal nos Mares*, volume II.

Apresentando-vos esta obra eu quereria ter expressões solenes, para vos demonstrar, quão grande é a minha alegria, em succeder, ainda que modestamente, a paladinos tão devotados de uma causa tão nobre e justa — a exaltação dos nossos.

Não me compete a mim, nem para isso teria conhecimentos nem valimento, um estudo, uma ideia sequer, acerca do homem eminente, que aos outros cabe estudar e discutir; apenas me compete seguir a linha de conducta que meu Pae iniciou — elucidár-vos no que o conhecimento intimo do historiador vos possa interessar.

Extranho será para quem esta obra ler, o seu aparecimento, 29 annos após a morte do seu auctor, porém a explicação é simples. Oliveira Martins morreu e o seu gabinete de estudo ficou tal

qual estava; no socego daquele gabinete, nós teriamos a ilusão de que o escriptor saira e de que voltaria breve —ninguem ali tocou. Neste silencio de morte decorreram 27 annos, desde a morte de J. P. de Oliveira Martins até á da sua viuva (1894 a 1921).

Foi quando da remoção da bibliotheca, que por determinação testamentaria, foi entregue ás Missões Ultramarinas, que encontrei este trabalho compilado por meu Tio.

Apressei-me, em tratar da sua publicação, coadjuvado pela Parceria Antonio Maria Pereira, que tanto se tem interessado pela obra de Oliveira Martins, pretendendo não somente engrandecer a obra do escriptor, mas tambem fornecer mais elementos, elementos valiosos, aos investigadores illustres do passado glorioso da nossa Patria.

Apresentadas as razões explicativas do aparecimento desta obra posthuma, tristemente vôlvo, o meu olhar, sobre o campo santo, onde dormem, para

sempre: o que me deu o ser, em campa raza, humilde, como humilde quiz passar a vida inteira. Em vetusto monumento, Oliveira Martins, —o sabio — a sua mulher, e a sua mãe.

Sobre a campa, se ergue, vulto extranho de mulher, — é a Historia — nas mãos sustenta um livro aberto, — e o livro?

Talvez o do destino dum pôvo que o sabio tristemente profetisou.

Lagrimas tem nos olhos o vulto extranho, lagrimas de tristeza pelo presente, que o seu olhar mudo contempla, lagrimas de saudade pelo passado.

Sentinela vigilante dos mortos, guarda os restos dos que foram... mas será licito ainda, caminhar alem?... a alma não morre, nunca se extingue, será dado ao luctador que passa, olhar lá desse mundo desconhecido o que vae por este? Por certo não, porque se assim fora, a morte não seria o repouso dos que lutaram, seria a continuação incorporea, disto que sômos em vida e

deixaria a face palida do moribundo de ser a expressão do eterno repouso em Deus.

A advertencia está finda — 29 annos passaram já, que o evocador do glorioso passado de Portugal se finou, porém, mais uma vez vamos vêr o seu poder de magico ressuscitador, reviver o passado, levantando os mortos dos seus ataúdes, revivendo as caravellas do Infante de Sagres, soltas as suas velas ao vento, descendo o Tejo, que eu vejo além correr sereno, cantando a sua eterna canção de saudade, com as suas margens banhadas de infinita luz. 29 annos passaram ainda que se finou o critico audaz, do Portugal Contemporaneo, condenando um passado cheio de aventuras crueis que definharam e enfraqueceram a nação portugueza. 29 annos passaram ainda que o trabalhador incansavel pretendeu bem servir a nação empobrecida; porem morreu, e a sua obra não frutificou. Deus permita que de futuro, os seus exemplos de

trabalho, frutifiquem, resolvendo assim o problema gravissimo da crise nacional que de ha tanto se arrasta, definhando e apoucando o Portugal glorioso de outr'ora.

Lisboa, 17 de Janeiro de 1924.

Francisco d'Assis d'Oliveira Martins.

I

ATENEO DE MADRID

NAVEGACIONES

Y

DESCUBRIMIENTOS DE LOS PORTUGUESES

ANTERIORES AL VIAJE DE COLON

CONFERENCIA

LIDA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 1891

SEÑORES

De todo corazón agradezco la honra que el Ateneo me dispensa eligiéndome para narrar á esta Asamblea ilustre lo que fueron las navegaciones portuguesas anteriores al viaje de Colón. Quiso el destino que Portugal rehusase los ofrecimientos y resistiese á las tentaciones del gran navegante que dió á Castilla las Américas ¿quién sabe? para que en esas propias Américas, simultáneamente labradas por nosotros, estos dos pueblos hermanos apareciesen también vecinos y también hermanados por los vínculos luminosos que los enlazan sobre los pedestales de la Historia.

Cuando se observa, señores, el contorno de la Península hispana delineando un cuadrado casi perfecto, y en ese cuadrado la zona portuguesa que bordea, aunque incompletamente, la faz occidental, desde luego se comprende cómo los pueblos de la España, separados en varios reinos, que al fin vinieron á fijarse en dos, representan en el mundo uno solo y igual pensamiento, una sola y soberana acción.

Ese pensamiento y acción se realizaron en los descubrimientos ultramarinos, que también

estaban indicados como destino á las naciones poseedoras de la Península extrema del occidente europeo. Cualquiera que fuese el carácter psicológico de esos pueblos, el hecho físico de su localización litoral, determinaria la naturaleza de su papel histórico. Asi es que vemos á los frisios y á los jutes, ramos de la familia germánica, tan diversa por temperamento de la española, concurrir con ella en la exploración ultramarina, por lo mismo que también les fué destinado en Europa un lugar litoral sobre el mar del Norte.

Pero si la fuerza de las cosas asi impelia á las naciones peninsulares, no por eso cada una dejaba de colaborar en la obra común con sus dotes y cualidades peculiares. Mientras el castellano iniciaba de un golpe su empresa, rasgando de parte á parte el Océano en esa aventura genial de hace cuatro siglos, nosotros los portugueses ibamos pausada y pacientemente á lo largo de las costas africanas ó de isla en isla, en ese propio mar que Colón surcó como un rayo, caminando paso á paso, avanzando siempre, con una audacia tan perseverante como prudente.

Un mismo destino, un mismo norte, una única ambición nos movia, no obstante, á ambos: era la India. Y cuando cada una de las naciones peninsulares halló sus Indias, el carácter del dominio, la naturaleza de la ocupación y las fisonomias de los héroes de ambos países, siempre iguales en el espíritu proselítico, siempre idénticos en la acción dominadora, encuentran, sin embargo, fórmulas diversas con que se acentúan de un modo imposible de confundir.

Y todavia, de cualquier forma, con la candidez y con la audacia, con férrea violencia, y con tenacidad de bronce, con el amor y con el imperio; cada cual con sus dotes propios, caminábamos ambos á un destino común, colaborando en una idéntica empresa, coronándonos recíprocamente con una aureola de gloria que marcará en todo y siempre, mientras haya memoria de hombres, nuestros pasos por el teatro infinito de los siglos.

I.

Señores: Ya nadie hoy se atreve á suponer que hechos tan considerables como fueron las navegaciones portuguesas de los siglos XIV y XV pudiesen brotar abruptamente de los planes y del genio de un hombre, aunque ese hombre fuese, como fué, grandemente heroico el infante D. Enrique. La señal de los héroes es la intuición con que sienten y perciben pulsear el alma de un pueblo, y encarnándola en si, se vuelven como símbolo nacional. Por tal motivo, mucho tiempo pasaron por creadores.

No es así. El viejo aforismo *ex nihilo nihil*, en punto alguno se demuestra más exacto que en éste; y asi es que, antes de acercarnos nosotros á la figura grandiosa del infante D. Enrique, hemos de estudiar con minuciosa paciencia el desenvolvimiento colectivo y obscuro de los elementos con que pudo y supo levantar el edificio de gloria suma de toda la España, porque fué de ese nido de águilas plantado en Sagres que salieron todos, absolutamente todos los navegantes peninsulares.

En los períodos crueles de casi completa

anarquia y de un decaimiento universal de las fuerzas y de la riqueza de la España romana, sus costas y sus puertos eran constantemente asolados por los piratas que en el mar repetian los robos de la gente de armas en tierra. Los vikings normandos descendían de los mares del Norte y venian á rodear España, (1) siendo

(1) A primeira descida dos *vikings* normandos ás costas da Hespanha data de 844. São os escriptores arabes que d'ella nos deixaram noticia: tres chronistas, Ibn-al Kutia que morreu em Cordova em 977, Ibn-Adhari que escrevia tambem na capital arabe da Hespanha pelo mesmo tempo, e Nowairi, tres seculos posterior.

O primeiro autor conta como os *Madjus*, assim os arabes denominavam os piratas normandos, depois de saquearem os arrabaldes de Lisboa, tinham ido até ao Guadalquivir, fazendo incursões depredadoras nas veigas da Andaluzia, contra Cordova, contra Moron, contra Sevilha que tomaram sendo a custo repellidos e obrigados a reembarcar. V. o texto de Ibn-al-Kutia, em Dozy, *Recherches sur l'hist. et la litt. de Esp. pendant le Moyen Age*, Leide, 3.ª ed. 1881, app. XXXIV, do ms. de Paris, *anc. fonds*, n. 706, fl. 26 r., 27 v.

O segundo autor conta como chegando a Cordova aviso do desembarque dos normandos em Lisboa, chegou logo a noticia da perda de Sevilha. Traziam os *Madjus* oitenta navios e «dir-se-ia que tinham coalhado o mar de aves cor de sangue, como tinham enchido o coração dos homens de aprehensões e angustia.» Tinham desembarcado em Cadiz e subido até Sevilha que cercaram, tomaram de assalto e saquearam. Depois de varios accidentes, os arabes conseguiram dominar a invasão exterminando parte dos *Madjus*, matando-lhes o chefe, e queimando-lhes cincoenta navios. Os restos da expedição largaram, fugindo, por mar. Durara quarenta e dois dias o episodio.

O terceiro dos chronistas arabes não adianta aos anteriores, senão em dizer que um troço de normandos veiu reunir-se aos restos da expedição em Lisboa, pelo caminho de Faro e Beja. De Lisboa os navios restantes partiram não havendo mais noticia d'elles Fabricius, *La pr. inv. des normands. etc. Mem.* do Congr. Or 1892, Soc. geo. Lisboa.

el terror constante de la playa galaico-lusitana. Pasando más allá é internándose por el mar del Calpe en el Mediterráneo, iban hasta la región del Pirineo austral, á establecer allí ese estado efímero, cuya historia Dozy sacó de las crónicas árabes (1).

Á los normandos se unieron los árabes vecinos, desde que, á partir del siglo VIII, la espada victoriosa de Alfonso I expulsó á los moros para el sur del Vouga, y claro es que en tales condiciones, ni la pesca, ni el cabotaje, esos dos primeros rudimentos de la navegación, podian medrar. Es lícito afirmar sin recelo que, tomando este momento como punto de partida, asistimos al primitivo desarrolo del movimiento que nos ha de dar como expansión culminante, los viajes épicos de Colón, de Gama y de Magalhães.

El primer momento de la reacción, la primera *simiente*, lavemos cuando, reconquistada la Galicia y con ella Oporto, el Obispo de Compostela, Diego Gelmires, inicia la organización de fuerzas navales que resistan á la piratería de los moros, asoladora en toda la costa, desde Sevilha hasta Coimbra, *ab Hispali usque ad Cohimbriam*, como dice la *Historia Compostelana*. (2) El obispo Gelmires contrató genoveses porque los italianos ejercian en esas épocas el papel que en la antigüedad los griegos y los fenicios habian tenido. Eran los hombres de mar, conocedores de sus secretos, domadores de sus caprichos. Eran los pilotos que habían, á través del Mediterráneo, llevado á buen puerto la

(1) *Rech. etc*, II, 271 e segg.
(2) I, 103, II, 21 e 75, III, 28.

primera cruzada en el año de 1096. Eran, como la crónica dice, *optimi navium artifices, nautæque peritissimi :* (1) eran los primeros marineros y constructores navales.

Efectuada la separación de Portugal, consumada la conquista de la línea del Tajo, y después del Sado, con la toma de Lisboa y de Alcacer, la nueva monarquia portuguesa, desde sus primeros momentos, reconoce que, habiéndola cabido en el reparto la zona litoral del occidente hasta el Algarve, esto es, hasta donde esa zona termina, su fuerza, su destino y la primera urgencia era poseer una marina, (2) no para defensa solamente, como la

(1) *Hist. Compostel.* II, 75. O bispo Gelmires deu o commando das galés *quas vulgus galleas vocal*, ao pisano Fuxon. Em 1169 ha em Vigo cinco vasos de guerra equipados (*Esp. sagr*, XXII, doc. IV, p. 93). No Minho *per quod Sarraceni et Normani frequentius solebaut entrare (Ibid.* docc. II, p. 250) faziam-se tambem armamentos. «Ipse rex (Ordoño II) *excitabit naves* in portugal cum suos comites lucido uimarani et roderico luci eremitam uisitare ipsum episcopum.» (*Port. mon. hist. dipl. et ch.* doc. XXV). Se no Minho as incursões de piratas eram mais frequentes, no Douro não deixavam reconstruir o Porto. E quando no fim do X seculo, Almançor fez a sua campanha de Compostella, *gaswât* fulminante que assolou todo o noroeste da Peninsula, ao mesmo tempo que o seu exercito subia de Coimbra por terra, uma esquadra de galés vinha de Alcacer-do-Sal (que então não tinha ainda o seu nome portuguez e se chamava Kassr-el-fetah, o castello-da-porta) assaltar o Porto, destruindo-o mais uma vez.

(2) Logo do tempo de Affonso Henriques, as chronicas resam das façanhas de D. Fuas Roupinho que bateu os mouros no cabo de Espichel, correndo a costa até ao Algarve e indo aportar a Ceuta. D. Sancho I manda á conquista de Silves quarenta galés portuguezas de conserva com as cincoenta de cruzados inglezes, flamengos, allemães e dinamarquezes (1180); em 1250 D. Affonso III põe cerco a Faro e a tão fallada expedição de Sevilha é de 1266.

del Obispo de Compostela, sino también para consumar la reconquista en la parte meridional del reino. Así el destino necesario del pueblo portugués se acentuaba pronto en las condiciones de su emancipación política, al mismo tiempo que las Cruzadas, restableciendo la navegación internacional de los mares del Norte hacia el Mediterráneo, y viceversa, mostraban la importancia excepcional de los dos grandes puertos de la costa portuguesa: Oporto y Lisboa.

Vese, pues, señores, que aunque no hubiese aún marina militar organizada; aunque los cruzados y sus armadas fuesen nuestros auxiliares constantes, ya también por mar se iba repitiendo la lucha duramente peleada en tierra. ¿Y cómo podria suceder esto, si no hubiese ya en la ciudades y villas maritimas una población activa y barcos numerosos? Los había, y ya en frente de la costa lusitana los pescadores singlaban en el mar, y ya las comunicaciones entre los varios puertos eran frecuentes. En Oporto pescaban la ballena, que aun entonces habitaba nuestros mares; en el Algarve pescaban el coral, y el atún en armazones de almadrabas construidas por maestros sicilianos y genoveses. (1) Estas pesquerias de Lagos fueron el principal vivero donde, un siglo después, el infante D. Enrique reclutó el personal de sus expediciones.

(1) V. sobre as pescarias o tom. I, p. 227-49. Os *dizimos do mar* são já mencionados no testamento de Affonso III: «Et dizimas omnes *tam maris* quam terrae, etc,»—Sousa, *Hist. Geneal. Provas*, I. Cf. sobre o commercio maritimo nacional, em J. P. Ribeiro, *Diss. chron, e crit.* doc de 1253 (E 1291) do arch. nac. III, app. n. 21, p. 59.

Era natural, por tanto, que los reyes de nuestra primera dinastia quisiesen consolidar en el mar una fuerza que ya entonces, después de consumada la reconquista, era completa en tierra. Habia colonias de pescadores y marineros, habia barcos, habia mar; pero faltaba quien en ese mar supiese navegar y combatir, y quien supiese construir navios.

Para la defensa y colonización de la tierra habian los reyes multiplicado las donaciones á naturales y extranjeros, llamando las órdenes monásticas militares internacionales y repitiendo los señorios hereditarios. Pero el mar no habia quien lo defendiese y explorase; y la idea de repetir sobre él lo que se practicaba sobre la tierra, debia ocurrir obviamente. Había que conceder la frontera del Océano.

Fué lo que se hizo, en tiempo del rey D. Diniz, contratando el almirantazgo, como entonces se decia á la moda árabe, con el genovés Pessaña (1). Dos siglos después, el Rey de

(1) 1322 V. os termos do contracto em Sousa, *Hist. Geneal. Provas* I. O primeiro é de 1317 (E 1355) reduzido a escriptura em 1322 (E 1360). Cf. Severino de Faria, *Not. de Port.* II, § 13. Encontra-se tambem o contracto na *Mon. lusitana*, V, 12. O almirantado reproduzia, para o mar, os termos ordinarios das doações de condados e fronteiras. Era hereditario O almirante obriga-se a ter sempre vinte marinheiros genovezes, pelo menos; e o rei obriga-se a não o mandar saír dos portos com menos de tres galés. Do papa obtem o almirante o dizimo dos rendimentos ecclesiasticos por tres annos para subsidio da creação da marinha de guerra portugueza. As galés dos Pessagnas, isto é, as armadas portuguezas, começaram a figurar nos mares protegendo contra os piratas as naus dos mercadores e as barcas dos pescadores. Assim como os contingentes das tropas nacionaes appareciam nos exercitos onde se congregava a gente hespanhola contra os mouros, como succedera no dia do Salado, assim tambem as

Portugal, repetia lo que hiciera el Obispo de Compostela, Gelmires.

Y asi como á la sombra de las ya remotas medidas defensivas vimos nacer y crecer la vida del litoral, asi ahora vemos esparcirse rápidamente las navegaciones. Hay ya en Oporto un comercio activo con la Flandes; ya se envia sal á Francia. Celébrase el tratado que Lisboa y Oporto pactan, por cincuenta años, con Eduardo III de Inglaterra para la pesca en los mares de los dos paises (1). Se mandan plantar lasdunas de la costa, creándose el vasto pinar de Leiria, aun hoy propiedad nacional, para abastecer los arsenales ó *taracenas* establecidas, tanto en Lisboa como en Oporto.

Y entre las varias empresas navales, de estos tiempos hay una que muy especialmente llama nuestra atención. Es la que por dos veces, en los tiempos del rey Alfonso IV, se extendió en el mar hacia el Sur en demanda de las Canarias. Es este el primer viaje de des-

armadas portuguezas, nas expedições de 1340 e 1342, de conserva com as de Castella e de Genova impedem a passagem dos mouros que pelo estreito de Gibraltar, pretendiam ir contra Algeziras. Em 1364 a armada portugueza vae em auxilio de Pedro-o-cru de Castella contra o aragonez; e em 1369, na guerra de Castella a bordo das nossas galés commandam Pessagna e Grimaldi, a bordo das castelhanas commanda Boccanegra.

D'entre todas as expedições navaes dirigidas e commandadas pelos Pessagnas as que mais particularmente interessam ao assumpto são as viagens de 1336 e 1341, no tempo de Affonso IV as Canarias, de que n'outro logar tratamos.

(1) V. Orden. aff. IV, 5; o tratado de Ed. III, nas *Mem. da Academia* de Lisboa IV, 330 n. 6, tambem Lobo, *Mem. Econ.* IV, p. 332 e segg.

cubrimiento, si es que acaso el conocimiento de la existencia de las Canarias alguna vez se llegó á obscurecer del todo. Sabemos de esa expedición, ó por lo menos de su proyecto, por la carta del Rey de Portugal á Clemente VI.

Y para concluir esta primera parte de nuestro discurso, ya que asistimos al desenvolvimiento embrionario de la marina portuguesa, réstanos ver ahora lo que era Portugal marítimo en la época inmediatamente anterior al periodo de las navegaciones.

Por los datos conocidos del tiempo del rey D. Fernando, el tráfico maritimo de Lisboa no debia bajar de 250 á 300 mil toneladas. Era ya un gran puerto comercial. Era ya una gran ciudad de muchas y desvariadas gentes, como dice Fernán Lopes. Había allí *estantes* y residentes de varias tierras y casas comerciales de multiplicadas naciones: genoveses, lombardos, aragoneses, mallorquines, milaneses, corsos, vizcaínos, disfrutando privilegios y exenciones de que los reyes no eran avaros. Los navios iban y venian de Lisboa á Inglaterra, á Italia (1) cruzando por el mar del

(1) Nos *Atti della Soc. Ligure di Storia Patria* (vol. XXIII, 2) publicou o sr. Peragallo o traslado do tratado de paz de 25 de outubro de 1370 celebrado entre a Senhoria de Genova e o rei de Portugal, D. Fernando. O conflicto nascera do apresamento de certos navios *capte et arrestate fuissent quedam cocha sive carracha* genovezes pelas naus de Portugal, e tendo D. Fernando rompido a sua primeira guerra com Castella necessitava, não só de evitar que as galés de Genova fossem ajudar o inimigo, como que o auxiliassem a elle proprio, como succedeu. Para esta guerra, o rei «deitou ao mar huma esquadra de trinta náos grossas e vinte e oito galés, todas portuguezas, com mais quatro galés de Genova que tomou el-rei a soldo a um mercador Rainel Grimaldo, os quaes... ha-

Norte y por el Mediterráneo, llevando los productos agricolas nacionales y trayendo tejidos y manufacturas.

Ahora bien; cuando nosotros pensamos, señores, en los horizontes nuevos que, por un lado las Cruzadas, por otro y principalmente el contacto íntimo con los moros, en la larga epopeya de la reconquista, abrieron al instinto del comercio; cuando sabemos cómo los árabes habían llenado la España de ricos productos del Oriente, y que el lujo de las cortes moriscas de Sevilla y Granada era imitado en las cristianas; cuando observamos el pensamiento definido de fomentar el comercio marítimo, y cuando asistimos á la creación de la marina nacional, no podemos dejar de ver en todo esto los impulsos aun indefinidos, aun inconscientes, para un destino que está próximo á florecer nitidamente en el espíritu heroico del infante D. Enrique, encarnación del alma portuguesa.

Es de fines del siglo XIV la legislación naval del rey D. Fernando, cuerpo en el que encontramos punto por punto instituciones á que hoy vuelven las naciones que están al frente de la marina del mundo: tanto es verdadero el dicho salomónico, al que es menester au-

vião.... de correr o mar de Sevilha.» (*Mon. Lus.* VIII; liv. 22; e 15, p. 108) O rei de Portugal restitue portanto as presas feitas, liquida as indemnisações, sella-se a paz entre Portugal e Genova que se compromette a não dar *auxilium, consilium vel favorem dicto domino Eurico* (Henrique I., de Castella) *cum personis, armis, remis, galeis, seu aliis qui buscumque navigiis ad soldum, nec alio modo cuntra guerram presentem, etc.*, conforme estava succedendo desde o anno anterior (1369) em que nas frotas castelhanas appareciam as galés de Boccanegra.

mentar que la razón crítica nada descubre que la espontaneidad plástica del instinto no tuviese anteriormente adivinado.

La legislación del rey D. Fernando incluye la franquicia del abanderamiento, para sustituir, á los textos de las viejas crónicas, los términos de los presentes dias. Instituye los premios de construcción y navegación, siempre que los navios obedezcan á ciertas reglas que permitan armarlos en guerra, evitando así al Tesoro el onus y á la nacion el peligro de los fletes de navios extranjeros. Crea la estadistica naval y la inspección técnica, para evitar las averias y naufragios. Establece, por último, en Lisboa y Oporto, dos Bolsas maritimas, ò asociaciones de armadores, que funcionan como sociedades de seguros mutuos.

Yo querría, señores, exponer al detalle los rasgos particulares de esta legislación fernandina, ya porque su influencia en los destinos ulteriores de la nación es indudablemente enorme; ya porque, exponiéndolos, se vería cuánto la Historia se repite y cómo las instituciones á las que los pueblos maritimos de hoy van á buscar amparo y protección son exactamente idénticas á las que en el siglo XIV dieron á la marina portuguesa el vigor necesario para emprender sus grandes hazañas. No me permite, no obstante, el tiempo, ni el lugar, entrar en los pormenores de leyes de las que apenas expuse el pensamiento sumario.

Sí, los Reyes eran banqueros y legisladores fecundos en sentido proteccionista; eran más todavia. Eran, á la manera de los principes italianos, comerciantes, reservando para sí propios la exclusiva de ciertos géneros.

Y, por otro lado, los armadores estaban obligados á equipar en guerra sus navios cuando el provecho común así lo reclamase. De la misma forma que los contingentes de los concejos y las mesnadas de los hidalgos tenían que ir á la hueste ó llamada, cuando, declarada una guerra, el rey los convocaba: así también las flotas de los armadores tenían que acudir al llamamiento del soberano en la hora del peligro. Y, armados en guerra, las presas que hiciesen eran repartidas entre la Corona y los armadores.

Ahora bien: así como vimos, en la franca expansión del comercio marítimo, la determinación aun indefinida del destino reservado á los portugueses, así también hemos de ver, en los perfiles que acabamos de observar, el rudimento de algunas de las formas que nuestra exploración colonial adquirirá. La exclusiva de ciertos géneros con que en el siglo XIV los reyes negocian, transformase en los monopolios posteriores; y el sistema del armamento en corso y del reparto de presas será, en un porvenir que ya sale fuera de los limites de mi estudio, el tipo del dominio y saqueo de los mares de la India por la caza de las embarcaciones de los moros.

Llegamos, señores, al momento critico de definirse, en el pensamiento del infante D. Enríque, el destino de la nación portuguesa. Ese pensamiento, como acabamos de ver en este largo y obscuro camino, no podria formularse si no le precediese la construcción natural y espontánea de una fuerza deducida de las condiciones geograficas. Esa fuerza es la marina, comerciante y combatiente.

Atemperada la nación en la dura crisis con que fundó su dinastia de Avis, sanadas rápidamente las heridas profundas, Portugal aparece triunfante, batiendo á las puertas del Mediterráneo con la mayor escuadra que aun España viera para efectuar la conquista de Ceuta.

Alea jacta est: la suerte está lanzada, el destino de la nación está definido. Subiendo á los muros de Ceuta el infante D. Enrique

.... con sola su rodela
y una espada, enarboló
las quinas en sus almenas.

De lo alto de esas almenas extiéndesele la vista hacia el mar de un lado, hacia la vastedad inmensa de las tierras que el Atlas, del otro, esconde. Hállase entre dos interrogaciones infinitas; (1) dos páramos lejanos, sobre los que lanza el largo vuelo de su pensamiento: Uno es el mar tenebroso de los árabes; otro el Preste Juan de las Indias (2).

II.

Volvió de Ceuta el Infante con informes más abundantes y exactos acerca de esa Etiopia, en los confines de la cual habitaba el Preste, señor de las Indias. ¡ No dudaba que desde Marruecos se pudiese llegar hasta allí !

(1) V. o Append. A: *A geogr. no começo do* XV *seculo.*
(2) V o Append. B: *A lenda do preste João nas chron. portuguezas.*

Supo cómo las caravanas de Túnez iban á Timbocotu y a Cantor en la Gambia (1).

Volvió de Ceuta con la idea firme de conquistar Marruecos por la fuerza de las armas, y el mar vencerlo por la fuerza de embestidas audaces y pacientes. Era un hombre tenaz, reservado, mistico. El Rey, su padre, le dió después de Ceuta el ducado de Vizeu y el maestrazgo de la Orden de Cristo, disponia, por tanto, de rentas propias para llevar adelante su lucha con el mar. Al Rey cabía no desmayar en la campaña contra Marruecos.

Fué á instalarse en un punto extremo de la costa occidental, junto al cabo de San Vicente. Era el lugar adecuado por ser el más próximo de esa costa africana, para la que se volvió su esperanza. El establecimiento de Sagres no tuvo signimento, pues Lagos en el Algarve, donde había mejor puerto y un centro de marineros versados en la pesca, se tornó de hecho el centro de nuestras primeras navegacio-

(1) Havia então um vasto commercio, tratado por caravanas, entre os reinos de Gana, de Tekrur, de Takedda de Bornu, de Kanem, e sobretudo de Melli, com as cidades de Kuku, no Joliba, de Kabra, de Timbocotu. Outrora as relações do alto Niger com a Hespanha tinham sido intensas, quando os arabes, imperando na nossa peninsula, estendiam a sua influencia até ao Sudão occidental. Escrevia o granadino Leão-Africano, ao tempo do infante, que architectos arabes de Granada tinham ido construir a mesquita de Timbocotu e o palacio real, unicos edificios de pedra da cidade. Ibn-Batuta diz haver na mesma cidade o sepulchro do celebre poeta granadino Abu-Ishac-es-Sabili, ahi fallecido. Ulil, que era então o grande emporio do commercio do sal, identifica-se ora com a bahia de Arguim, ora com as boccas do rio Grande, já em plena Guiné. Todas estas informações deviam ter chegado em Ceuta ao conhecimento do infante.

nes, para después ceder el lugar á Lisboa, cuando, al expirar el siglo XV, estaban trazados los grandes viajes. El establecimiento de Sagres, hasta por no vencer, fué, no obstate, señores, como la cuna de los que tuvieron en Lisboa su trono: ahí se amamantaron todos, absolutamente todos los navegantes, y no sólo los nuestros, porque tanbién vuestro gran Colón vino primero á aprender en la escuela portugueza, conforme veremos luego.

Persiguiendo su empeño, el Infante, señores, iba nuevamente á pedir auxilio á los marineros mediterráneos. Su pensamiento no es ya crear la pesca ni el cabotaje; su idea no es aumentar la fuerza de las escuadras; y si en la población marinera tiene el instrumento adecuado para la realización de sus designios, ve faltarle un elemento indispensable para los viajes singulares de descubrimientos. Necesita hombres que sepan los secretos del arte de la navegación, y sólo el Mediterráneo se los puede dar.

Se propuso aplicar á la vastedad del Atlantico los procedimientos náuticos usados por los italianos, catalanes y baleares en el Mediterráneo, y así hizo venir á Sagres al cartógrafo Jaime, de Mallorca (1) hombre, al decir de los cronistas, y es de creer, muy docto en el arte de navegar y en el de *diseñar* cartas y construir instrumentos náuticos (2). También

(1) V. o Append. C. *Mestre Jayme-o-mayorquino.*

(2) As cartas eram esses portulanos que hoje as bibliothecas guardam como preciosidades historicas. No affan indiscretamente generoso de augmentar a gloria do infante D. Henrique, chegou-se a attribuir-lhe a invenção

por esto en la casa del Infante, como su caballero, vemos como primer descubridor al genovés Palestrello ó Perestrello, el que fué

das cartas geographicas. Não carece de glorias imaginarias quem, no alcance e vastidão do seu pensamento, tem o maior titulo ao agradecimento dos homens. Basta recordar os nomes de Erathostenes, de Hypparcho, de Marino de Tyro, para vermos a falta de fundamento da allegação. É muito antes do infante nascer, já havia cartas nauticas com projecção cylindrica, em que, por conveniencia da navegação os meridianos se consideravam parallelos. A carta de 1413 que ainda em 1802 existia no mosteiro dos cartuxos do Valle de Christo, perto de Segorbe, em Valencia, e que Navarrete, na sua *Hist. de la Nautica* affirma ser apenas uma repetição da terceira folha do atlas catalão de 1375, por vezes citado, é uma prova irrefutavel da falta de fundamento com que os panegyristas, attribuiram ao infante essa descoberta.

A representação cartographica da terra em planispherios ou atlas, quaes são os que nos legaram os seculos XIV e XV era inconveniente para os nautas que sentiam a necessidade de um processo em que, suppondo os meridianos parallelos, os rumos ou pontas da agulha se podessem reduzir a linhas rectas. D'aqui nasceram as cartas nauticas feitas por marinheiros, para marinheiros: os portulanos que já nos seculos XII e XIII guiavam as viagens mediterraneas e os pilotos que levavam os Cruzados á Syria; embora nenhum d'esses mappas viesse até nós, pois o mais antigo que resta é o bello portulano genovez de Pietro Vesconte, datado de 1318. As cartas maritimas que, para os pilotos medievaes substituiam os roteiros ou periplos romanos e carthaginezes passaram a chamar-se cartas-planas. Eram inexactas, mas o erro não se tornava grave em viagens de curta extensão. Só portanto, quando da descoberta da America, a do caminho da India e a do Pacifico, depois das viagens de Colombo, de Gama e de Magalhães, alongaram o vôo das naus por todos os mares: só então foi indispensavel rectificar os mappas, o que se conseguiu no fim do XVI seculo com a projecção de Mercator.

Taes foram pois os progressos da cartographia mediterranea introduzidos pela eschola do infante na arte de

suegro de Colón, otro hijo de Génova igualmente. ¿No hay razón para decir que los pilotos mediterráneos de Pisa, de Génova de Ve-

navegar em Portugal. Outro tanto fez com respeito aos aparelhos cosmographicos.

Tomava-se a altura de uma estrella com o astrolabio e o quadrante, auxiliados por uma alidade tendo nas extremidades dois orificios por entre os quaes passava o raio. O quadrante pendia verticalmente de um annel que se sustinha na mão. Como se graduava, não se sabe, mas decerto era mui grosseiramente. As bussolas eram agulhas collocadas sobre um corpo leve, palha ou cortiça, nadando na agua de um pequeno recipiente. A invenção de Flavio Gioja, de Amalfi, *prima dedit nautis usum magnetum Amalphis* que data do principio do XIV seculo, consistia n'esse recipiente ou caixa e nos accessorios que tornavam praticamente utilisavel a bussola, pois já em 1180 o tratado de Neckam *De utensilibus* descreve uma bussola, e da mesma epocha é o poema satyrico de Guyol de Provins, *A Biblia*, onde o poeta deseja que o papa seja o ponto para onde todos lancem os olhos com tanta confiança, quanta é a que os maritimos poem na estrella da noute que, sem a verem, podem para ella aproar os navios pela direcção da agulha. (V. Santarem, *Hist. Cosmogr.* I, 280-305, e Corvo, *Roteiro de D. João de Castro* pp. 23, 7, 35, 168, 84 e 97, tambem o vol. I, p. 57).

Affirma Libri que os mareantes do Meditterraneo já no principio do XV seculo faziam uso do astrolabio, da agulha, de cartas, e de um chronometro rudimentar. Taes foram os instrumentos com que o infante dotou a navegação portugueza. E é por isso que, mais tarde, quando as grandes viagens estavam encetadas e Bartholomeu Dias levava já a bordo as ephemerides astronomicas do Regiomuntano que tinham substituido as antigas taboas de Affonso-o-sabio denominadas sonho pelo cosmographo de Konigsberg: mais tarde, Pedro Nunes, navegador e cosmographo nosso, escrevia: «Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geometria que são as causas que os cosmographos hão-de andar apercebidos, segundo diz Ptolomeu, no primeiro livro da sua geographia.»

necia, de Barcelona y de Mallorca, fueron los instrumentos de que se valió nuestra idea, tanto á portugueses como á castellanos, para realizar la gran obra de los descubrimientos?

Veamos ahora de qué navios disponían estos nuevos argonautas. Además de la galera de remos, tipo de navio de guerra, heredado de la antigüedad y que duró mientras la artillería no vino á revolucionar completamente la marina militar; teniamos en la clase de navios redondos, navegando exclusivamente á vela, naves de una capacidad considerable y que se usaban como transportes.

Si el primer tipo de navíos, el de galeras, no servía para los viajes de descubrimientos por las numerosas guarniciones que reclamaba el empleo de los remos, el tipo de las naves tampoco servía por ser pesadas, boyantes, almacenes flotantes á la merced de los caprichos del tiempo, sin el nervio y ductilidad indispensables para viajes de aventuras. Era necesario un navío que fuese como el caballo de los árabes, vivo, rápido, inteligente, dócil y sobrio.

Ese tipo de navío era la carabela que navegaba á vela, y en ocasiones, á remo; barco leve y resistente de que aun resta la imagen en las falúas con dos velas latinas que navegan en el Tajo. Más fina, más rápida, más obediente á la maniobra que las naves boyantes, la carabela era la gaviota de los bandos alados que salieron de las costas portuguesas pairando sobre el mar. Ligera y dócil, insinuaba su vuelo por todas las revueltas de las costas, rozaba levemente por las playas y partía á lo largo batiendo las alas, huyendo rápida como una saeta.

Cadamosto, el veneciano que estuvo á nuestro servicio y cabalgó por los mares de Africa en uno de esos corceles alados, celebra sus cualidades: *sendo le caravelle di Portugallo i migliori navigli che vadano sopra il mare di vella* (1).

En una de estas carabelas, con las cartas diseñadas por mestre Jaime, el mallorquino, con el astrolabio y con la brújula de los pilotos mediterráneos, salió el genovés Palestrello ó Perestrello, caballero de la casa del Infante, en demanda del Cabo Bojador, que en el Atlas catalán de 1375 figuraba con el nombre de Bugeder. Fué el primer viaje. El destino era el Sur, pero el temporal arrojó el navío contra una isla desierta, á la que el navegante puso por nombre Puerto Santo. Así aparecía de las ondas la primera de las islas portuguesas del Atlántico, para servir, medio siglo más tarde, de estación preparatoria á Colón en sus reflexiones reveladoras del rumbo del Oeste.

Volviendo Perestrello con la nueva, regresó al año siguiente con dos compañeros, ya investido de capitán en el descubrimiento; y de Puerto Santo, sospechando en una niebla permanente la existencia de tierra, se descubrió la Madera, de que algunos quieren que ya hubiese noticia bajo el nombre de *insula del Legname*. Junto á la de Madera viéronse las Desiertas, y asi el primer archipiélago atlántico surgió del mar.

Separándonos ahora del orden cronológico, diremos lo que basta acerca del segundo: las Azores. En medio queda el descubrimiento

(1) V. tomo I, p. 101-4.

de la costa africana, de que trataremos después por la forma más conveniente al encadenamiento de nuestras ideas.

Gonzalo Velho partió al descubrimiento, ó tal vez á la busca de otras islas que rezaban los mapas y tradiciones antiguas, y, con efecto, halló unos islotes ásperos que denominó Hormigas. Sin desanimar, volvió en el año siguiente y encontró Santa Maria. De allí sale á la vista la isla principal del archipiélago, la que el infante D. Pedro dió el nombre de San Miguel, que era el Santo de su guarda. Estaba adquirido el segundo archipiélago, porque el descubrimiento de las demás islas siguió con pequeños intervalos, y no podia dejar de ser así por la proximidad en que se encuentran.

Queria D. Enrique echar mano del tercer archipiélago, el de las Canarias, ya visitadas y descubiertas, ya ocupadas por los normandos de Juan de Bettencourt. Insistió por esa empresa con el Rey su padre D. Juan I, que no consintió para evitar complicaciones con Castilla; insistió con el Regente su hermano, que al fin accedió; pero las circunstancias no permitieron la realización del plan.

En los dos archipiélagos, sin embargo, que quedaban á Portugal, el Infante encontraba terrenos desiertos, climas benignos, naturaleza fertilísima. El mismo espíritu inventivo y asimilador que aplicó á la navegación lo aplicó también á la colonización de esas tierras nuevas. Iba al arsenal de la legislación ya histórica, pues el Derecho romano podia decirse restaurado, y sacaba de allí las donaciones señoriales con que en tiempos ya remotos muchos de los disiertos metropolitanos habían sido

poblados. Iba á la tradición, y así como los antiguos reyes habían multiplicado las donaciones á extranjeros, así él promovia también la inmigración, mandando venir colonos principalmente de Flandres, donde sobre el trono borgoñés de Felipe el Bueno se sentaba una hermana suya.

Por otro lado, en la Madera, Cadamosto, visitándola veintiséis años después del descubrimiento, hallaba ya cuatro poblaciones con ochocientos habitantes, de los cuales cien de á caballo. La caña de azúcar y la viña que el Infante mandó plantar, se daban allí admirablemente. La Madera ya producía cuatrocientos cántaros venecianos de azúcar, y los productos de sus matas eran explotados, permitiendo la construcción de navios de gavia donde antes sólo se hacian carabelas y barcos menores.

Y ahora que la obra de los portugueses está terminada en el Atlántico occidental, es tiempo de que volvamos á Africa, de donde nos apartó este episodio.

III.

El descubrimiento de la costa occidental africana puede, señores, dividirse en tres períodos sucesivos de casi igual duración: el primero, de 1.420 á 40, veinte años; el segundo, otros veinte, que terminan en 60; el tercero, finalmente, veinticinco años, acabando con el viaje de Diego Cam.

El primero comienza por trece años de tentativas obscuras é infecundas, en las que las carabelas del Infante iban de Sagres

á África, y volvían sin resultado apreciable. Muchos reían y algunos lamentaban que D. Enrique así desperdiciase los rendimientos de su casa. Al fin, Gil Eannes consiguió doblar el cabo Bojador, descendiendo la costa hasta Angra de los Ruivos. Se vió que el mundo no acababa aún, y Baldaya, volviendo, bajó un poco más todavia, y trajo al Algarve los despojos de las luchas que tuvo con los indigenas. Se vió, pues, también que la tierra, no sólo continuaba, sino que era habitada.

El desastre de Tánger, (1437) ocurrido entonces, malograda empresa con que el infante D. Enrique quería proseguir su plan de conquista en Marruecos, en vez de abatir su ánimo, le exacerbó para el descubrimiento de los mares australes.

Repite con insistencia mayor los viajes, insiste casi con furia en los propósitos; cabe decir que, sacando energía de sus propios dolores que le afligian el ánimo, dilacerado por el holocausto de los hermanos inmolados en el altar de su designio. Paso á paso los navegantes bajan la costa hasta reconocer el famoso rio del Oro divisado por los navegantes catalanes del siglo XIV. Son Antonio Gonzalves y Nuno Tristão los que en el año 40 fueron hasta el puerto de Caballero, y de allí trajeron los primeros cautivos, para en el viaje siguiente abarcar el rio de Oro y traer á Portugal las primeras parcelas del metal divino que arrebataba después la imaginación de Colón.

Y a los maldicientes no desdeñaban ni escarnecian. Comparaban el Infante á Alejandro, y, con efecto, nuestro héroe caminaba por el derrotero de las Indias.

Y si, como estratégico, los tiempos vinierou á demostrar el acierto de sus maniobras, la imaginación creadora mostrábale con igual certeza las líneas de las nuevas instituciones que era menester crear para el caso, absolutamente sin precedentes, de tierras surgidas de les arcanos de lo desconocido.

Era necesario constituir un derecho de ocupación y posesión en esos parajes; y el Infante, que en las tierras vagas de las islas atlánticas *res nullius*, aplicaba el derecho casi feudal de la tradición portuguesa, apelaba ahora al Papa, que por virtud de su majestad católica pretendia heredar del imperio antiguo la soberanía en todos los reinos. Eugenio IV respondió á la Embajada del Infante con las bulas, concediendo á la Corona portuguesa el dominio sobre las tierras descubiertas, repartiéndose con la Orden de Cristo los rendimientos eclesiásticos de ellas. ¿No eran los descubrimientos una forma nueva de conquista? ¿No eran estas empresas una continuación de las Cruzadas?

Constituida una base para la soberania, era necesario hallar una forma para la explotación; y la halló el genio inventivo del Infante, ampliando el tipo ya histórico de las campañas de pescadores á las proporciones de una Compañia colonial y maritima que luego formó en Lagos para la explotación del rio de Oro. Fué esa Compañia la primera en la historia vastisima de las compañias coloniales que siglos después formaron la Holanda y dieran á Inglaterra — están aún hoy dando — el proceso de la expansión de su imcomparable dominio colonial. Consuela ver, señores, cómo, si no

pudimos conservar el fruto de nuestros trabajos, supimos al menos enseñar á los extraños el arte de enriquecerse con nuestros despojos.

La Compañia de Lagos tenia una carta del Infante, á quien la Corona donara el señorio en las tierras y mares descubiertos. Nadie alli podia ir con navio armado sin permiso especial del donatario que tenia en el mar su dominio exclusivo, un coto, *mare clausum*.

Por la primera vez salía una verdadera flota. Eran seis carabelas armadas en guerra y con municiones para una larga estancia, y bajando la costa hasta el Cabo del Rescate, como dos años antes, ya el Cabo Blanco fuera remontado, exploraron completamente la bahía de Arguim, inscripta entre esos dos promontorios. Así se iniciaba la segunda época del descubrimiento de la costa occidental africana.

Repitiendo historias remotas, los portugueses, al penetrar en la región de los acenegues ó sudaneses occidentales, repetían también el antiguo tráfico fenicio de la caza de los esclavos en las costas bárbaras. La flota volvió á Lagos con un abundante cargamento de cautivos que, á caballo, en la playa algarvia, el Infante orgulloso vió desembarcar y repartir, mientras armaba caballero á Lanzarote, primera rama de la nobleza nueva, del comercio y de la aventura ultramarina.

El éxito de la expedición determinó pronto segundo viaje y mayor compañia. La flota que á los dos años salió, llevaba veintiséis carabelas; catorce de Lagos, once de Lisboa y una de la Madera, que ya contribuía también en los viajes australes.

Data de ahí el reconocimiento gradual de

la costa hasta Guinea. Los navios de la Compañia fueron hasta el Senegal; Diniz Días alcanza Cabo Verde; Cadamosto, en dos viajes sucesivos, reconoce la embocadura del Gambia y del Casamanca y descubre el archipiélago de Cabo Verde; y la carabela madarense, de la Compañia de Lagos, el mando de Zarco, va desgarrada á parar á Gorea.

Transpuesta la zona etnográfica de los negroides, jolofos y mandingas, se penetraba de lleno en la Negricia, doblada como quedaba la gran protuberancia que el África hace en el Océano.

Avanzando siempre, la marcha de los portugueses se consolidaba conquistando; y á los perfiles del imperio nuevo, ya apuntados, conviene unir ahora la construcción de una fortaleza y la instalación de una factoria en Arguim, para explotar la exclusiva del comercio interior, concedido por el Infante á la Compañia de Lagos.

Y así termina, con la muerte de D. Enrique, el segundo período de los tres en que dividimos el derrotero portugués en el Africa occidental. Murió feliz el Infante, con la certeza de que algún día se doblaría el Africa, murió vengado del desastre cruel de Tangér, porque llevó de la mano al Rey, su sobrino, Alfonso V, á la conquista de Alcacer, prólogo de la toma de Arzilla y Tánger, que por un momento afirmaron en Marruecos el imperio portugués. Murió, por último, creyendo aún en la relación geográfica de los dos planos pararelos, de las navegaciones y de las conquistas marroquinas como derrotero de las Indias, pues no se desvaneciera aun la sombra de ese designio,

ni se demostrara la imposibilidad de conservar las plazas del Norte africano.

Murió, y volviendo á la Corona el señorio ds los descubrimientos, el Gobierno de Alfonso V, sin directamente querer heredar la misión (1) contrató el comercio de la Guinea, imponiendo como carga anual obligatoria el descubrimiento de 500 leguas de costa. Así los navios del contratador siguieron por el Cabo de las Palmas, internándose en el Golfo de Guinea hasta el puerto de San Jorge de Mina; así prosiguen del Cabo Mesurado hasta el fondo de la bahía de Benim; así van más alla del Gabón hasta al delta del Ogovai y al Cabo de Santa Catalina; así descubren las islas del Golfo de Guinea: Annobom, Corisco, Príncipe, San Tomé y Fernando Póo, la que primero se llamó *Formosa*. Estaba, pues, transpuesto el Ecuador, al cabo de medio siglo de viajes. Ya flotaba la bandera de las quinas en el hemisferio austral.

Y reparemos señores, que si los navios portugueses avanzaban en el descubrimiento, el arte de regir colonias engrandecíase paralelamente; pues donde quiera que erguíamos una señal de dominio, fundábamos una institución nueva y adecuada. El contrato del comercio de la Guinea incluye la cláusula de la reserva del marfil como estanco regio ó monopolio realengo, repitiendo lo que ya en la Madera sucedió con el azúcar.

Á los monopolios del azúcar y del marfil, sucedieron los de la malagueta, del *pau* brasil,

(1) ... «el aver buelto el Rey D. Alonso los ojos à las cosas de Africa com tanta atencion que la perdio d'estas.» — Faria e Sousa, *Asia port.* I, 6. 1; e 2.

que denominó un imperio, y de la pimienta, que fué la base de la ocupación portuguesa en la India (1).

Aflojado el impulso que en vida el infante D. Enrique imprimió á las navegaciones, el movimiento paró; se extinguió como lámpara á la que falta líquido. No se transpuso el Cabo de Santa Catalina. Y por doce años duró esta parálisis, hasta que subió al trono D. Juan II, ese á quien los Reyes Católicos llamaban por antonomasia *el hombre*. Se vió entonces renacer el pensamiento del Infante descubridor, purificado de sombras y errores. Por Marruecos jamás se llegaria á la India; el camino era el del mar; el viaje un derrotero largo como un vuelo de águila suelta en la amplitud de los cielos.

Así que subió al trono D. Juan II, mandó una expedición á la Mina para someter al Rey, construir una fortaleza, fundar una ciudad. Creando en Lisboa la Junta de matemáticos, hizo venir de Nuremberg al discípulo del Regiomontano, Martin Behaim, á quien ahora compete el papel antes desempeñado en Sagres por el mallorquino Jaime. Mandó, finalmente, Diego Cam, llevando consigo á Behaim, al descubrimiento del Cabo de Africa.

En ese viaje, transpuesto el Cabo de Santa Catalina, descubriase el rio Zaire y recorríase la costa de Angola. Ahí Diego Cam volvió, habiendo visitado la corte del Congo, bautizado á su Rey y traído á Portugal indígenas, que quedaron en Lisboa para educarse en un convento.

(1) V. no tomo I, a p. 114-28 o estudo sobre os rendimentos coloniaes portuguezes na Renascença.

Más tarde, cuando los neófitos regresaron, se instalaron las misiones del Congo y se ganó un reino para la Corona portuguesa. Ya estaba también ganado para la ley de Cristo y para el vasallaje el reino de Benim, cuyo Embajador en Lisboa anunciaba á D. Juan II la existencia oriental de un poderoso Emperador de quien el suyo era vasallo.

¿Seria ese el Preste? Ya también más al Norte, la Senegambia estaba avasallada, y el Rey de los jolofos venía á Lisboa á pedir misioneros y protección. De tal modo el imperio portugués penetraba en el África central.

Y penetrando se armaba con dos instrumentos más: uno, el protectorado, sobre los príncipes indígenas; otro, las misiones católicas. Frailes y soldados arraigaban el imperio. Y al mismo tiempo colonizando las islas desiertas del Golfo de Guinea, se estableció en San Tomé el primer presidio de degredados.

Puede ahora decirse que, terminado el descubrimiento de la costa occidental de Africa hasta Angola, está concluída también la serie de las invenciones con que nosotros los portugueses mostramos al mundo entero el arte moderno de regir colonias. Y la prueba de que eran ciertos estos nuestros descubrimientos de instituciones, la tenenos en la fidelidad con que los tiempos posteriores y todos los pueblos que vinieron después aprendieron con nosotros la colonización con inmigrantes y con presidiarios, las misiones, los protectorados sobre los soberanos indígenas, los estancos ó monopolios regios, las factorías de comercio interior y las Compañías investidas en funciones soberanas. Si la honra de los portugueses es mucha, como

descubridores de tierras, no es menos, y tal vez mayor aún, como inventores del régimen colonial moderno.

Consumado como está el descubrimiento de media África, no debemos olvidar, no obstante, señores, que esto no era el fin, sino simplemente el medio, el camino de las Indias doradas, para donde se alargaba también con ansia la adivinación de Colón. La acción de esta epopeya peninsular se precipita. A sus misioneros del Congo, D. Juan II recomienda la exploración de la tierra en demanda del Preste. La idea de llegar allí por tierra, trasladada de Marruecos, pasó para Angola. Temiendo que, con el afán del descubrimiento, otros vengan á coger el fruto casi maduro de tantos años de trabajo, D. Juan II procedía como en eras remotas los cartagineses habían hecho á los romanos en los derroteros mediterráneos de la España.

Esparcía la mentira de la imposibilidad de los navíos redondos poder ir á la costa de Mina, donde solamente podían navegar carabelas, que nadie tenía sino nosotros. Y para acreditar el ardid, ordenaba secretamente á los capitanes que hiciesen dar en la costa algunos de esos navíos redondos que, ya en mal estado, llevaban para eso de Portugal. Es que, principalmente, al saberse cómo los Reyes Católicos habían acogido las proposiciones de Colón, rechazadas en Portugal, debía haber un recelo tan grande, cuanto mayor era la esperanza de ver realizados los deseos de la nación entera.

Esta persistencia, señores, esta tenacidad de un pueblo en la realización de su designio,

es nuestro mayor título de gloria. La fuerza portuguesa se nos presenta con el carácter de un elemento. Y si á esta constancia debe la civilización el descubrimiento de un mundo, la política debe al genio portugués los tipos de instituciones en que, por la explotación colonial, se puede decir que reposa, hace tres siglos, la riqueza entera de Europa.

IV.

No se diga, señores, porque es un error, ni qué fué de los designios comunicados á D. Juan II por Colón que produjo en el Rey la decisión de precipitar acontecimientos rápidamente inevitables desde que se llegara á Angola; ni se acuse tampoco al gran genovés de plagiaro de nuestros navegantes, y mucho menos de haber obtenido de cualquiera de ellos el secreto de su derrotero. El patriotismo nada gana deprimiendo á los grandes hombres que circunstancias, en este caso muy naturales, como veremos, apartaron de nuestro gremio: no gana el patriotismo y pierde mucho la humanidad.

Raras veces en el mundo se dió un caso tan lleno de lección como el viaje de Colón, en el que se ve, cuánto puede la audacia de un hombre, cuánto vale el fanatismo de una idea y cómo esa iluminación exalta y multiplica las fuerzas: viéndose al mismo tiempo cómo el espíritu humano procede engañosamente, por falsas vias, para, sin embargo, llegar siempre al destino cierto. No me compete á mí decir quién fué Colón: me basta afirmar, de pasada, que se me figura, como portador

electo de una idea, que todavia se le presentaba bajo la forma de un error.

Decir que la corazonada — consiéntaseme emplear esta palabra — que la corazonada de Colón era apenas um embuste para encubrir la maña de secretos alcanzados de los marineros portugueses, (1) es, cuanto á mí, sustituir la historia por el enredo, y empequeñecer demasiado la estatura de los hombres.

La verdad es, señores, que las navegaciones occidentales de los portugueses habían parado en las Azores. Toda nuestra atención, toda nuestra ambición, todos nuestros esfuerzos y esperanzas estaban vueltos hacia el Sur.

Pero no se afirme tampoco, para exaltar la honra de Colón, que no carece de un pedestal hecho con el desprestigio ajeno: no se afirme de ningún modo que las expediciones de don Juan II, el viaje de Diego Cam y el de Bartolomé Díaz, con más la jornada oriental de Paiva (de que más adelante hablaremos), fueron determinados por los planes de Colón manifestados al Rey de Portugal, cuando em 1483 le ofreció ir por el Oeste á tomar puerto en las Indias.

Acabamos de ver, señores, cómo en el propio día en que se sentó en el trono, dos años antes de la propuesta de Colón, don Juan II dió impulso á la vieja empresa del infante D. Enrique; y cómo los hechos posteriores se ligan á los primeros actos, manifestando la prosecución firme de un plan asentado. De la ex-

(1) V. o Append. D: *Colombo e os seus precursores portuguezes.*

pedición á la Mina, vino la de Diego Cam, y de ésta, ó antes de éstas, porque fueron dos sucesivas en 84 y 85, viene en 86 el gran viaje marítimo de Bartolomé Díaz y la jornada terrestre de Covilhan y Paiva á las tierras del Preste Juan, últimos momentos de esta historia que nos propusimos trazar y seguidamente contaremos. ¿Cómo se pretende, pues, cuando los hechos así denuncian un encadenamiento jamás interrumpido, que tales hechos proviniesen de aparecer la propuesta de Colón en los Consejos de D. Juan II?

No puede ser.

Ni Colón tenia en Portugal un lugar y un crédito que mereciese tamañas consecuencias. Adivinase el sinnúmero de planes de viajes que cada piloto, más ó menos obscuro, idearia en la mente en esa hora en que el vértigo del mar arrastraba á todas las imaginaciones y el deseo de los tesoros de la India despertaba todas las codicias. Supónese la cantidad de arbitrios que diariamente serían propuestos. Y si hoy se discute el plan de Colón es porque la fortuna lo coronó; y si nos cuesta concebir un Colón perdido en la turba de los marineros que de todas partes venían á Lisboa á la aventura, es porque estamos viendo su imagen aureolada por la gloria inmensa del éxito.

El hecho, no obstante, es que Colón, á los treinta años, ya hombre hecho en el mar, vino á Portugal, como tantos, en busca de fortuna, arrastrado por los clamores que daban al mundo nuestras navegaciones y descubrimientos. Venía con él su hermano Bartolomé. Se embarcó en un viaje al Norte, haciendo, á lo que parece, otro ó más viajes á Guinea, y

de cierto varios á las islas. En Lisboa se casó con la hija del genovés Perestrello, nacionalizado portugués como donatario de Puerto Santo, y naturalmente heredó de su suegro los documentos y cartas, asi como los del marido de la otra hija, cuando éste murió. ? Nació de tal herencia la idea de su viaje ? Es posible, y hasta quizás probable.

En la isla de Puerto Santo, cuando allí fué con su suegro, nació su hijo Diego, el futuro Duque de Veragua. Puerto Santo, sin embargo, la capitanía de Perestrello, era y es apenas un arenal estéril. La familia vivía más que modestamente. Colón ganaba en la obscuridad la vida como cartógrafo y piloto. Lo pintan los biógrafos como un hombre concentrado, esquivo, sin sociedad, sin amigos y al mismo tiempo visionario, al punto de considerarle como charlatán. Asi debía ser, porque son así generalmente los hombres consumidos por una idea.

Espíritu profético, lector asiduo de la *Imago mundi*, de Pedro Alliaco, oyendo á todos los hombres letrados, eclesiásticos ó seglares, latinos y griegos, judíos y moros, como por si propio confiesa; Colón, que vivia de deseñar planisferios marítimos y, profundamente piadoso, esperaba la realización de los vaticinios de Isaías, confundia en el cerebro las iluminaciones místicas y las revelaciones nebulosas de la ciencia de su tiempo. Era felizmente un visionario, porque de su visión vino la América al mundo.

Calculaba erradamente, porque no era exacta la medición de la tierra, que yendo com rumbo del Oeste, por el paralelo de las Cana-

rias, en cinco semanas de navegación directa venceria las mil leguas de distancia para la India, ó para Cipango de Marco Polo, el Japón antilla del continente oriental.

La distancia era de hecho doble, y las antillas eran las de la América Central en vez de Cipango. Entre lo que suponia hallar, y lo que de hecho descubria, habia otro mundo.

Pero nada importa si por el camino de un error se llegó á la verdad. También nosotros ibamos penetrando en el mar en busca del Preste Juan, que era um sueño, y tras él, llegamos á la India. El mundo es así, hecho de ilusiones que insinuaron verdades...

Fué en 1483, que Colón propuso su idea al Rey de Portugal.

Es muy arriesgado, señores, discutir actos de estos cuando se entiende que la razón relativa está del lado de aquellos que, condenados por el éxito, probaron no tener por si la razón absoluta. Dícese, y tal vez con motivo, que la historia es la apologia de los hechos consumados.

Pero ¿qué efecto debia producir en los hombres pensadores de Portugal la proposición de un iluminado, solo y obscuro, que terminantemente venia á afirmar ser un error el trabajo de tantas decenas de años, los esfuerzos de tanta gente, la esperanza constante de un tan dilatado periodo, la tradición ya arraigada en un pueblo entero? ¿Qué confianza mereceria al portugués, cuya cualidad fundamental fué siempre la prudencia fuerte, el consejo de abandonar el rumbo de las costas africanas,para lanzar-se de lleno en la vastedad perdida de los indefinídos mares occidentales?

Dice Garibay, señores, que tomaron al proponente por un *italiano burlador*.

Y se comprende un tan deplorable engaño, cuando el propio Colón se engañaba, por completo en la exactitud de sus miras. Pero D. Juan II, como hombre genial que era, sentia la atracción de la verdad. Mandó, pues, el rey examinar el plano una segunda vez, pero la Junta sentenció como la primera.

Y, me atrevo á afirmarlo, no podia sentenciar de otra forma; porque era necesario proceder por intuición, por corazonada, por azar, para en tal momento haber procedido con acierto.

El mundo, como la geografía del tiempo erradamente lo describía, era lo que aun podemos ver en el famoso globo de Behaim, en Nuremberg. Acababa con el Cypango de Marco Polo, esto es, en el Japón. Nadie sospechaba la existencia intermediaria de la América y del mar Pacífico; y tanto es así, que Colón, al volver, juzgó haber descubierto las Indias, y nadie pudo contestarle el error, quedando esas tierras nuevas con el nombre que aun hoy tienen de Indias occidentales.

Afligido é irritado como todo vidente, á quien los incrédulos desdeñan y repelen, Colón hizo como Scipión, despidiéndo-se de esta su pátria adoptiva que se le mostró tan ingrata. Salió de Portugal, y no me compete á mi contar, como igual frialdad é incredulidad halló en Génova, en Venecia, en Francia, por donde quiera que exponia su idea, hasta que dos años después encontró en Madrid, en los Reys Católicos, oídos abiertos para escuchar sus promesas y brazos fuertes para realizar sus

designios. Por que, también aquí, señores, los consejos de la sabiduría se pronunciaron contra la teoria de los antípodas.

Pero la intuición de los soberanos venció la resistencia de los sábios; y Fernando é Isabel, para quienes D. Juan II era *el hombre* por excelencia, parece que, abrazando el plan de Colón, adivinaban el fundamento de la resistencia previdente del Rey de Portugal.

Colón partió, pues; se rasgaron los mares, se descubrió un mundo nuevo, enteramente ignoto; y es en honra y memoria de ese acto culminante de los hombres que hoy nos reunimos aqui preparando la fiesta de su conmemoración centenaria. (1) Antes, sin embargo, de ser un hecho el descubrímiento de la América, tenemos aún que contar los últimos viajes portugueses.

V.

Asi que los navios de Diego Cam volvieron de su segundo viaje al Congo, se resolvió inmediatamente mandar una nueva expedición que al fin doblase el Cabo de Africa. Todo hacia creer que estaria muy próximo. ¡Mas allá quedaban las Indias! La impaciencia era enorme, tal vez hasta porque en ese propio año de 1486 se sabía que los Reyes de Castilla habian desposado la causa de Colón. Á pesar de la seguridad que da el saber, la confusión y la incertidumbre acerca de la verdad de las

(1) V. o Append E : *As publicações portuguezas no centenario colombino.*

tierras eran tantas, que sin duda habría el recelo de ser precedido, mayormente en el espíritu del Rey, cuyas iuclinaciones conocemos.

¡Sorprendente espectáculo éste, señores, de la porfía entre las dos naciones peninsulares, para saber cuál de ellas, engrandeciéndose, engrandecería el mundo con el descubrimiento de las regiones orientales! ¡Documento una vez más elocuente de cuanto, pulsando á un mismo compás, los dos pueblos fueron siempre hermanos en sus momentos afortunados! Esta competencia, esta rivalidad, si se quiere, estaba mostrando á Europa espectadora pasiva, la armonía de nuestras ambiciones y la comunidad de nuestros destinos.

Bartolomé Díaz fué el comandante escogido para la expedición, cuyo programa era navegar para el Sur hasta doblar el África. En Agosto partieron de Lisboa. Ya los viajes no eran simples expediciones de cabotaje á lo largo de las costas, como antes. Los marineros portugueses se habían familiarizado con los mares de la Guinea, y los progresos de la náutica y de la construcción naval habían sido enormes en el medio siglo precedente. Era un viaje de gran navegación el que se empezaba.

La navegación corrió sin incidente ó novedad hasta el cabo Negro que doblaron, asestando el Padrón Santiago en el lugar de Serra Parda. Cinco grados después entraron en Angra de las Vueltas, que queda en la punta al Sur del río Orange. Aproximábanse, con efecto, al Cabo de Africa, y temiéndolo, cor-

riéronse de ahí á lo largo. Trece dias enteros llevaron el rumbo en línea recta al Sur. El frío era intenso, y para ver si aun habia Africa vedandoles el camino, cuidando que la costa tal vez aun siguiese de Norte á Sur, viraron en ángulo recto poniendo rumbo al Este. Dias sobre dias pasaron sin que viesen tierra. ¿Se habría acabado el Africa? Otra vez cortaron en ángulo recto virando el rumbo al Norte. Así fueron á hacer tierra en la Angra que llamaron de los Vaqueros. Sin saberlo habían doblado el Cabo, apartándo-se mucho de él, mar adentro.

Fueron subiendo entonces la costa oriental africana hasta el rio del Infante, denominado por los ingleses *Great fish river,* porque las tierras extremas de África las perdimos, comprometiendo así el porvenir de nuestro dominio en esa parte del mundo desde que separamos las dos costas, permitiendo que los holandeses se enclavasen en las regiones templadas del Cabo.

Obligados á retroceder por los clamores de las tripulaciones, á la vuelta, navegando á la vista de tierra, depararon con el terrible promontorio que tantas decenas de años llevara á alcanzar, y al que llamaron de las Tormentas por los temporales miedosos que allí los asaltaron. ¡Enhorabuena! Traían la buena nueva de que el África, según todas las tradiciones, se podia doblar. Llegaban al fin de diez y ocho meses de un viaje penosísimo, y D. Juan II, viendo próxima la realización de sus ardientes deseos, hízo borrar el nombre del Cabo y cambiarlo por el de Buena Esperanza.

Era, con efecto, más que la esperanza de alcanzar la India; era la casi certeza de haberlo conseguido.

Mientras Bartolomé Díaz demandaba por mar el Cabo, don Juan II envia por tierra al Oriente dos viajantes en demanda del Preste Juan de las Indias: son Alfonso de Paiva y Pero da Covilhan. Simultáneamente el secreto de las Indias era buscado por el Norte, por el Sur y por el Oeste; por Paiva, por Bartolomé Diaz y por Colón; unos por mar, otros por tierra; uno á través de los continentes centrales del globo, otro á lo largo de sus costas australes africanas, otro, finalmente, largando el vuelo de sus alas llevadas por el viento de una idea profética á través del Océano que cortó con la rapidez fulminante del rayo.

¿Como es que, de tal forma ceñido en las vueltas de la voluntad humana, apretado cada vez más en un círculo retraido siempre, el secreto del mundo podia dejar de ser desvendado?

Casi por el mismo tiempo llegaban á Lisboa Bartolomé Diaz con la noticia de haber doblado el Africa, y las cartas de Covilhan asegurando que, por ese camino, de cierto se llegaba á la India.

Puede, pues, decirse, señores, que después de estos viajes paralelos de Bartolomé Díaz y de Covílhan, el camino de la India estaba descubierto ocho años antes del gran viaje de Vasco de Gama. De tal modo se encerraba el primer período de las navegaciones portuguesas, y así termina el cuadro trazado á esta conferencia.

Cuando Colón aportó á Lisboa, (1493) (1) de vuelta de la travesía atlántica, juzgando haber desembarcado en Cypango y descubierto el camino occidental de la India, teniamos nosotros ya la certeza de poseer el secreto del derrotero por el Sur. Todo el mundo ignoto, asi atacado en sus dos fronteras extremas, había de pertenecer, pues, á ambas naciones peninsulares, entre las cuales se repartia. Es este hecho, único en la civilización, y que para siempre, en cuanto haya memoría de los hombres, nos dará el lugar eminente que ocupamos en la Historia; es este hecho, señores, el que determina la sentencia papal y el tratado de Tordesillas firmado entre los Reyes de Castilla y Portugal para el reparto del mundo, por el meridiano, de 370 leguas al Oeste de las islas de Cabo Verde (2).

(1) A' chegada de Colombo a Lisboa, D. João II mandou chamal-o contrariado por suppor que a descoberta fora feita «dentro dos mares, termos e seus senhorios da Guiné» e porque Colombo, sendo de *sua condição alevantado* exagerava o alcance e a riqueza das terras descobertas, despicando-se d'esta forma do rei que o não quizera attender. «E elrey foi cometido que houvesse por bem de lho matarem ahy porque com sua morte o descobrimento não iria mais avante de Castella. E que dando sua alteza a isso consentimento se poderia fazer sem suspeita porque por elle ser descortez e alvoraçado podiam com elle travar de maneira que cada um destes seus defeitos parecesse a causa da sua morte.» Elrei *por ser mui temente a Deus*, não annuiu á proposta do assassinato; (Rezende, *Chron. de D. João II*, 165) mas mandou armar uma esquadra para ir contra as *partes descobertas* e deu a capitania d'ella a Francisco d'Almeida. N'isto veiu a embaixada de Castella, demonstrou-se que as *partes descobertas* estavam fora da *esphera de influencia* portugueza, e accordaram-se as duas nações. (*Ibid.* 166,7.)

(2) V. tom. I a p. 60.

Así termina la larga historia á cuyos orígenes obscuros asistimos, cuando, en las remotas épocas de la reconquista, á la voz del Obispo de Compostela, surge la primera alborada de la marina portuguesa en el recóndito Noroeste de nuestra Península. Confundidos entonces en la áspera pelea de la redención de la patria española, la Historia nos separó después en dos naciones diversas; pero la identidad de nuestras almas se muestra ahora espléndidamente cuando, en esta hora culminante, también nos encontramos concurrentes, y por tanto, socios, en la empresa magnífica de la redención de un mundo nuevo; nosotros, que asociadamente habíamos redimido la Península hispánica del yugo mauretano.

Colón descubre por el Oeste una frontera del mundo ignoto. Vasco de Gama descubre la otra por el Este. ¡Diríanse dos brazos de un solo cuerpo, estrechando toda la tierra! Y cuando falta aún reconocer lo que realmente exíste por el interior de esas dos fronteras extremas de la India malabar y de la América atlántica, es un portugués, señores; és un portugués comandando navios Castellanos; es Magalhaes quien fondea en el mar Pacífico, (1) desvendando al fin el último secreto de la tierra y dando la vuelta entera al globo. ¿Quiére se prueba más elocuente de que el éxito sublime y esta alianza que se decía fatídica, para demostrar la hermandad del

(1) Ibid. a p. 129-65 o estudo sobre Fernão de Magalhães.

alma y la unidad de acción heroica de las dos naciones peninsulares?

Terminando, no obstante, señores, y agradeciendo la atención dispensada á esta larga y fatigosa narración, séame lícito reivindicar para mi patria portuguesa la honra debida á los iniciadores. Fué en nuestra escuela que se educaron todos los marineros ; todos, incluyendo al propio Colón, (1) que dió las Américas á Castilla. Fué em nuestras instituciones coloniales (2) que aprendieron todos los pueblos, todos, incluyendo la propia Inglaterra, que del saqueo de nuestro imperio común hizo el cimiento de su fortuna.

HE DICHO.

(1) «Foi em Portugal, diz Fernando Colombo, filho e biographo de Christovam Colombo, que o almirante começou a conjecturar que da mesma maneira que os portugueses navegavam tão longe para o sul, tambem se podia navegar para o occidente e achar terras naquella direcção.»—cf Major, *Vida do Infante*, etc. p. 404.

(2) V. o Append. F : *As instituições coloniaes portuguezas.*

APPENDICE A

A GEOGRAPHIA NO COMEÇO DO XV SECULO

Em 1415, quando os portuguezes conquistaram Ceuta e por ahi começaram o grande movimento das navegações e descobertas, duas lendas geographicas enchiam sobretudo a imaginação dos novos argonautas. Eram a do Preste João das Indias, imperador que se dizia dominar em todo o Oriente desconhecido; e a do Mar tenebroso, em que as tradições arabes diziam extinguir-se para o sul a terra e o mundo em latitudes superiores ás Canarias.

Quasi pelo mesmo tempo em que os portuguezes tomavam Ceuta, Jacobo Angelo apresentava (1416) o Ptolomeu traduzido ao papa Alexandre V. Essa geographia era então corrente na esphera dos sabios.

Acordando do sonho agitado da Edade media, a Europa reatava o fio do saber classico no ponto em que o deixara a Antiguidade.

A Europa e a Africa, desde o Mediterraneo até ao Equador, eram conhecidas, embora as costas da chamada Ethiopia tivessem deixado

de ser visitadas pelos europeus, perdendo-se com os vastos paramos austraes na escuridão de um mar ignoto. Das tradições anteriores de Eratosthenes, mais de tres seculos precedente ao alexandrino, constava que o continente *ethiope*, acabando para o sul, deixava livre a passagem maritima para o Oriente; e não se perdera de todo a lembrança da viagem de circumnavegação africana pelos phenicios contratados pelo filho do Psametico no anno 607 antes de Christo; nem a do cartaginez Hannon até ás alturas do Senegal trinta annos depois. Fallava-se ainda na viagem do sobrinho de Dario em 480 e na phantastica expedição de Eudoxis de Cyzica pelos fins do segundo seculo.

E confundindo assim a extravagancia com a realidade, e a fabula com a historia, n'essas auroras da geographia moderna, o espirito do tempo vogava incerto, oscillando entre a illuminação de uma fé mais aeria do que positiva e as negações terminantes em que a imaginação involvia tudo quando era desconhecido.

Assim, emquanto o geographo alexandrino deixava indeterminado o sul da Africa, as doutrinas climatologicas acceites pela theoría geocentrica, affirmavam serem inhabitaveis as regiões austraes, e os arabes diziam acabar a Africa em lodos liquidos, n'uma ebullição constante d'onde saíam nevoeiros, escondendo os mares n'um véo impenetravel de sombras.

Se, para o sul, era esta a idea que havia da Terra, para leste porem sabia-se *grosso modo* como o massiço continental da Asia se alongava até ao Cathay, á Serica e a Cypan-

go, que são a China e o Japão, conhecendo-se o desenho austral dos continentes, peninsulas e ilhas dos mares d'essa região a que genericamente se chamava Indias.

E conhecia-se, já pela geographia ptolomaica, já pela viagem de Marco Polo, cujo livro, doado pela Senhoria de Veneza, o infante D. Pedro trouxera das suas viagens para Portugal em 1428.

Imaginava-se, portanto, que para Oriente o mundo acabava com as Indias, a que Cypango formava, nos limites extremos, a fronteira insular ou Antilia; suppondo-se que, pelo sul, a Africa, perdendo-se em longínquas regiões adustas, cheias de sombra e de mysterio, inacessiveis e inviaveis, estabelecia uma barreira invencivel para o transito maritimo com destino ao thesouro dos arabes: as Indias maravilhosas que excitavam a curiosidade e a cobiça da gente portugueza no seculo XV.

Mais se dizia que todo esse Oriente maravilhoso formava o imperio de um principe christão, em guerra constante com os sarracenos; e que portanto havia sobre a terra dois mundos de Christo, desconhecidos um do outro. Por tal forma, o proselytismo vinha juntar-se á ambição de imperio, á sede de riqueza e á ancia de curiosidade, para determinar a explosão do movimento das descobertas. Com a lenda do Preste João, senhor da Ethiopia e das Indias, ligava-se portanto, directamente, a outra lenda do Mar Tenebroso, porque, para ir em demanda do Preste, era indispensavel transpor e vencer os segredos e tormentas de mares reputados inaccessiveis.

A idea de que o mundo habitado se achava

circumdado pelo mar mysterioso quadrava pontualmente com a theoria geocentrica dos climas.

Encontra-se já em Theopompo; e aberta a Edade media, assim como se confrangem os limites da liberdade do espirito, assim tambem se apertam as fronteiras do mundo conhecido. Macrobio, Osono, Lactancio, authores do v e vi seculo, fazem subir os limites do Oceano até 10º de lat. norte, affogando em sombras metade da Africa. Prisciano põe na Ethiopia o termo do mundo e o mesmo faz Santo Isidoro de Sevilha. Para Beda, no viii seculo, a Terra é como um ovo cercado de agoa; e o Anonymo de Ravenna, no seculo seguinte, põe n'essa agoa, logo para alem do estreito gaditano, o paraiso terreal que Rabano Mauro descreve pontualmente.

Ao mesmo tempo que as ondas do mar tenebroso avançavam engolindo terras, outrora sabidas e conhecidas, sobre essas ondas fluctuavam maravilhas da imaginação allucinada pelas visões da fé e do medo religioso. A *Imago mundi* de Honorato de Antun é o compendio d'essas fabulas do seculo xi, ainda repetidas, dois seculos depois, por Sacro Bosco na sua *Sphera mundi*.

Alberto Magno, cujo logar na historia do saber humano é culminante, suppõe a Africa limitada por um mar vastissimo inacessivel, não só pelas suas densas trevas, como por virtude de um poder occulto, iman que attrae os navios e os não deixa passar ávante. Já no seculo xi se encontra a mesma fabula em Edrisi; e esse e todos os geographos arabes descrevem com um maravilhoso terrivel os mysterios do

mar das trevas, marcando limites varios á exploração das costas africanas. Ibn-Khaldun, no XIII seculo, considera o cabo Não como o termo fatal das navegações. Ibn-Said, porem, menciona a chegada casual de alguns arabes ao cabo Bojador, dois seculos antes.

Nem é de surprehender, antes, pelo contrario, verosimil que barcos arabes tivessem occasionalmente descido na costa, pois outrotanto succedera a embarcações christans do Mediterraneo, apparecendo com o nome de Bugeder o famoso cabo no Atlas catalão de 1375. Essa menção resulta da viagem do mayorquino Jacques Ferrer que desceu a costa em demanda do Rio de Lor, ou do Ouro, mas, não podendo chegar ao destino, voltou sem dobrar o cabo. (1)

Com effeito, não se obliterara de todo, nas escholas da Italia, a tradição da forma peninsular da Africa. Era opinião de alguns, embora sem prova authentica, a possibilidade da circumnavegação do continente e da chegada á India por essa estrada. Porventura vivia na memoria a lembrança remota das viagens dos egypcios e phenicios; e a expedição mallograda de 1291 em que os Vivaldis partem de Genova com duas galeras, a caminho da India, recorda a viagem de Hannon. Os navios foram perder-se, um nas costas de Marrocos, outro, ao que parece, na foz do Senegal.

Mas estas expedições sporadicas e infructiferas mais confirmavam ainda a opinião corrente da inviabilidade dos mares do sul, e por

1 V. a pag. o app. sobre Jayme-o-mayorquino.

isso, em vez de diminuirem o merito dos navegadores portuguezes, que, com a sua tenacidade audaz desmancharam a lenda e patentearam a verdade, concorreu ainda mais para a augmentar. Os mares austraes eram, no principio do XV seculo um vasto oceano habitado por medos e fechado por sombras; os mares occidentaes eram o campo aberto á phantasia celtica excitada pela tradição nebulosamente remota da Atlantida.

Ninguem ignora a menção que Platão faz d'esta ilha, narrando como se submergira; nem tampouco as referencias de Theopompo á ilha occidental. Não entra nos limites d'esta nota averiguar as origens d'estas tradições hellenicas, nem medir-lhes o grau de verosimilhança perante o muito que hoje se sabe, não só da orographia submarina e das relações dos tres archipelagos atlanticos — Canarias, Madeira, Açores — ou pelo menos de dois d'elles, bem como da geologia de epochas anteriores a toda a noticia historica.

Basta alludir á lenda antiga e lembrar como, posteriormente, sobre ella vieram enroscar-se e desabrochar em flores as lendas celticas das viagens de San Brandão e do seu paraiso dos passaros, com a da ilha onde ficou guardado em sumptuoso mausuleu o tumulo de Salomão. Basta alludir á lenda arabe dos maghurinos ou aventureiros que partiram de Lisboa e foram parar á costa marroquina, segundo conta o Edrisi.

Se nenhuma d'estas lendas tem um valor geographico positivo, é impossivel porem deixar de lh'o reconhecer como elemento que agitava as imaginações e, contribuindo para au-

gmentar os desejos, contribuia tambem para fazer crescer a confusão.

Kiepert, o sabio geographo de Gotha, diz ser mais do que provavel a existencia de estabelecimentos phenicios nas Canarias. Os phenicios, accrescenta, atravessando o Senegal, entraram na região plana e populosa da raça negra, e da costa viram decerto os picos alterosos das ilhas visinhas. Não foram levados a cabo os planos de colonisação, ao depois formados pelos romanos; mas a existencía de um commercio activo entre as Fortunatas e a Hespanha romana é incontestavel. Plutarcho, na vida de Sertorio, attesta-o, e está provado até pelos proprios nomes das ilhas que vieram até nós na sua forma latina: entre elles o de Canaria, que depois da redescoberta no seculo XIV se tornou geral ao archipelago.

Obliteraram-se as relações entre as Canarias e a Hespanha com a queda da civilisação romana a ponto de que, na cartographia da Edade media chegam a ser um mytho; mas ainda até ao XIII seculo os geographos relacionam sempre um archipelago (Fortunatæ, Esperidæ) com a costa da Mauretania e com os iberos. No celebre mappa de Marino Sanuto (1320) porem, esse archipelago transporta-se para o poente da Irlanda, declarando-se que *ultra Gades per regna Ispaniæ, Portugaliæ et Galitiæ non inveniuntur insulæ alicujos valoris.* O mar é deserto para alem de Gades: assim quadrava as ideas geocentricas da epocha.

Mas já no tempo de Affonso IV de Portugal, quando o papa doara as Canarias ao principe da Fortuna, de Lisboa foi uma expedição na-

val que as visitou (1). Esse archipelago voltava assim ao conhecimento dos europeus, mantendo-se n'elles definitivamente quando o normando João de Bethencourt ahi estabelecia um reino ephemero, que foi o precursor do dominio castelhano em que vieram a ficar até aos nossos dias.

Dos Açores e da Madeira pode seguramente affirmar-se que não havia noticias. Tinham-se descoberto já, antes que os portuguezes do seculo XV as occupassem de um modo permanente? Talvez; mas se isso pode ter um valor, duvidoso em todo o caso, para a curiosidade scientifica, historicamente não o tem, pois o verdadeiro descobridor é aquelle que, apoderando-se da terra, mantem no dominio dos homens o conhecimento do facto, pelo menos.

Querem alguns que os navios portuguezes do tempo do rei Affonso IV, indo ás Canarias, tivessem tambem aportado á Madeira; expli-

(1) A noticia das viagens ás Canarias no tempo de Affonso IV obteve-se pela publicação da carta de 12 de fevereiro de 1345 do rei ao papa Clemente VI, extraída por copia do arch. do Vaticano pelo fallecido conde da Carreira. Desculpa-se o rei com a falta de meios para não auxiliar na sua expedição o principe da Fortuna, donatario do archipelago pela Santa-Sé; e refere-se á viagem que anteriormente tinha mandado fazer: «Gentes nostras et naves aliquas illue (Canarias) misimus ad illius patriæ conditionem explorandum.» Essa expedição tivera lugar nove annos antes, em 1336.—Macedo, *Mem. em que se pretende provar que os arabes não conheceram as Canarias antes dos port.*, Lisboa, 1844; p. 61. N'essa mesma *Mem.* (p. 86 e segg.) o author discute a authenticidade da lenda dos maghurinos de Lisboa. Cf. *Os filhos de D. João* I, do A. p. 66 e segg. — Sobre as Canarias V. tomo I, p. 58-9.

cando-se assim o facto do Portulano laurentino de 1351, publicado pelo conde Bandelli Boni, desenhar uma ilha com o nome de *Legname*, traducção italiana da palavra Madeira. Mas, por outro lado, alem de ser discutivel linguisticamente este processo de traducção onomastica, ha uma identificação verosimil entre a palavra *legmane* e a de *al-agham* com que na lenda, atraz citada, se denomina uma das ilhas dos maghurinos de Edrisi (1).

O facto é que, tanto no Portulano laurentino de 1351, como no atlas catalão de 1375, como finalmente, ao que se diz, no mappa que em 1428 o infante D. Pedro trouxe de Veneza para Portugal, figura um grupo de ilhas atlanticas, (2) contradizendo a affirmativa terminante de Sanuto: o mar é deserto para alem de Gades. Mas, contra a allegação de que os

(1) Com effeito o portulano *laurentino* ou *mediceo*, de 1351 apresenta o grupo da Madeira distinctamente representado com os nomes que os portuguezes deram ás ilhas: Porto-Santo, Deserta, e *Legname* que é traducção de Madeira (Cf. Major, *Vida do Infante*, etc. p. 207.) Mas o proprio facto da indicação dos nomes dados pelos portuguezes está provando, como o allegou o V. de Santarem (*Prior. des découv.* etc.) que seriam addicções posteriores á data primitiva do desenho do mappa.

(2) Com relação ao grupo dos Açores succede caso analogo ao da Madeira. Tanto na carta de Parma, do XIV seculo, como na catalan, da bibl. de Paris, como na da bibl. Pinelli (1380-1400) se encontra proximamente indicado esse grupo de ilhas com os proprios nomes, mais ou menos estropiados, que os descobridores portuguezes deram ás ilhas do archipelago. O que se disse para o caso da Madeira applica-se ao dos Açores. O mappa de Gabriel de Valsegua (Mayorca, 1439) attribue porem a descoberta do archipelago a um Diego de Senill (Sevilha) *pelos del rey de Portogall l'an* MCCCCXXXII. A descoberta é

portuguezes fossem em demanda d'essas ilhas, já conhecedores da existencia d'ellas, depõe o texto da chronica do descobrimento de Porto Santo, ao contar-nos como foi filho do acaso que arrojou sobre essa praia deserta os mareantes partidos a reconhecer a costa africana para o sul.

Tal era o estado dos conhecimentos geographicos, na epocha em que Portugal iniciou o movimento das navegações e descobertas.

Para oeste alongavam-se as planicies de um mar, mysteriosamente povoado por lendas aerias, em que a imaginação, perdendo-se, não aguçava as cobiças. Embora os calculos, errados como eram, pozessem a contra costa da Asia, em Cypango, metade mais proxima do que de facto a America nos fica: apesar d'isso, a vastidão era tão grande que ninguem se atreveu a transpol-a, antes que Colombo, guiado por uma illuminação mystica, realisasse a sua grande viagem.

portanto portugueza embora se erre o nome do descobridor, (Cf. Santarem, nota de p. 389 à *Conq. de Guiné*, de Azurara) o que não impede Harisse (*Discovery of America*, p. 655) de reproduzir as inferencias erroneas e já antes refutadas que d'este facto induzira d'Avezac (*Not. des découv. faites au moyen age*, p. 31).

Apesar de tudo isto, não é menos verdade, porem, que Gaspar Fructuoso, nas suas *Saudades da Terra* (liv. 3.º) conforme o diz o Pe. Cordeiro (*Hist. insul.* II, 2) e Antonio Galvão, no seu *Trat. dos descobr.* (1563, fol. 22) viram o mappa trazido pelo infante D. Pedro de Veneza, e onde se achavam inscripto o archipelago dos Açores, ou pelo menos ilhas que o poderiam parecer. — Cf. Santos, *Mem. sobre dois antigos mappas etc.* nas *Mem. de litt.* da Academia VIII, 275-301; e *Os filhos de D. João I*, do A., p. 72, nota.

Para o sul havia o terror medonho de um mar abrazado em fogo e envolvido em trevas. Alem d'elle ficavam as Indias doiradas. E foi necessario quasi um seculo de tentativas aturadas e persistentes, foi necessaria a força paciente do genio portuguez, para que afinal Vasco da Gama partindo de Lisboa fundeasse em Calicut, abrindo a estrada maritima do Oriente.

OLIVEIRA MARTINS.

APPENDICE B

A LENDA DO PRESTE JOÃO

NAS

CHRONICAS PORTUGUEZAS

E' sabido que nos primeiros seculos da Egreja o patriarchado copta da Alexandria tinha sob o seu governo as igrejas da Ethiopia e da Nubia. Subindo o valle do Nilo, o christianismo tinha-se internado na Africa central, passando dahi ás Indias. Sabemos tambem quanto o patriarcha de Alexandria, nas suas lutas com a igreja de Constantinopla, exagerava a importancia das nações christãs da Ethiopia e da Nubia, que, segundo dizia, podião levantar em campanha cem mil cavallos e outros tantos camellos, e desviar o curso do Nilo, esterilisando por tal fórma o Egypto.

Sabe-se igualmente que, no seculo IV, por causa do scisma alexandrino, a igreja da Ethiopia se separou do gremio christão, ficando como que perdida para a Europa durante um pe-

riodo de mil annos (1), até que, no seculo XVI, as viagens dos portuguezes acabárão pela desencantar. Concorrerão para isso as conquistas dos arabes que, avassallando toda a Africa Mediterranea, tiverão durante seculos isolados da civilisação européa as regiões orientaes, cuja penetração fôra crescendo desde o tempo de Alexandre-Magno. Só quando a onda dos arabes começou a refluir, é que de novo surgirão as lembranças antigas, avivadas pela cobiça das Indias douradas: «thesauris arabum et divitiis Indiœ».

Consta que em 1145 houve pela primeira vez na Europa noticia de um potentado oriental, christão nestoriano, a quem se dava o nome de Preste João. Dizia-se ter batido os persas, attribuindo-se-lhe o pensamento de descer a Jerusalém contra os arabes, em auxilio dos christãos. Assim o participou um bispo da Syria que fôra a Roma implorar a protecção de Eugenio III (2). Em 1237 a indicação das Indias apparece ligada ao Preste João, em uma carta em que o prior dos frades missionarios da Terra Santa dizia a Gregorio IX, referindo-lhe os serviços prestados ao christianismo pelos seus religiosos em diveras partes da Asia:

«Temos recebido muitas lettras do patriarcha nestoriano, a quem obedece a grande India, que é o reino do Preste João, e as terras vizinhas do Oriente.» No atlas catalão de 1374, publicado em Pariz em 1838, vê se, entre as palavras «Africa» e «Nubia», a figura de um imperador coroado, empunhando o sceptro, e

(1) Gibbon, «Decline and fall» etc. XLVII, 6.
(2) Fleury, «Hist. Ecclésiast.», 69, § 10, an. 1145.

ao lado esta legenda: «...de Sanayns, ciutat do...est... de Nubia. Esta tos temps em guerra e armes com crestians de Nubia, qui son so senyoria de l'ímperador de Etiopia de la terra do preste Johan.»

Não admira, portanto, que, effectuada a conquista de Ceuta em 1415, o infante D. Henrique, para quem esse feito de armas iniciava a descoberta do mundo roubado ao conhecimento da Europa pela expansão dos arabes, soubesse ou imaginasse poder chegar, através da Africa marroquina, aos estados do Preste João, isto é, ás Indias.

Restabelecer as relações entre os dous povos christãos seria o melhor modo de ultimar o exterminio dos mouros, empreza tradicional dos povos peninsulares, e de concluir a campanha épica das Cruzadas.

Na segunda metade do XV seculo, apezar da dilatada série de trabalhos realizados, pouco ou nada se adianta acerca do conhecimento exacto da Abyssinia. Buscava-se por toda a parte o Preste, sem ser possivel encontra-lo. Reconhecêra-se todo o littoral da Africa occidental e as pesquizas eram infructiferas. Em 1488, veio em pessoa a Lisboa o rei negro dos jolophos do Guiné pedir o protectorado portuguez e o estabelecimento de missões; e tanto estes missionarios como os que em 1491 se estabelecerão no Congo, os indigenas que Bartholomeu Dias levou comsigo na viagem em que dobrou o Cabo da Boa-Esperança, tinhão encargo especial de se internarem na região para descobrirem os caminhos do lendario imperio escondido nas dobras alpestres da Africa oriental superíor.

Comprehende-se, pois, facilmente, que estas tentativas não fossem coroadas de maior exito do que as de meio seculo antes por via de Marrocos. Apezar disso, um embaixador do rei de Benim, chegado a Lisboa, informou D. João II, de que, para além dos seus estados, obra de duzentas e cincoenta leguas para oriente, havia um principe poderosissimo, chamado Ogané, de quem o de Benim era vassallo. Taes pormenores e circumstancias allegava o rei, e de tal modo descrevia os ritos e ceremonias daquella côrte, que D. João II acreditou ser a do Preste.

Não era; mas as affinidades explicão-se pela arabisação que já ha seculos se estendera em todos os povos da Africa central.

Desta suspeita veio, porém, a ordem dada pelo rei a Bartholomeu Dias de que, nas terras que fosse descobrindo «deixasse certos negros e negras, que já industriados levava comsigo, afim de que por via delles chegasse á noticia do Preste Johão o desejo que o rei sentia de o conhecer e tratar com elle amizade». (1) Ao mesmo tempo D. João II enviava por terra emissarios que devião seguir atravez do Egypto e da Syria em demanda do encantado «Negus». O primeiro destes enviados parece ter sido um frade, Antonio de Lisboa, que por desconhecer o arabe não poude passar de Jerusalém. Seguirão-se-lhe outros sem maior exito, (2) até que, em 1487, partirão para o Oriente por via de Napoles, Pero de Covilhan e Affonso de Paiva.

(1) Ibidem.
(2) Goes, «chron. d'el rei D. Manoel», III, 58.

Entretanto chegava a Lisboa um enviado singular que encheu de contentamento o animo de D. João II: era Lucas Marcos, sacerdote ethiope, recem-chegado da Abyssinia, que fôra a Roma beijar o pé de Innocencio III, e a quem o Papa, depois de o ter alojado no collegio de Santo Estevão dos indios, mandou a Lisboa com recommendação para o rei. E' de presumír com que agrado seria acolhido o emissario do proprio Preste que havia tantas dezenas de annos excitava a curiosidade nacional, formando com a sua lenda um nucleo, em cuja volta se havião urdido tão grandes emprezas e enlaçado tão maravilhosas esperanças.

Covilhan e Paiva proseguirão a sua viagem de Napoles a Rhodes, de Rhodes a Alexandria. No Egypto incorporárão-se nas caravanas de Fez e Tlemecen, caminhando como mercadores em direcção a Tur, donde passárão a Suakim e de lá a Aden. Ahi separárão-se: Paiva para se internar na Abyssinia, Covilhan para se dirigir á India. Combinárão encontrar-se no regresso no Cairo. Paiva, depois de penetrar na Abyssinia, morreu no Cairo, á volta; e ahi o seu companheiro soube do seu fallecimento. Covilhan corrêra toda a costa do Malabar e fizera a travessia do oceano Indico até Sofala.

Tardando as noticias dos seus emissarios, D. João II, que não parava, expedio dous judêos, o rabbino Abraham de Beja e José de Lamego, com cartas para o Cairo. Encontrou-se com ambos Covilhan na capital do Egypto musulmano, e despachando para o reino José de Lamego, mandou por elle cartas a D. João II, dizendo-lhe que, pela derrota

de Africa, sem duvida alguma se chegaria á India, e que o Preste João não podia ser outro senão o *negus* da Ethiopia. Alguns pretendem que, acompanhando esta carta do Covilhan, vinha um mappa do oceano Indico. Mais participava o explorador ao rei de Portugal que, no cumprimento das suas ordens, ia partir de novo para visitar Ormuz e o golpho Persico, e de lá demandar o Preste João, uma vez que Paiva morrêra sem poder relatar o que vira.

Acompanhado pelo rabbino Abraham, sahio Covilhan, com effeito, do Cairo para Aden e de lá para Ormuz, voltando ao mar Vermelho, visitando a Meka, o Sinai, Tur, e por fim Zeila, de onde se internou na Abyssinia, sózinho, pois de Ormuz despachára para Portugal o companheiro com cartas ao rei. Em 1490 chegou por fim á côrte do soberano ethiope, que então se chamava Escanden ou Alexandre. Foi recebido com agazalho, mas, impedido de partir, teve de fixar-se nessa terra, onde casou. Vivia ainda em 1526, ao tempo da embaixada de D. Rodrigo de Lima. (1).

Parece que durante o periodo de oito annos, entre a chegada de Covilhan á côrte do Preste e a de Vasco da Gama por mar a Calicut, houve ainda outras expedições de demanda do Preste, provocadas pela ancia em desvendar o enygma; mas de taes viagens não ha outra noticia além das palavras do chronista: «e depois forão outros com muitos gastos que o rei nisto fez.» (2).

(1) Góes «chron.» e em geral os chron. dos descob: Barros, Castanheda, Corrêa etc.

(2) Rezende, chron. de D. João II; 60.

Em 1497 partio de Lisboa Vasco da Gama; no anno seguinte navegava no oceano indico. Em Moçambique obtivera noticias do Preste João: «Disserão-nos que o Preste Joham estava dalli cêrca e que tinha muitas cidades ao longo do mar, e que os moradores dellas erão grandes mercadores e tinhão grandes náos, mas que o Preste residia muito no interior, aonde se não podía ir senão em camellos.» (1).

Tres annos depois, o descobridor do Brazil, Pedro Alvares Cabral, na sua volta da India deixou dous exploradores em Melinde, recommendando-lhes que trabalhassem por chegar á Abyssinia. Em 1507, Tristão da Cunha desembarca no mesmo ponto outros tres enviados do rei D. Manoel com cartas régias para o soberano ethiope; mas esses emissarios não logrão penetrar no interior. Em 1508, Affonso de Albuquerque encontra-os e transporta-os ao cabo Guardafui, de onde, por fim, conseguem chegar á côrte do Preste. Governava então o reino a Imperatriz Helena, durante a menoridade de seu neto David. Esta missão determinou a vinda a Portugal do embaixador Matheus «trazendo cartas de Helena, avó de David, Preste Joham, imperador dos ethiopes, a D. Manoel de Portugal, escripta em 1509.» (2)

Alcançára-se por fim o desejado conhecimento da nação do Preste; conseguia-se, porém, quando já nada importava para o fim que em outro tempo lhe dera tamanho valor: para o descobrimento do caminho da India. Estava já traçada a derrota pelo Cabo da Boa

(1) Roteiro da viagem de V. G. (ed. Herculano, 2.ª), p. 25.

(2) Góes, *chron.*

Esperança e o lendario imperador do Oriente, chefe de uma christandade perdida, não passava de um principe barbaro, encastellado nos desvios asperos das montanhas da Africa oriental superior.

Submettida a India, Affonso de Albuquerque concebeu o plano grandioso do imperio oriental portuguez. Tomada Goa, tinha o Malabar seguro; a conquista de Ormuz dava-lhe a chave das communicações com a Persia e a Asia Central; a posse de Malaca asseguravalhe o predomínio sobre as relações com o Extremo-Oriente. Assim que tivesse Aden e as portas do estreito de Bab-el-Mandeb, senhor como era de Socotorá e do cabo Guarda-fui, imperaria sobre a derrota do mar Vermelho, isto é, nas relações com o Egypto e com a Europa. Tinha em suas mãos as chaves de todas as portas do Oriente conforme então se dizia.

Comprehende se, pois, a importancia que devião ter ainda depois de descoberta a India o Preste João e a sua lenda, desde que a Abyssinia occupava uma das margens desse mar Vermelho que na fronteira tinha Aden, ponto estrategico em vão cobiçado por Albuquerque.

Comprehende se, portanto, o enthusiasmo com que em 1512 o governador da India acolheu o mouro baptisado, Matheus, que vinha a caminho de Portugal, enviado pelo Preste João. Immediatamente o fez seguir para o reino. (1)

Tres annos passados, em 1515, voltou Matheus de Portugal para a India, acompanhado pelo chronista Duarte Galvão, embaixador do

(1) G. Corrêa—*Lendas da India* II, 325-8; anno 512.

rei e portador de riquissimos presentes. Já Albuquerque morrêra e governava a India Lopo Soares (1). Embarcando em Goa para o mar Vermelho, Galvão morreu, (1517) a caminho de Massauah; e os seus companheiros, Matheus e o padre Francisco Alvares ficárão tres annos esperando meios e occasião de continuarem a viagem da Ethiopia (2); até que em 1520, governando a India Diogo Lopes de Siqueira, foi afinal a embaixada portugueza desembarcar em Massauah, sendo provavelmente acolhida pelo «barnegaes», isto é, pelo sultão vassallo do imperador abyssinio.

O mesmo ponto em que agora, decorridos quasi quatro seculos, os italianos iniciárão a occupação da Abyssinia, era onde desembarcava o embaixador Matheus, de volta de Portugal, em companhia de D. Rodrigo de Lima, acompanhado por um sequito de quinze pessoas, entre as quaes ia o padre Francisco Alvares, companheiro de Duarte Galvão. A' volta desta embaixada ao reino, o padre Alvares escreveu e publicou a sua *Verdadeira informação das terras do Preste João das Indias* (1540) (3). Só então se soube exactamente o que havia de verdade na lenda, que desde os fins do XII seculo occupava a imaginação da Europa. O livro do padre Alvares despertou tal curiosidade que logo foi traduzido em castelhano (Amberes 1557, Zaragoza 1561, Toledo 1588); em allemão (Eisleben 1566); em francez (Ambéres 1888, Pariz 1674); e em ita-

(1) G. Corrêa «Lendas da India», II p. 499, an. 1517.
(2) Ibid p. 464—4; anno 1515.
(3) Reimpresso em edição «fac simile» pela Imprensa Nacional de Lisboa 1889.

liano (Veneza 1550). Assim ficou dissipada a lenda do Preste João.

Atraz della, levados por essa miragem, tinhamos ido ao largo no mundo e achado a derrota da India. Via-se, por fim, que o Preste nada importava para a existencia do nosso dominio oriental; e as esperanças que Affonso de Albuquerque punha no protectorado da Ethiopia, provavão tambem infundadas, porque não dependia della o imperio sobre o mar Vermelho e sobre o estreito de Bab-el-Mandeb.

Não tendo os portuguezes conseguido tomar Áden, nem manter-se em Socotora, guardando as chaves do estreito, o seu imperio na India ficou sempre á mercê das incursões de turcos e egypcios que no mar Vermelho equipavão impunemente as suas esquadras. Foi esta, como é sabido, uma das causas principaes da instabilidade e da curta duração do imperio portuguez na India.

OLIVEIRA MARTINS

APPENDICE C.

MESTRE JAYME-O-MAYORQUINO

Uma serie de artigos publicados pelo sr. Gabriel Llabrés, no *Boletin de la Soc. Arqueol.* Luliana, de Palma (Baleares), meses de set. out. e nov. de 1890, encerra copiosas noticias acerca dos celebres cartographos mayorquinos, eschola a que o infante D. Henrique foi buscar o monitor da sua academia de Sagres. Quem era porém esse mestre Jayme? E' o que o sr. Llabrés procura determinar no artigo (out.) de que extractamos as seguintes informações.

O mestre dos cartographos mayorquinos, no ultimo quartel do XIV seculo era um judeu por nome Jafuda Cresques, filho de Cresques Abrae e descendente de uma familia hebraica residente nas Baleares desde tempos remotos. Tinha tal reputação e credito como cosmographo, que era conhecido *pelo judeu das bussolas, el judio de las brujulas.* Como cartographo não era menos reconhecida a sua competencia: de toda a parte, em volta do Mediterraneo, vinham encommendar-lhas particulares e

soberanos e resta aínda hoje da sua mão o celebre mappa-mundi, dado em 1381 pelo rei do Aragão, João I, *o caçador*, ao de França e reproduzido a ultima vez em 1881 por Delisle, em Paris.

Baptisado, o judeu cartographo, por virtude das medidas violentas decretadas contra os israelitas do Aragão em 1391, trocou o seu nome de Jafuda Cresques em Jayme Ribes, continuando a merecer os maiores obsequios e distincções da parte do rei aragonez. Em 1395 subíu ao throno o rei Martinho que chamou o cosmographo para a côrte; mas com a morte do rei, em 1410, mudaram as cousas, e Jayme Ribes desapparece, quando contava 50 ou 60 annos.

Deve ser este o mestre Jayme que veiu professar na eschola de Sagres. Está provado não ser o outro Jayme, contemporaneo, Jayme Jerrer, o navegante ou aventureiro que em 1346 fizera a viagem ao rio do Ouro. O primeiro registo d'essa viagem sem consequencias é o de 1375, no mappa-mundi de Cresques, reproduzido por todos os cosmographos mayorquinos posteriores. E não ha noticia de nenhum outro Jayme contemporaneo com reputação scientifica para aconselhar o infante D. Henrique a contractal-o. Jafuda Cresques, Jayme Ribes, Jayme ou Jacome-o-mayorquino são portanto a mesma pessoa; e esse cosmographo dos reis de Aragão é o mestre que ensinou a grande pleiade de cartographos marroquinos, Guilherme Soler, Valseca, Viladeste, Oliva, Prunés, Salvat, etc. antes de vir para Portugal iniciar na eschola de Sagres os pilotos portuguezes nas artes da navegação.

APPENDICE D.

AS PUBLICAÇÕES PORTUGUEZAS

NO

CENTENARIO COLOMBINO

São tres os tomos que reunem os trabalhos historicos portuguezes, colligidos por occasião do centenario da descoberta da America, e destinados a contribuir para o conjunto das manifestações de diversa ordem, com que a Peninsula celebrou a apotheose de Colombo.

O primeiro é o *Esmeraldo de situ orbis,* de Duarte Pacheco Pereira, até agora inedito, e que foi impresso por ordem do governo, formando um tomo de XXV — 125 pag. fol. que comprehendem, além do texto, uma colecção de documentos e o premio biographico do autor, pelo Sr. Rafael Basto.

O segundo é o grosso volume, em que, por ordem do governo tambem, se collígiram *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo ácerca das navegações e conquistas dos portuguezes,* etc. fol. de XVII—556 pag. ilus

trado como o precedente, com numerosos *facsimiles* e gravuras diversas.

O terceiro, finalmente, é o vol. fol., em que a Academia Real das Sciencias de Lisboa, reunio, sob o titulo de *Centenario do descobrimento da America: Memorias da commissão portugueza*, uma collecção de ensaios sobre diversos pontos, directamente ligados com a façanha commemorada em 1892. Como é sabido, foi a Academia encarregada pelo governo de preparar a representação de Portugal no centenario colombino, e justiça é confessar que se desempenhou da commissão de um modo credor de elogio. O tomo da Academia inclue os seguintes trabalhos:

1. O relatorio dos actos da commissão da exposição Colombina (p. 1 — 19) pelo Sr. Araujo;

2. *O centenario do descobrimento da America*, (p. 1—19) pelo Sr. Theophilo Braga;

3. *Breve noticia do descobrimento da America*, (p. 1—80) pelo Sr. Teixeira de Aragão;

4. *Catalogo dos objectos de arte e industria dos indigenas da America*, enviados a Madrid, (p. 1—44) pelo mesmo;

5. *Estudos sobre os navios portuguezes nos seculos XV e XVI* (p. 1—119) pelo Sr. Lopes de Mendonça;

6. *Memoria sobre a residencia de Christovão Colombo na Ilha da Madeira* (p.1—11) pelo Sr. Agostinho de Ornelas;

7. *Os navios de Vasco da Gama* (p. 1—28) pelo Sr. Braz de Oliveira;

8. *O descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral* (p. 1—16) pelo Sr. Baldaque da Silva;

9. *Carta de El-rei D. Manoel ao rei catholico, narrando as viagens dos portuguezes na India, de* 1500 a 1505 (p. 1—104) pelo Sr. Prospero Peragallo.

* * *

O primeiro dos tres tomos, agora impressos, é um monumento de indiscutivel alcance historico, e ao mesmo tempo a obra de um homem que, nos fastos da epopéa oriental portugueza, tinha já consagrada a reputação.

Duarte Pacheco, segundo usualmente se diz, ou Duarte Pacheco Pereira, ficou celebre pela sua formidavel defesa do passo de Cambalaan, contra os exercitos do rajah de Calecut, nos primordios do estabelecimento dos portuguezes no Canará. Póde até dizer-se que, se Vasco da Gama é o inventor da navegação da India, Duarte Pacheco é o iniciador e o primeíro defensor do dominio portuguez nas terras do Indostão.

De nobre ascendencía, Duarte Pacheco, oriundo da geração do algoz de D. Ignez de Castro, vivía na côrte de D. João II e formava parte, com Díogo de Azambuja, Bartholomeu Nunes e Diogo Cão, da pleíade de homens audazes, capitães e pilotos, tão valentes contra o mar, como em terra: pleiade com que o grande rei abrio o caminho da descoberta da India.

Era um dos iniciadores da nobreza nova, creada pelas aventuras ultramarinas: gente que tivera nas praças marroquinas a sua escola de guerra, e nas primitivas viagens de descoberta a sua educação maritima. D. João

II manda-o á Costa da Mina, á descoberta, e, depois de repetidas aventuras, Bartholomeu Dias, ao regressar da viagem em que dobrou o cabo da Boa Esperança, encontra-o naufrago, doente e quasi perdido, na ilha do Principe, trazendo-o ao reino. Vai depois, na armada de Pedro Alvares Cabral á India, e regressa. Volta em 1503 com os dous Albuquerques, ficando lá por capitão-mór do mar até 1505. E' entre estas duas datas que se inscreve o episodio heroico de Cambalaan. De 1520 a 1522 vêmo-lo governador de S. Jorge da Mina na Guiné; e em 1533 já tinha morrido, desafortunado, como tantos dos heróes aventureiros portuguezes.

Tal é em breves traços o que se sabe da historia deste soldado, que, á maneira geral, ainda neste tempo, era tambem um marinheiro. Soldado e marinheiro, Duarte Pacheco foi tambem escriptor. Ainda nisto os conquistadores portuguezes se parecem com os carthaginezes; e Duarte Pacheco e o *Esmeraldo de situ orbis* não são exemplos singulares.

O famoso *Livro* de Duarte Barbosa, *periplo* perfeito das costas occidentaes do oceano indico, para não citar os roteiros de Vasco da Gama e de D. João de Castro, é um monumento de índole identica á do vetusto *periplo* de Hannon, o carthaginez.

O *Esmeraldo* consta de quatro livros, divididos em varios capitulos. O primeiro livro é uma descripção do mundo, em cujo centro se colloca o Nilo, descripto conforme as idéas geographicas do tempo. Depois seguem-se considerações varias acerca da chronometria, da cosmographia, derrotas, ventos, marés, deter-

minações de latitudes e longitudes. Esgotadas as considerações geraes, que, por assim dizer, resumem a pratica da navegação coeva, descreve-se o Estreito, a costa marroquina, e o littoral africano até á serra Leôa. Fôra o theatro das primeiras viagens portuguezas. O livro segundo registra o progresso das descobertas no reinado de Affonso V, isto é, até á Costa da Mina e as ilhas do golpho da Guiné. O terceiro prosegue, no tempo de D. João II, pelo Congo, descoberto por Diogo Cão, até ao Cabo da Boa Esperança, transposto por Bartholomeu Dias. O quarto livro, finalmente, descreve a derrota da India, concluindo com varios conselhos aos mareantes sobre a travessia e as monções.

Esta rapida noticia do livro que agora, pela primeira vez, sahio a lume, depois de escripto ha quatro seculos, basta para que se forme uma idéa da importancia do documento e do serviço prestado á historia da geographia em geral e á das navegações portuguezas, particularmente, com a publicação feita por occasião do centenario colombino.

* * *

O primeiro dos documentos colligidos no tomo do Archivo Nacional tem a data de 18 de Fevereiro de 1416; o ultimo a de 23 de Abril de 1529.

O primeiro é immedito á conquista de Ceuta, inicio da epopeia das descobertas, que termina quando, nas Molucas, se encontram os argonautas castelhanos e portuguezes, partidos oppostamente, para oriente e para occidente.

1529 é a data do tratado de posse, navegação e commercio das Molucas, celebrado em Lerida, entre o imperador Carlos V e o rei D. João III.

Chronologicamente arrumados, os numerosos documentos do tomo do Archivo Nacional, acompanham e illuminam os momentos successivos da historia dos descobrimentos, sob qualquer aspecto que os queiramos estudar.

Pelo que díz respeito ás relações das duas monarquias peninsulares, no empenho commum e parallelo da descoberta e conquista do mundo desconhecido, principíamos por notar o ultimo que é o tratado das Molucas. Regressando á primeira metade do seculo XV, achamos o termo de compra dos direitos sobre Lançarote, nas Canarias, pelo infante D. Henrique a um micer Maciote (9 de Março de 1448) documento com que abre o debatido pleito da posse do archipelago que o infante queria para si, e os reis lhe não deixavam occupar para impedir conflictos com Castella. Esse pleito resolve-se afinal pelo tratado de Toledo (6 de Março de 1480) entre Affonso V e os reis catholicos; tratado pelo qual as Canarias ficam a Castella, e a Portugal, exclusivamente, toda a Africa descoberta e a descobrir para o Sul.

E como consequencia desse tratado, vem logo (6 de Abril de 1480) a carta regia que declara *mare clausum* o da Guiné, mandando aos capitães que aprisionem qualquer navio não-portuguez encontrado nessas aguas; e que os homens das tripolações «sem outra mais ordem nem figura de juizo, possão logo ser e sejão deitados ao mar, para que morrão logo

naturalmente». Era o que os carthaginezes faziam aos navios latinos encontrados nas costas longinquas dos dous extremos do Mediterraneo.

Liquidado o pleito das Canarias, as descobertas multiplicavam-se todavia; e a toda a hora surgiam do mar terras novas. Era urgente fixar uma partilha entre as duas nações da Hespanha, rivaes com effeito, mas não hostís, nessa empreza epica da descoberta do mundo. E' o que a bulla de Alexandre VI (4 de Maio de 1493) estabeleceu; e sujeitando-se á sentença papal, é o que os soberanos da Hespanha, João II e Fernando-Isabel, pactuáram no tratado de Tordesílhas (7 de Junho 1494).

Na mesma data e lugar os reis assignáram outro tratado para regular as pescarias na costa do Ouro e os limites do reino de Fez.

A carta de D. Manoel (1499) aos reis de Castella, noticiando a descoberta da India, liga-se naturalmente ao documento publicado pelo Sr. Peragalló no tomo da Academia, e a que mais adiante nos havemos de referir.

Depois encontramos a resolução final das pendencias entre as duas corôas ácerca da influencia em Marrocos, pelo termo da cessão (23 de Setembro 1509) de Belez de Gomeira. Peñoa com a sua fortaleza e a costa até Mellida: cessão feita por D. Manoel á rainha D. Joanna de Castella, deixando-lhe por essa fórma toda a costa marroquina no Mediterraneo.

Encontrámos, finalmente os documentos relativos á viagem de Magalhães, que, effectuada por um portuguez, em navios castelhanos, e

destinada a rematar e soldar, em toda a redondeza do mundo, as viagens divergentes dos dous povos peninsulares, parece obedecer a um designio providencial, attestando a intima cooperação e a unidade essencial das emprezas de ambas as nações.

Temos a carta de mercê dos reis de Castella a Ruy Faleiro e Fernão de Magalhães (22 de Março 1518), mandados á descoberta do Pacifico. Temos a carta do rei de Castella a D. Manoel (28 de Fevereiro 1519), assegurando-lhes que a viagem de Magalhães em nada offende os direitos de Portugal. Temos o movimento da armada de Fernão de Magalhães (6 de Abril 1519). Temos a carta regia castelhana (19 de Abril 1519), mandando Magalhães e Faleiro á descoberta. Temos, finalmente, a carta do feitor portuguez na Andaluzia, Sebastião Alvares (18 de Julho de 1519), informando o rei D. Manoel dos pormenores e do alcance da viagem de Magalhães.

Começa a pendencia para a posse dos territorios do Extremo-Oriente, ou por outra, a questão das Molucas, problema intrincado para a cosmographia do tempo, e que devia ser resolvido pelo tratado de Tordesilhas, conforme a bulla de Alexandre VI. Registro dessas disputas nos confins extremos do mundo é a carta de Antonio de Brito a D. João III (6 de Maio de 1523) sobre a viagem de Banda e como por lá se houvera com os castelhanos de Magalhães. E a conclusão do pleito e o tratado de Lerida (23 de Abril de 1529), a que já nos referimos.

Este simples enunciado mostra o valor inestimavel que têm os documentos do Archivo Nacional (transcriptos integral e fielmente)

para a historia de ambas as nações, na sua empreza commum da descoberta do mundo. Demonstram o caracter de intimidade e accôrdo que os animou sempre, nos diversos pontos em que se acharam em contacto, senão em conflicto: em Marrocos, nas Canarias, nas Molucas.

Nem valem menos, para a historia particular portugueza, os numerosissimos documentos publicados: bullas, cartas regias, doações e entre todas, a collecção de cartas de Affonso de Albuquerque, da India, nos annos de 1512, 1513, 1514 e 1515.

* *
*

Monumentos de igual valor são os que especialmente se referem á descoberta do continente americano.

Mas, a este respeito convêm aproximar os documentos do Archivo Nacional com o tomo das Memorias da Academia; especialmente com os trabalhos dos Srs. Theophilo Braga e Teixeira de Aragão, e muito particularmente com o breve mas lucido estudo do Sr. Baldaque da Silva ácerca do caracter exacto que teve o descobrimento do Brazil.

Não é de agora que se põe em duvida a verdade da tradição que dá como occasional a descoberta do Brazil. Os navios de Cabral, arrojados por um temporal ou transviados por um erro de navegação, para occidente teriam descoberto a America Austral. Demonstrar a impossibilidade desta versão, é o que o Sr. Baldaque faz, a nosso ver, cabalmente.

E por outro lado já da carta enviada a D. Manoel, do Brazil, por Pero Vaz de Caminha, (doc. de 1 de Maio de 1500) já do *Esmeraldo*, agora publicado, vê-se a intenção de achar as terras austraes da America e infere-se a quasi certeza de que Pedro Alvares Cabral levaria instrucções reservadas a tal respeito.

Caminha diz:

«Assim seguimos *vosso caminho* (isto é a derrota indicada pelo rei) por mar do Congo até 20 de Abril que topamos algues signaes de terra». (1)

Por outro lado, Duarte Pacheco, dirigindo-se ao rei, allude ao proposito da descoberta da America austral nestas palavras:

«No terceiro anno do vosso reinado, anno de Nosso Senhor de 1498 em que V. A, nos mandou *descobrir a parte occidental*, paseando além a grandeza do mar occeano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme com ilhas adjacentes a ella». (*Esmeraldo* I, 2,°; p. 7) Esta *grande terra firme* é a America descoberta por Colombo; e claramente se divisa o pensamento de que esse continente havia de prolongar-se para o sul.

A viagem de Duarte Pacheco não chegou a effectuar-se em 1498; mais dous annos depois é a de Cabral, e parece fóra de duvida que o pensamento denunciado antes, não teria desapparecido da mente do monarcha.

Que motivo porém, obrigava a conservar reservado esse plano? Porque não vem elle expresso nas instrucções patentes dadas a

(1) V. a pag. nota sobre a viagem de Cabral, onde se regista o erro que ha n'esta transcripção.

Pedro Alvares Cabral (doc. 1500)? Evidentemente porque o rei temia, ao dar essas instrucções, que o visinho de Castella protestasse, por ellas infringirem os termos do tratado de Tordesilhas.

No Atlas de Cantino, onde vem traçada a linha divisoria do tratado, as costas do Brazil, que com effeito, avançam, protuberantemente no oceano, ficam para dentro, porém, da esphera de acção reservada a Portugal; bem como o ficam, ao norte, as terras dos Cortes Reaes.

Tambem essa outra investida por oeste se acha registrada no tomo dos documentos do Archivo Nacional: é a carta de D. Manoel a Miguel Corte Real (15 de Janeiro 1502) doando-lhe as terras que descobrisse; é a doação de 17 de Setembro de 1506, a Vasqueannes Corte Real; etc. E além d'estas provas de que o proposito descobridor dos portuguezes se não limitava ao rumo do Oriente, temos a carta de D. João II (24 de Junho, 1486) para a descoberta da ilha ou ilhas das Sete cidades, archipelago lendario do Atlantico, miragem fugaz levantada sobre os nevoeiros do mar pelas tradições antigas renovadas com as lendas dos paraizos celticos.

* *
*

Mencionamos ainda, no tomo das Memorias da Academia, os estudos do Sr. Lopes de Mendonça e do Sr. Braz de Oliveira. O primeiro póde dizer-se que esgotou o assumpto da archeologia naval portugueza da Renascença,

colligindo todas as fontes de informação ácerca dos typos de navios, suas fórmas, abastecimentos, equipamento, custo, etc. O segundo apresenta um habil e curioso ensaio de reconstrucção das náos que levaram Vasco da Gama á India.

E por fim, cumpre não esquecer, nesse mesmo tomo da Academia, a Memoria do Sr. Ornellas sobre a residencia de Colombo no Funchal; e menos ainda a carta do rei D. Manoel aos reis de Castella, narrando-lhes os acontecimentos da India desde 1500 a 1505. Esse documento, que o Sr. Peragallo reimprime hoje, fôra publicado em uma traducção italiana em 1505, mas dessa edição apenas restam, que se saiba, tres exemplares. Sobre a cópia de um desses exemplares, cotejada com a edição de Burnell (1881; 25 exemplares) se fez a impressão actual em que, ao lado do texto italiano, vem a traducção em portuguez.

Em que lingua foi primitivamente escripta a carta, que deve existir nos archivos de Hespanha? Uns querem que em latim, outros em castelhano: o mais provavel é que fosse em portuguez. O Sr. Peragallo commentou a carta com annotações copiosas; e juntou-lhe, como appendice, a *Relacione* das viagens de Chá Masser na India; e as cartas de Alberto Cantino e Pietro Pascualigo ácerca das descobertas dos Corte Reaes. Colombista convicto, o Sr. Peragallo, sacerdote italiano, quasi nacionalisado portuguez por largos annos de residencia em Lisboa, cooperou assim comnosco no preito que toda a Hespanha tributou ao descobridor da America.

Eis ahi, o que são os subsidios novos com

que Portugal contribuio para o centenario Colombino. A importancia destes trabalhos resalta á simples enumeração; mas só compulsando-os e estudando-os, é possivel avaliar o alcance que possuem para os progressos do saber exacto.

E não esqueçamos, para concluir, o volume que o Sr. Pinheiro Chagas publicou sob o titulo de *Os descobrimentos portuguezes e os de Colombo,* Lisboa, 1892, que é uma dissertação historica de subido valor.

APPENDICE E

AS INSTITUIÇÕES COLONIAES PORTUGUEZAS

Chronologicamente, os primeiros factos que attestam o genio colonisador dos portuguezes são as doações. No systema da soberania e da propriedade, segundo o direito feodal europeu, affirmada a suzerania papal sobre as terras, *sem senhor*, por serem desconhecidas, a primeira doação era a da Santa Sé que nellas investio os monarchas descobridores, conferindo, ou antes, consagrando a propriedade fundada no direito do primeiro occupante. Em Portugal, a Corôa, investida pelo Papa no dominio das terras descobertas, tranferiu a suzerania para o infante D. Henrique (1) a quem, como grão-mestre da ordem de Christo, a Egreja, por seu lado, conferia o dizimo dos direitos ecclesiasticos para o fim da propagação da fé (2).

(1) Bullas de 8 jan. 1450 e 1454 (Nicolau V).

(2) Doações de 1449 e 1454, confirmadas pela bulla, do Nicolau V e Callixto III. V. Sousa, *Hist. Geneal.*, *Provas*, I p. 442, 4, 5, e 6.

Assente n'estas bases o direito politico e de propriedade, o infante D. Henrique, donatario universal das terras descobertas, transfere-as, por seu turno a donatarios ou concessionarios, dos quaes, o primeiro é o genovez Bartholomeu Perestrello que tem Porto-Santo. A carta de doação de 1 de Novembro de 1446 (1) estabelece a hereditariedade da concessão em linha primogenita masculina, attribuindo ao donatario a jurisdicção civel e crime, *resalvando morte ou talhamento de membro;* o monopolio dos *moinhos de pam*, excluindo as mós de braço; o monopolio dos fornos de pão; o imposto de um marco de prata sobre as serras d'agoa e outros engenhos, com o dizimo para o infante; o monopolio da venda do sal; o dizimo dos rendimentos suzeranos reservados para o infante; e finalmente a faculdade de distribuir terras sob condições de serem cultivadas dentro de cinco annos, conforme a lei vigente das sesmarias.

A doação de Porto Santo não trouxe maiores resultados, porque a ilha não passava de um areal quasi esteril; mas processo identico, ou analogo, applicado, não só á Madeira, como aos Açores, (2) deu em consequencia a rapida povoação e cultura das ilhas adjacentes (3). Foi

(1) Arch. nac. *Chanc. Affonso* v. 33.º fl. 85; transcriptas integralmente no tomo dos *Docc. da Torre do Tombo (centen. Colomb.)* p. 10

(2) V. as cartas de doação publicadas em Cordeiro, *Hist. insul.* I, 149 e 151; II, 8; no *arch. dos Açores*, II, 11; IV, 193, 207; e nas *Saudades da Terra* (ed. Azevedo) p. 451-9 e 665, notas do ed.

(3) «E foe o começo da povoraçom desta ilha (Madeira) no anno do nacimento de Jhu Xpõ de mil e iiij. xx (1420)

ainda o mesmo processo que, quasi um seculo depois, o governo de D. João III applicou á primitiva colonisação do Brazil (1) e que estabeleceu o ponto de partida da constituição do futuro imperio neo-portuguez da America.

Taes foram pois os primeiros processos empregados para a colonisação e povoação das ilhas deshabitadas e incultas. Era um facto novo na historia economica do mundo. E quando, mais tarde se descobre, no golpho da Guiné, a ilha, tambem deshabitada e tambem inculta de S. Thomé, aos processos anteriores junta-se o da colonisação penal e proselytica. Para S. Thomé, começou D. João II a mandar os condemnados a degredo, (2) e mandou tambem para lá os filhos dos judeus fugidos de Castella, já baptisados, que foram com o donatario

annos.» — «E na era de mil e iiij. rv. (1445) mando o iffante... povoar outras duas ilhas.» (Santa Maria, S. Miguel) Azurara, *conq. de Guiné*, LXXXIII, pp. 388-9. A introducção da cana de assucar, trazida da Sicilia (nem Azurara, nem Barros fallam da malvasia de Candia) teve um exito immediato na Madeira. A installação das serras de agoa para a exploração das florestas da ilha, deu novos progressos á construcção naval permittindo «fazer navios de gavea e castellos d'avante, porque d'antes não os havia no reino... nem havia mais navios que caravellas do Algarve e barineis em Lisboa e Porto.» — *Saud. da Terra* (ed. Azevedo) c. XII, p. 65. E' este mesmo livro que diz (XX, p. 113) ter o infante mandado vir os bacellos de Candia.

(1) Cf. *O Brazil e as Colon. port.* do A. (3.ª ed.) p. 8-16.

(2) «Estas ilhas (S. Thomé, Principe) foram descobertas pelos navios de el-rei de Portugal em 1484... O rei de Portugal manda para lá todos os annos os condemnados á morte para cultivarem a terra e sustentarem-se do que ella produz.» — Seg do globo de Nuremberg, de Behaim; Major vida do infante, etc. p. 386.

da ilha, Alvaro de Caminha, em 1493, para a povoarem, vivendo christãmente (1). As colonias de povoação e de plantação ás colonias propriamente ditas e ás *fazendas*, junta pois o espirito inventivo da administração portugueza as colonias presidiarias.

O typo archaico, phenicio e grego, das colonias feitorias, guardadas por fortalezas, é tambem restaurado logo desde os primeiros tempos das explorações portuguezas. Na sua primeira viagem, Cadamosto diz ter achado em Arguim officiaes construindo o castello mandado fazer pelo infante D. Henrique; por isso Goes, referindo como, em 1461, D. Affonso v mandara Sueiro Mendes levantar uma fortaleza n'esse ponto, observa: «mas parece que seria mais mandallo acabar que não começar de novo, pois o Infante foi o autor de tal obra». (2) Arguim foi a primeira feitoria de trafego ou resgate sertanejo, funccionando á sombra de uma fortaleza: a segunda foi, mais ao sul, S. Jorge da Mina, hoje conhecida pelo nome de Elmina. D. João II vendo que o arrendamento feito por seu pae a Fernão Gomes produzia pouco, e disposto a dar um novo impulso ás emprezas coloniaes, mandou em 1481 Diogo d'Azambuja com uma frota levando todos os materiaes para a construcção do forte. (3) Construiu-se a fortaleza em 1482, e n'esse mesmo anno se estabeleceu o protectorado sobre o Cazamansa: era outra restauração do systema colonial da Antiguidade.

(1) Rezende, *Chron. de D. João* II, 179.
(2) Goes, *Chron. do Princ. D. João*, 8.
(3) Rezende, *Chron. de D. João II*. 25, Cf. Luciano Cordeiro, *Diogo d'Azambuj.*, *pass.*

Se as feitorias e protectorados sobre os povos barbaros reproduziam typos classicos, o typo das companhias de navegação e exploração colonial, ampliação das campanhas de pescadores do Algarve, era porem um facto novo e tão fecundo que, ainda até hoje, todas as nações coloniaes o empregaram e estão empregando. A primeira companhia de navegação e commercio ultramarino que existiu nos tempos modernos foi a de Lançarote, de Lagos, para o resgate do ouro e dos negros da costa ao sul do cabo Bojador : (1) corriam os gastos e lucros de conta da empreza e o infante percebia o quinto do producto bruto, (2) como nas presas do mar. A primeira companhia investida em poderes magestaticos, contratadora da exploração progressiva da costa da Guiné, empreza que o governo de Affonso V abandonava, é a de Fernão Gomes que arrematou, em 1469, o commercio africano pela renda de duzentos mil reis annuaes, com a obrigação de descobrir, cada anno tambem quinhentas legoas de terra para o sul a partir da Serra-Leoa. (3)

Este corpo de instituições successivas que iam surgindo á medida que se ia alargando a descoberta de terras novas completava-se e como que se baseava no dominio exclusivo do

(1) «E considerando em esto (Lançarote começou de fallar com alguûns seus amigos movendo-os pera companhia daquelle feito a qual cousa não foi cara daner.» — Azurara, *Conq da Guiné*, 18 p. 105.

(2) «Bem sabe vossa mercee como avees daner o *quinto* d'estes moyros» — *Ibid.* 24, p. 130.

(3) Barros, *Dec.* I, 2, 2. Cf. *Os filhos de D. João I*, de A. p. 256-9.

mar, *mare clausura*. Sobre as terras inventara-se o direito de soberania e propriedade, mas o instincto de expansão da personalidade humana nunca foi alem de apropriar nacionalmente uma certa zona de aguas em volta das terras: o mar largo é livre, commum.

E sendo livre, como impedir que na esteira das nossas caravellas fossem as de outrem recolher o fructo por nós amadurecido? Tambem aqui se vê renascer o antígo pensamento phenicio, creando segredos com as derrotas, involvendo a navegação n'uma atmosphera de enganos. Os navios redondos, que eram os geraes nas nações do norte europeu, perder-se-hiam irremissivelmente na Guiné, onde só as caravellas portuguezas podiam navegar. Para dar credito a esta mentira, o proprio rei D. João II mandava dar á costa urcas velhas. (1) Por outro lado, comprava-se por bom dinheiro o silencio dos pilotos amestrados nas longas viagens dos tempos posteriores, e do mesmo modo se quebrava a penna dos cartographos indiscretos, (2) quando se não impunham cas-

(1) «Elrey D. João II por ninguem ousar d'ir a aquellas partes fez crer a todos que da Mina nam podiam tornar navios redondos por causa das grandes correntes. E pera isso toda a pedra, cal, telha, madeira, pregadura, ferramentas, mantimentos, tudo (para a constr. da fortal. de S. Jorge) mandou em hurcas velhas, pera la se desfazerem e dizerem que por causa das grandes correntes não poderam tornar; e assim se fez com muito segredo e grandes juramentos e ouverão todos por tão certo que na vida delrey sempre pareceo que navios redondos não podião vir de lá e com isto teve sempre a Mina bem guardada.» — Rezende. *Chron. D. João II.*, 24 e 149.

(2) V. o contracto de 31 de setembro de 1531, entre o agente de D. João III e o cartographo e piloto Leone

tigos que iam até á propria morte aos que revelassem os segredos das derrotas dos navios portuguezes. (1)

O mar austral era portuguez : essa estrada só levava a estabelecimentos portuguezes. Para os proprios nacionaes, o rei mandara «que nenhum nom fosse aquelas terras sem seu mandado e licença asy pera guerra, como pera mercadorias e que daqueles a que elle (o infante D. Henrique) asy mandasse ou dese licença lhes desemos o direito do quinto ou dizimo do que de lá trouvessem, segundo a nós pertence.» (2) Mas disposições taes não poderiam tornar-se effectivas se desde o principio não fossem appoiadas pela força. Ao crescer do imperio ultramarino portuguez corresponde o augmento das forças navaes : as esquadras garantiam a clausura do mar.

Pancald opara que a ninguem este ensine o caminho das Molucas, mediante o pagamento de 2000 ducados, em C. Desimoni, *Una moneta col nome di Guilio* II *e quattro doc reguard. il piloto savon L. Pancaldo* Savona 1891 ; 8.º

(1) Arch. nac. *Chanc. de Affonso V, 24.º fl. 61 ;* carta de 22 de outubro de 1443, transcripta integralmente no tomo dos *Docc. da Torre do Tombo*, p. 8.

Angelo Trivigiano escreve de Lisboa em 21 de agosto 1501 que não podera obter o mappa de «certa viagem recente a Calicut (a viagem de Cabral descobr do Brazil) que confirmara as noticias da riqueza da India pois o rei de Portugal decretara a pena de morte contra quem quer que communicasse o mappa d'essa expedição : *de la carta del qual viazo non é possible haverne, chel Ré ha messo pena la vita a chi la da fora.* — Zurla, *Marco Polo*, Veneza 1818; II, 362. — Cf. sobre a clausura do mar e o episodio de João Ango, o tomo I, p. 43-52, d'esta obra.

(2) Arch. nac. *Chanc. Aff.* v, *24.º fl. 61* ; carta de 22 de outubro de 1443, transcr. integr. no tomo dos *Docc. da Torre do Tombo*, p. 8.

Antes d'ellas tomarem o incremento que attingiram no XVI seculo, já o direito maritimo portuguez, e logo que se regulou com Castella a questão da posse das Canarias, estabelecia regras terriveis contra os infractores do monopolio dos mares. Navio estrangeiro que fosse colhido no mar da Guiné era apresado e a guarnição *deytados ao mar*. (1) Por outro lado, se as qualidades nauticas das caravellas tinham facilitado as viagens de descoberta, depois a structura d'esses navios, artilhados, dava-lhes vantagem inconstestavel sobre os navios redondos, ou náos e urcas. Attribue-se a D. João II a invenção do munir as caravellas de bombardas ao lume d'agoa, «e por serem mui ligeiras e pequenas que as náos grossas lhes não podiam fazer nojo com seus tiros, foram tão temidas no mar as caravellas de Portugal muito tempo, que nenhuns navios por grandes que fossem as ousavam esperar, até que se soube a maneira em que trazião os ditos tiros.» (2).

A clausura dos mares que os portuguezes tinham mais ou menos conseguido estabelecer no Atlantico austral, pretenderam tambem assegural-a no oceano indico, singrado em todas as direcções pelos navios que desciam do mar Vermelho. Era portanto mais difficil a em-

(1) «...tanto que os taaes (navios) forem tomados, sem outra mais ordem nem fegura de juizo possam logo todos ser e sejam deytados ao mar, pera que mouram logo naturallmente e nom sejam trazidos a estes rregnos.» — *Chanc. Aff.* v, 32.º fl. 63; doc. transcr. no *Tomo dos Docc. da Torre do Tombo*, p. 45.

(2) Resende, *Chron, D. João II*, 180.

preza, do que nos mares desertos da Africa e por isso foi nos pontos estrategicos do mar das Indias que maiores forças navaes portuguezas se concentraram. A sua missão era dar caça ás naus dos mouros, já para os expulsar d'esse campo de acção, já porque o saque dos comboyos maritimos formava uma das principaes fontes de rendimento. No regimento, ou instrucções, que Fernão Soares leva para a India em 1507, prescreve-se que «em todo o caminho que fezerdes, se topasses alguns navios e presas de mouros... farês por a elles chegar e trabalharês por os tomar... Se tomasses algunas presas em que achases algunas pesoas e mercadores principades os levareis comvosco... e os outros leixarês la pera servirem nas fortalezas da India e tambem pera se resgatarem.» Da presa, o capitão tirava para si a sua *joia*, á propria escolha, com tanto que não valesse mais de quinhentos cruzados; depois tirava-se o quinto para el rei; depois o resto dividia-se em tres partes, duas para o rei, e a outra para ser repartida entre as tripulações desde os capitães até aos grumetes, segundo a formula estabelecida (1).

O imperio oriental portuguez, vacillante sobre o mar, não conseguiu firmar-se apesar da tentativa genial de Albuquerque: foi uma aventura epica; mas as instituições coloniaes inventadas por nós e reproduzidas por todas as nações que vieram depois de nós, deram em resultado a colonisação das ilhas atlanticas, do Brazil e da Africa.

(1) *Doc. da Torre do Tombo*, regim. de Fernão Soares, 1507; p. 161-83.

E' nesta parte do mundo que encontramos a ultima e originalissima adaptação do principio das doações primitivas, modificado segundo as conveniencias locaes, para a colonisação dos prazos da Zambezia. E tendo n'outro logar (1) estudado estas instituições concluo este estudo transcrevendo, em parte, o que então escrevi:

«É conhecida a influencia do mahometismo nas populações negras da Africa oriental, influencia simultaneamente exercida ao longo do continente pelas incursões das raças mais ou menos arabisadas da região dos lagos superiores e pelo dominio que no litoral o trato maritimo com as costas fronteiras da Arabia, da Persia e da India estabeleceu, creando os successivos sultanatos de *mouros*, quer dizer, de persas, de turcos, de arabes, de afghans, em que se achava repartida a Africa oriental, desde Lourenço Marques até á Ethiopia, na epocha em que pela primeira vez a visitámos.

Supprimindo o imperio musulmano, o nosso dominio acceitou d'elle instituições que encontrou enraizadas nos costumes dos gentios, procedendo como hoje ainda os inglezes procedem na India e os hollandezes em Java, isto é, em regiões onde a expansão prévia do Alcorão estabelecêra tambem essa fórma inicial de constituição politica, que tem por caracteristicas, a capitação como imposto, e o sultanato militar como governo.

O *mussoco* não é mais do que uma capitação,

(1) *Relatorio da Comiss. encarr. de estudar as reformas a introduzir no Syst. dos prazos; de Moçambique;* Lisboa, 1889.

precisamente identica á que os arabes estabeleceram por toda a parte onde estenderam as suas conquistas; e na propria metropole portugueza as populações vencidas tiveram de sujeitar-se a serviço igual, quando os arabes vencedores se apossaram em parte das terras na peninsula hispanica.

Por outro lado, o emphyteuta colonial portuguez, estabelecido nos prazos de Moçambique, tendo ao lado o *fumo* ou o *inhacuaïa* negro, não foi (nem ainda até certo ponto o é o arrendatario seu herdeiro) mais do que o successor dos antigos principes indigenas que lavravam a terra para os sultões, e em troca da cobrança da capitação obtinham direitos de soberania sobre os homens e de propriedade sobre as terras.

Substituindo-se aos sultões *mouros*, o dominio portuguez aproveitou, para se consolidar, aquella especie de feudalismo commum a todos os territorios nas condições em que se encontrava a Africa oriental. Ao lado do *fumo* ou do *inhacuaua*, dynasta indigena que reinára até ahi sob a suzerania do sultão, poz um portuguez, como os hollandezes põem residentes ao lado dos sultões em Java. Mas este *residente* portuguez não era simplesmente um funccionario: era um homem revestido de um poder e auctoridade que, gradualmente, havia de absorver e obliterar o poder e auctoridade dos dynastas indigenas.

Este traço é que é original nosso, e mais uma vez demonstra o tino, a perspicacia e o alcance de vistas praticamente lucido dos nossos antigos colonisadores, que tinham sempre em

mira avassallar os territorios, confundindo comnosco as populações indigenas.

Instituições do mesmo genero vemos apparecerem na India logo desde a conquista de Goa por Affonso de Albuquerque, o qual, no proposito de estabelecer os portuguezes, ligando-o ás indigenas, concedeu gratuitamente aos *casados* os prazos constituidos com as terras confiscadas ás aldeias que, desde remotissimos tempos, viviam no regimen de communismo rural generalisado em toda a India. Novos prazos se crearam depois com terrenos conquistados, doando-se, por varios titulos, a diversos emphyteutas; e a historia das variações d'esses bens, extinctos finalmente pela carta de lei de 10 de junho de 1867, póde ver se até 1844 no *Repertorio commentado sobre foraes e doações regias*, (1) do jurisconsulto Silva Ferrão, obra que, dizendo muito ácerca dos prazos da India, é todavia inteiramente omissa com relação aos da Zambezia, embora os mencione de passagem.

Faltou-nos o tempo para indagar como nasceu a instituição dos prazos na Zambezia; mas esta applicação do direito emphyteutico, não como no seculo XVI elle se praticava na Europa, mas sim como fôra nos tempos remotos da sua origem, quando na decomposição do imperio romano se constituia por fórma que deu origem ás instituições feudaes; esta applicação do direito emphyteutico, repetimos, é uma outra face do plano que no Brazil creava tambem as capitanias geraes. De um mesmo pensamento saíu de certo a idéa de applicar

(1) Tom. I, pp. 70, e segg.

aos territorios sertanejos do ultramar, para sua civilisação, instituições analogas áquellas que na idade media tinham servido á civilisação na Europa.

Todo o territorio dos prazos tem vindo á corôa, diz Sebastião Xavier Botelho, na sua *Memoria estatistica sobre os dominios portuguezes na Africa oriental*, por concessões e conquista, e pouco terreno ahi ha que seja propriedade allodial e lhe não pertença. Foram estas terras encabeçadas com proposito de augmentar as familias livres, ajudando as com patrimonio e domicilio. São estes prazos de livre nomeação para andarem sempre em filhas, com obrigação de casarem com portuguezes nascidos no reino e com a condição de melhorarem as terras e *residirem n'ellas*, pena de commisso. Os filhos varões são excluidos da successão, emquanto ha filhas; porquanto, o fim de se constituirem estes prazos foi prender os naturaes do reino e os da Africa e Asia por allianças e vinculos de sangue. Concedem-se os encabeçamentos em tres vidas, com prestação estipulada, e o possuidor da primeira póde, não tendo successão, nomear a segunda a seu alvedrio, e este a terceira, guardada sempre a preferencia das femeas... Aos prazos antigos annexaram-se mais treze por conquistas feitas nos annos de 1804 e 1807. Os doze conquistados em 1804 eram os estados da rainha Sazora, no paiz dos cafres maraves, ao norte do rio Zambeze; o outro prazo, que foi conquistado em 1807, era parte dos estados do regulo Bive, tambem marave.

Pela instituição dos prazos em Moçambique o donatario ou emphyteuta, substituindo-se aos

dynastas indigenas, apparecia revestido de todos os attributos da soberania feudal: era o senhor da terra, por isso que a terra, apanagio da corôa, lhe fôra doada; era o senhor da gente, por isso que uma escravidão, mais similhante á servidão da gleba medieval do que á escravidão antiga, a mantinha sobre o prazo; e os servos, presos pelo serviço do mussoco, tinham de, necessariamente, ver n'aquelle que lh'o cobrava o seu senhor e o seu principe.

Esse imposto repartia-se e cobrava-se (e cobra-se) de um modo igual ao que succede em todos os paizes onde ha ainda adscripção á gleba, mas com os traços peculiares indigenas.

«Junto a cada *fumo* (já veremos o que é o *fumo*), diz Gamitto no seu *Muata Cazembe*, ha um *chuanga*, escravo do emphyteuta e homem da sua confiança: elle e o *fumo* fazem juntos o recenseamento, operação que se verifica dando elle tantos nós em uma corda, quantos são os individuos que têem de pagar tributo.»

Esta corda, com estes nós, equivalente perfeito dos *quippus* azteques, fica em poder do *chuanga*.

«Regularmente, coutinúa Gamitto, os tributos são pagos em agosto ou setembro, tempo em que já se têem feito e debulhado as colheitas. Cada casal de colonos paga 1 *quitundo* de milho, que nunca tem menos de 3 alqueires. O *fumo* paga pela sua povoação ordinariamente 5 *mancilas*, e paga mais um determinado numero de gallinhas.»

De tudo isto se comprehende, pois, facilmente como a instituição dos prazos deu em resultado á substituição completa dos dynastas indigenas pelos emphyteutas mais ou me-

nos europeus e portuguezes, a extensão consequente do dominio portuguez pelo interior dos sertões, e a reducção dos chefes locaes á condição actual dos *inhacuañas*, que podem dizer-se simples agentes fiscaes dos arrendatarios actuaes de prazos.

Em 1835, Xavier Botelho, na sua *Memoria*, menciona tambem n'estas palavras a existencia de um maioral ou juiz de paz, chamado o *fumo*:

«Cada um d'estes prazos é considerado como um districto sobre si, povoado de aldeias e colonos adscripticios (servos da gleba), que vivem debaixo da obediencia de um maioral chamado *fumo*, que é como juiz arbitro em suas differenças; elle as compõe, elle os castiga e os governa com sujeição ao capitão mór dos rios e recurso para as justiças e governo de Sena, e appellação para o ouvidor de Moçambique, ou para o capitão general, conforme a gravidade dos casos.»

Não póde, pois, restar duvida sobre a natureza e o caracter social da instituição; nem é exagero dizer que os portuguezes, conquistando a Zambezia, a organisaram n'um regimen similhante ao que anteriormente existia.

*

Não vem finalmente, fóra de logar transcrever aqui a carta que o sr. Francisco Antonio Pinto estampou á frente do seu livro *An-*

gola e o Congo (Lisboa, 1888) e na qual resumo algumas vistas sobre o problema colonial portuguez, bem como por identico motivo traslado a carta dirigida ao sr. A. F. Nogueira e por elle publicada como prefacio ao seu livro da *Ilha de S. Thomé* (2.ª ed. Lisboa, 1893).

Dizem assim as duas cartas:

I

Meu bom amigo:

Este livro veio accordar-me a lembrança das noites em que a sua palavra colorida, o seu enthusiasmo quente, a sua convicção e o seu saber nos deleitavam e instruiam, captivando-nos, aos milhares de ouvintes que o escutavamos. As conferencias apparecem hoje impressas, e percorrendo estas paginas, reconheço a razão das acclamações de que o meu amigo foi alvo, pois, caso raro em oradores! os seus discursos não valem menos lidos, do que ouvidos.

Se a nossa administração publica se não achasse na situação dos entrevados a quem o andar é impossivel, por fortes que sejam os seus desejos, as suas vontades e os seus planos; se nos não encontrassemos, metropole arruinada, sem um real dispensavel, perante colonias que reclamam sobretudo rios de dinheiro; se essas colonias que são a nossa herança historica, não fossem para nós a cruz acaso providencial, da nossa decadencia tal-

vez irremediavel; se, no meio das miserias do governo da mãe-patria, não se mostrassem mais miseraveis ainda os fastos dos governos ultramarinos; se, pequenos no mappa da Europa, e além de pequenos, quasi nullos, o nosso imperio colonial não fosse a causa da cubiça dos estranhos e de mais de uma bofetada recebida nas nossas faces de povo outr'ora brioso e digno: se não fosse tudo isto e muito mais que não digo, para o não affligir, eu recommendaria o seu livro aos governantes como campo vasto, onde um saber, modernamente vigoroso, deixou fartas messes a ceifar.

Assim, remetto-me ao silencio; porque bem sei que vivemos forçadamente no reinado da impotencia e da rotina. E limito-me a fazer-lhe algumas observações puramente especulativas, que ao ouvir-lhe as suas conferencias me occorreram, e agora me relembram ao ler a sua obra.

Foi a acquisição do districto do Zaire, e os planos da sua occupação consequente, o que o determinou a expôr em publico, não só as suas observações ácerca d'esse districto, mas tambem os seus estudos sobre toda a nossa provincia de Angola. Sinceramente lh'o digo, sem sombra de lisonja: não sei de livro, onde com respeito á regencia de colonias em geral, mas muito em particular com respeito á administração da provincia de Angola, se encontrem as cousas, ou mais completa e cabalmente estudadas, ou mais lucidamente esboçadas. A sua educação de jurista, os seus estudos de sciencias sociaes, fizeram-lhe ver factos que nos livros dos nossos modernos viajantes e funccionarios — burocratas, cartographos, ou

naturalistas, exclusivamente — ou passavam desapercebidos, ou appareciam relatados como simples curiosidades extravagantes.

É esse a meu ver o merecimento capital da sua obra. Ethnologo, discipulo do grande Müller, o meu amigo observou e estudou os negros como raças, nas suas filiações, nos seus cruzamentos, dando-nos alguma cousa mais do que os catalogos de nomes esdruxulos de povos, similhantes aos catalogos de Diodoro ou Siculo, que encontramos nos roteiros dos nossos modernos viajantes.

Como anthropologo e naturalista, Darwin e Broca inspiraram-lhe mais de uma observação suggestiva; ao passo que a linguistica lhe forneceu instrumentos de apreciação fecunda. As revelações de Maspero sobre o Egypto, e as approximações que Schweinfurth fez das civilisações do Alto-Nilo e da região dos Lagos centraes, serviram-lhe para descobrir, nos negros do Occidente, vestigios ou embriões d'esse typo de civilisação negroide plenamente desabrochada em Thebas e em Memphis, os vetustos antepassados do mundo mediterraneo, terra de sabedoria onde Platão e os gregos com reverencia e pasmo iam aprender. Finalmente, como jurista, mas não d'aquelles que apenas sabem decorar textos, nem tambem dos que apenas dissertam *a ratione*: como jurista, digo, discipulo directo de Summer Maine, o Montesquieu do nosso tempo; jurista para quem a evolução dos ritos, dos mythos, das instituições, é a base real e natural das creações do direito—o meu amigo fez o inestimavel serviço de collocar nos seus verdadeiros termos as suppostas aberrações e extravagan-

cias dos pretos: o regimen da familia e do casamento, o da propriedade realenga, o da escravidão, o dos sacrificios humanos, e essa instituição da *casa da tinta*, que espantaria os ignorantes, fazendo sorrir de luxuria mais de um funccionario analphabeto n'estas cousas; mas que, para todos os não absolutamente ignorantes, é o sacrificio da virgindade, rito heroico-mystico, commum a tantos povos de que nos fallam os mais vetustos chronistas.

Estranha o meu amigo que se applique o nosso Codigo Civil e as nossas leis eleitoraes, fructos de uma civilisação que em certos povos modernos se póde dizer completa; mas que apenas, em verdade, é superficial no nosso bom povo: estranha que se applique, com uma cegueira impenitente, a tribus que, dadas as differenças de idiosincrasia ethnica, se encontram, mais ou menos, no estado em que se achavam os gregos homericos, ou os pelles vermelhas da America. Applicar o nosso direito civil aos troyanos! Fazer votar na urna Achilles ou Homero! São com effeito disparates evidentes; mas dou-lhe um seculo para prégar isso á nossa rotina politica e burocratica, e aposto que ao fim de cem annos terá conseguido tanto como ao cabo de um.

Não desanime porém com isso; nem vá pensar que d'ahi julgo vão o trabalho. Pelo contrario. A verdade tem em si propria um valor que póde não ser de troca, segundo a economia politica, sciencia positiva; mas que é similhante ao valor do trigo conservado pelos Pharaós nos seus tumulos das Pyramides. Ao cabo de oito ou dez mil annos, germinou e cresceu! Assim é a verdade: póde não ter valor

actual, mas tem em si, na sua potencia indestructivel de florescimento, um valor absoluto.

Para que, agora, me não possa acoimar de lisongeiro, que não sou, uma vez reconhecido o valor eminente do seu livro, vou dizer tambem que, admirando n'elle a somma dos seus conhecimentos zoologicos, botanicos e geologicos, me parece (nem o meu amigo pensará o contrario) não ter adiantado ao que já sabiamos da historia natural africana. Viu, porém, sentiu, descreveu e pintou. Ha paginas eloquentes, ha observações e anedoctas, que me fazem scismar, a mim que nunca me achei em paizes barbaros (a não ser uma digressão que fiz pelas montanhas de Traz-os-Montes) no encanto irresistivel da *natura naturans*, como diziam os antigos philosophos.

O soldado com a sua espada e o seu bornal, o bufarinheiro com os seus fardos de fazenda, o cartographo com a sua planchetta e o seu theodolito—o proprio juiz com os seus autos! — todos esses, uma vez postos em contacto com a natureza virgem, sentem dentro de si o quer que é do homem barbaro, a arrastal-os e seduzil-os, a ponto de alguns se divorciarem da civilisação para abraçarem a vida agreste das selvas, como por exemplo fez o meu primo Anchietta que, depois de se casar em Lisboa, levava a esposa pelo sertão, dentro de uma gaiola de ferro, com as suas cobras, por amor, para a defender dos leões. Comprehende-se que ella preferisse voltar para a Europa; mas elle ficou por lá, no sertão, naturalista e nomada.

Os nossos homens da Renascença eram assim: apaixonavam-se pelo mar, pelas terras desco-

nhecidas e pelas gentes ignotas. Não ficavam de lá a meditar na *reclame* que as suas travessias haviam de fazer no Chiado. Gaspar Correia e Duarte Barbosa, que nos deixaram o melhor que soubemos da India e do seu governo, eram indagadores que o espirito da curiosidade movia a escrever em diarios particulares as suas observações vivas. D. João de Castro tinha alguma cousa do druida, embriagado pelo amor mystico da natureza. Duarte Galvão nas Molucas, Anchietta no Brazil, abrazados no puro espirito religioso, iam por entre os malaios e os tupis, apostolisando a fé e derramando em volta de si a uncção de caridade abençoada dos santos—essa gloria, essa corôa rutilante da humanidade!

A curiosidade e o espirito aventureiro, depois o amor mystico da Natureza, finalmente o fervor apostolico, eis ahi a trindade de impulsos que n'outras edades nos arrastou para o mundo incognito, com tanta gloria, mas tão escasso fructo. Hoje, com os nossos tempos simultaneamente claros e frios; hoje, que n'este outomno cheio de colheitas opiparas, as flores murcharam todas; hoje, que não ha caridade senão por excepção individual, e que o apostolado é tão excepcional tambem e tão anachronico, como o amor mystico da Natureza; hoje que a terra desflorada perdeu o viço da virgindade e jaz envilecida sob as invenções da arte, pois não ha mar sem vapores, sertão sem estradas, matta que não esteja explorada, nem mina que não pozessem em acções — que resta, hoje, para incitar as obras generosas? Os ordenados que pagam os governos? Não, meu amigo, isso não basta.

Para taes obras é necessario heroismo, e não se fazem heroes a tantos mil réis por mez.

Hoje o que ainda póde substituir a serio o calor enthusiasta da fé e da virilidade dos tempos semi-heroicos da Renascença, é o espirito scientifico, que por essa epocha desabrochou. Tudo o mais é *pose*, ou vaidade simples. Foi o amor da sciencia que, porventura inconscientemente, o moveu a si; foi elle que lhe accendeu a curiosidade, elle que o inspirava nas observações dos costumes e do genio dos povos rudes em cujo meio se achava perdido.

Viu, observou, julgou; e veiu o meu amigo dizer-nos o que pensava. O seu livro é o melhor repositorio de ethnologia africana, na mais lata accepção da palavra, que temos tido até hoje.

Mas o espirito scientifico, meu bom amigo, quasi sempre collide com as esperanças doiradas, com os enthusiasmos vividos da mocidade, e que a cada pagina do seu livro fazem explosão em periodos generosamente sympathicos. Eu tenho horror de mim mesmo, quando me sinto tão velho e tão secco; e como naufrago procuro refugiar-me quanto posso n'um recanto intimo em que a sciencia não tem entrada, por ser toda objectiva e critica: é a região dos affectos pessoaes e das consolações que traz á vida o derramar algum bem, por minusculo, por insignificante que seja em volta de mim.

Pois quando olho para fóra dos limites d'este recinto vedado, tudo me apparece gelo e frio. Eu quereria que a sciencia podesse substituir a velha fé que voou, batendo as azas; eu quereria acreditar que com a sciencia, com o espirito

pratico do nosso tempo, poderiamos fazer o que não poderam os apostolos e missionarios de outras edades. Eu quereria chamar ao banquete da civilisação as raças negras, sental-as a meu lado e commungar com ellas a hostia abençoada da razão. Quereria tudo isso, e desejaria poder acompanhar o meu amigo nas suas generosas illusões; quereria tudo isso, e quereria, tambem comsigo, que fossemos nós portuguezes os auctores d'essa grande obra.

Mas, que! Se estudo os elementos politicos e economicos com que outr'ora explorámos o Ultramar, vejo o direito das nações obedecer hoje a principios que diametralmente os condemnam. Como teremos o commercio africano, se não temos os objectos de troca? Outr'ora não os tinhamos tambem; mas monopolisavamos os mares, punhamos *cartazes* nos navios, e eramos á força os corretores. Hoje a Europa impõe-nos com fundada razão o regimen da liberdade de navegação no Congo e a liberdade do commercio em toda a sua bacia. Não nos queixemos dos diplomatas, nem da Conferencia de Berlim: lamentemos apenas a sorte, e o nosso destino.

Se estudo as condições da população, no reino e em Angola, pretos por lá, brancos (ás vezes parecem pretos) por cá, chego á conclusão, de resto esposada pelo meu amigo, de que só repetindo o que fizemos na Bahia e Pernambuco, com plantações exoticas ao norte, com rebanhos e pastoreio ao sul, poderiamos dar vida á provincia, desde que lhe dessemos o indispensavel que era administração, e tirando-lhe o funesto que é o Codigo civil e as leis eleitoraes; repetindo o que os inglezes fazem

na India, os hollandezes em Java, os francezes no Indo-China e na Tunisia — regendo os indigenas segundo os seus usos, instruindo n'essas leis e n'essas linguas os funccionarios coloniaes. Nós porém, que não damos administração digna de tal nome á metropole, como é que a exportariamos para o Ultramar?

Se consulto além d'isso os ethnologos, e considero na historia primitiva comparada dos povos, sou forçado a dizer com Schweinfurth que a iniciação dos negros na civilisação por meio da metaphisica catholica é uma illusão consecutiva das illusões apostolicas absolutamente estereis de outros tempos. Dar como alimento a povos no estado primitivo os dogmas do symbolismo racionalista christão, é o mesmo que dar a creanças de peito o alimento proprio de adultos. Matam-se, isto é, cretinisam-se. O mahometismo, grosseiro, sensual, inferior como é, seria ainda assim, na opinião do sabio explorador, o unico alimento espiritual assimilavel pelos negros; e é o mahometismo que gradualmente vae tirando os povos da Africa Oriental superior do periodo ethnometrico da selvageria para o periodo barbaro dos despotismos por que se regem actualmente ás nações supra-niloticas.

Mas—e não me leve a mal a minha negregada insistencia:—seriamos nós, nós hoje tão destituidos de fé, tão avessos a qualquer especie de abnegação, seriamos nós, hoje em dia, que apostolisariamos na Africa? Bem sei que me póde citar e me cita o exemplo de um heroe e verdadeiro apostolo o padre Barroso, em cujas veias se diria que corre o sangue de Duarte Galvão. Mas não me contestará que

essas aves são raras, se não são unicas. O exclusivo apostolado que temos feito é o da cubiça mais mesquinha, da venalidade mais chatin, da intriga mais soez: tomo para testemunho este seu livro, a cujo respeito lhe escrevo. Com taes exemplos, em vez de levantar os negros do estado selvagem ou barbaro a um estado ethnometricamente superior, abatemol-os da selvageria que é bella como as florestas virgens, á abjecção dos pantanos que infestam de febres a nossa Africa. O meu amigo sabe melhor do que eu, como os viajantes concordam em que, de todos os negros, não o mais selvagem, mas sim o mais abjecto, é o congo do litoral. Quem teve a culpa?

Desculpe-me a extensão que dei a esta carta provocada pela sua excessiva amabilidade para comigo, e creia-me seu

muito admirador e muito obrigado amigo

J. P. Oliveira Martins.

C. de v. ex.ª

Porto, aos 15 de novembro de 1887.

II

Ill.mo Ex.mo Sr.

E para mim subida honra pôr estas fugitivas observações á frente da sua copiosa e interessantissima monographia da «Ilha de

S. Thomé». De certo que, se cada uma das nossas estações ultramarinas podesse ser, ou fosse, estudada por um modo tão *exhaustivo*, como os inglezes dizem, o nosso regimen colonial não padeceria dos vicios que para todos são já patentes, e cada dia reclamam com maior urgencia um remedio. E' tambem certo que, se no estudo monographico das colonias se procedesse com o conhecimento especial e com as vistas comprehensivas que distinguem o trabalho de v. evitar-se-iam muitos erros particulares, evitando-se o erro palmar de impôr a territorios destacados pelas mais varias longitudes, em climas e gentes diversissimas, com necessidades e condições distinctas, normas e regimentos communs de administração e politica.

Estas breves palavras resumem, pois, a bellisima impressão que me deixou o seu trabalho, refundido agora em segunda edição; e não juntarei por isso mais demorados elogios porque, sem necessidade de auxilio meu, os leitores d'este livro, ao percorrer as suas paginas, os formularão espontaneamente.

Não me dispenso, porém, de mais uma vez expôr o que eu penso ácerca do systema das nossas colonias no momento presente, por isso que o seu livro não se limita ao estudo da formosissima ilha do golfo da Guiné, mas alarga-se em considerações de uma ordem mais geral, accentuando como o desenvolvimento agrícola é a base essencial de um progresso que não traga como consequencia a desnacionalisação. Parece-me ter n'estas palavras condensado a summula do seu pensamento.

Tambem eu penso como v. e mais uma vez

o repito: tambem eu penso que, não podendo nós hoje, por varios motivos, restaurar o imperio dos mares com que mantivemos o monopolio do commercio do Oriente; nem o systema de legislação exclusiva com que por seculos vedámos o Brazil ás relações internacionaes, é chimerico esperar d'ahi um futuro promettedor.

Como ninguem ignora, a ficção pela qual a navegação para os portos das nossas colonias da Africa occidental é considerada cabotagem, é tudo quanto resta do systema historico de disposições tendentes a estreitar os laços commerciaes entre a metropole e as colonias. Sobre essa ficção, porém, assenta a nacionalisação do trafego mercantil com a Africa occidental, trafego que se desviaria de Lisboa no instante em que o regimen de bandeira, vigente para além do Cabo da Boa Esperança, se applicasse áquem.

Ainda ha dias, percorrendo o copiosissimo relatorio que precede o projecto elaborado na commissão das pautas ultramarinas para a de Moçambique, vi que á custa d'um subsidio annual de quinhentos contos de réis para a navegação a vapor, apenas se conseguira nacionalisar commercio no valor de trezentos! Nem se esperem grandes futuros, porque tudo se conspira contra elles, como v. muito opportunamente considera.

Mas, se a falta de forças navaes, se a carencia de marinha mercante, se o limitado dos capitaes, e outros motivos, nos impedem de aspirar ao commercio ultramarino de além do Cabo da Boa Esperança, deve por isso inferir-se que nenhum outro recurso nos fica?

Não me parece; e creio que ás transcripções com que V. me honrou, conviria juntar esta que completa o meu modo de vêr ácerca de Moçambique: «Restabelecer a tradição historica, restaurando o regimen dos prazos, com o qual levámos noutros tempos o dominio effectivo portuguez pelos sertões dentro, seria, quanto a nós, o primeiro passo a dar na Zambezia, que agora temos de novo garantida em extensões muito mais consideraveis. Favorecer companhias mineiras ao sul do Zambeze, imitando o que a Inglaterra faz, e batendo-a com armas eguaes, seria o segundo passo, destinado a explorar os *placers* e filões auriferos que a *South Africa*, mau grado seu, teve de nos deixar. Lavrando o solo para a producção da canna, do café, das sementes oleaginosas, do opio e dos cocos; explorando o sub solo para a procura do ouro; aguentando o inglez em casa e deixando-o transitar livremente, mas tirando o partido conveniente do trafego que d'ahi virá aos portos de Lourenço Marques, da Beira e de Quelimane—será possivel fazer com que Moçambique, no regimen de propriedade incompleta em que nos fica, possa deixar de ser para nós, como tem sido, um sorvedouro inutil de dinheiro e uma causa permanente de miserias.» (1). Em Moçambique, numa palavra, não podemos aspirar, parece-me, a mais do que aos direitos de suzerania, porque exploração nossa directa, vedam-nol-a, além das condições naturaes, as condições creadas pelos tratados de 1891.

Em Angola, porém, muda o caso de figura,

(1) *Portugal em Africa*, pag. 235.

já porque são diversas as condições naturaes, já porque a reacção levantada contra o tratado de 20 de agosto de 1890 conseguiu libertar a Africa occidental do regimen de franquía e condominio anglo-portuguez creado para Moçambique. A' sombra da legislação maritima consegue nacionalizar-se o trafego mercantil, e á sombra das tarifas aduaneiras, ultimamente decretadas, está-se conseguindo substituir por algodões portuguezes as fazendas inglezas que vinham a Lisboa nacionalizar-se por meio da reexportação. A importancia d'este facto para o estreitamento das relações entre a metropole e a Africa occidental não necessita encarecer-se, nem corroborar com algarismos o extraordinario incremento do commercio luso-africano, favorecido, a mais ainda, pela crise de circulação metropolitana e pelo consequente premio sobre o ouro.

A exploração sertaneja pelo commercio é ainda, e promette sel-o progressivamente, um dos elementos de riqueza de Angola, embora, a meu ver, o alicerce duradouro d'essa riqueza deve assentar na exploração agricola da colonia, por meio do trabalho regulamentado das raças indigenas inferiores, submettidas á direcção protectora dos colonos portuguezes. Tanto é utopia transformar os pretos em cidadãos e eguaes dos brancos, como o é incitar os emigrantes portuguezes a irem trabalhar com a enxada em Africa, em concorrencia com os negros. Brancos e pretos teem papeis diversos, que a natureza e a força das coisas indica, e não podem ser alterados.

Em abono d'esta ordem de idéas que foram sempre as minhas, desde que principiei a es-

tudar o nosso problema colonial, já investigando a historia das instituições ultramarinas portuguezas nos seculos antigos da descoberta e da conquista; já comparando o que posteriormente fizeram os povos herdeiros do nosso imperio, hollandezes e inglezes, que nos copiaram passo a passo; já finalmente cooperando, hoje, nos trabalhos das commissões officiaes encarregadas de estudar as duas questões dos prazos de Moçambique e das pautas ultramarinas: em abono d'estas idéas, repito, depõe o resultado maravilhoso d'essa ilha de S. Thomé que V. estuda no seu livro com tanto amor e inexcedivel competencia.

S. Thomé é um typo puro da colonia-fazenda, ou de plantação, em que os europeus dirigem e commandam o trabalho de braços negros. E' o typo puro, porque, como ilha, não está sujeita ás complicações inherentes a fronteiras; ao mesmo tempo que, por não ter população aborigene, não tem tambem as difficuldades provenientes das relações com os regulos e autoridades indígenas. Para os hollandezes, Java tem a primeira d'estas condições sem ter a segunda. As culturas industriaes de exportação, e o trabalho dos negros do continente fronteiro constituiam já a base da fortuna de S. Thomé, quando a sua primeira fortuna era o assucar, e constituem-na hoje que é o café e o cacau; porque S. Thomé conta duas epocas successivas de opulencia agricola.

O estudo, pois, que v. fez tão magistralmente, além de nos mostrar, ponto por ponto, a geographia, a historia e a economia de S. Thomé, presta uma lição eloquente ácerca da especie de exploração mais conveniente para

os territorios portuguezes do continente fronteiro. Qual é a colonia que, aguardadas as proporções, importando 842 contos, exporta 1:017, rende ás alfandegas 164 (1); e sobre receitas totaes de 213 contos não tem *deficit?* Qual é a colonia que sobre 800 contos de importações, recebe de Lisboa 500 de generos nacionaes? e sobre 917 de exportações, manda a Lisboa 834 (2). As colonias-fazendas, de plantação, ou lavoura, teem portanto, para nós, cuja inferioridade maritima e fabril é indiscutivel, a vantagem de que as suas relações com a metropole assentam em vinculos mais fixos e mais estreitos, e por isso mesmo mais proficuos e duradouros. O lucro liquido para a nação é superior, e para prova d'isso não é mister mais do que as rendas avultadas que hoje fruem os proprietarios das roças de S. Thomé, representantes, nos nossos dias, dos typos historicos dos fazendeiros do Brazil do Norte.

S. Thomé, no relativamente pequeno ambito da sua superficie, podia, devia ser para nós, porém, uma fonte de riqueza de muitissimo maior valor. De uma area total cultivavel de 1:000 kilometros quadrados, só quatro decimas partes estão em cultura, e dos 400 kilometros quadrados que constituem a area mais ou menos cultivada só 100 o estarão do café e do cacau, que tornam a ilha um verdadeiro thesouro para Portugal.

Com effeito, d'esses 100 kilometros de plantações saem exportações que, exactamente avaliadas, sobem a cerca de 1:600 contos de réis, isto é, 150$000 réis por hectare. Que outra

(1) Movimento de 1891-92.
(2) Idem de 1890-91.

cultura, que especie de mina apresenta lucros semelhantes?

Por isso eu não posso senão encarecer o cuidado paciente com que v. expõe os elementos financeiros da agronomia na ilha, chegando a conclusões que não são hypotheticas, mas sim tiradas de resultados praticos apurados: conclusões que asseguram aos capitaes empregados na lavoura de S. Thomé um rendimento de 50 a 60 % e um producto liquido de 100$000 a 120$000 réis por hectare. Onde ha collocação semelhante para o capital? Onde ha lavoura que tanto produza? Era necessario que os nossos capitalistas, desilludidos a final, como o devem estar, da esterilidade do que se chama a agiotagem, se voltassem para assumptos mais remuneradores para elles, e para todos.

O ditado diz: Ver e crer como S. Thomé. Pois bem: o proprio santo que denominou a ilha, parece que nesta sua terra quiz dar um exemplo da sua prudencia. Vejam, e hão de acreditar. Leiam este livro, e hão de convencer-se.

E com isto tenho dito tudo, concluindo por manifestar mais uma vez a V. o meu agradecimento pela sua obra verdadeira e praticamente patriotica, subsidio novo com que vem enriquecer a litteratura colonial portugueza, e pela honra que me deu querendo que á frente d'este livro ficassem estas minhas breves palavras de commentario.

Creia v. que sou com toda a consideração, seu etc.

Lisboa, janeiro 93.

J. P. Oliveira Martins.

II

Indice chronologico e geographico

DAS

Descobertas maritimas dos portuguezes

II

Indice chronologico e geografico

delle scoperte marittime dei portoghesi

Pareceu-me conveniente inserir n'este logar o trabalho, incompleto de certo, mas incontestavelmente superior aos ensaios até hoje feitos: trabalho a que procedera para meu serviço particular. Tomei por base o *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos e conquistas dos portuguezes desde o principio do seculo* XV, do Cardeal Saraiva (fr. Francisco de S. Luis) que vem no tomo V das suas obras completas (p. 45 e segg.) e que compendia as noticias de Barros, Couto, Goes, Rezende, Faria e Sousa: dos chronistas da Renascença em geral, completando-os com os textos publicados no começo d'este seculo pela Academia de Lisboa, e tambem, até certo ponto, com os trabalhos do visconde de Santarem, editor da *Chronica da Conquista de Guiné*, de Azurara, que para as primeiras viagens é a fonte de todos os historiadores posteriores.

Na segunda metade d'este seculo, as investigações porém teem sido muitas e ultimamente o centenario de Colombo provocou a publicação de valiosos documentos e estudos. Rectificar e corrigir o indice do cardeal Saraiva era indispensavel para quem quer que estudasse a historia nacional no periodo de Aviz: isso me foi necessario fazer.

E' o trabalho que vae em seguida.

Indice chronologico e geographico das descobertas maritimas dos portuguezes

I. A COSTA OCCIDENTAL DE AFRICA

1. Região do Sahará, deshabitada; entre o Cabo Não e o Branco

DATAS	LOCALISAÇÃO
1415	28° 45′ L. n. (1) Cabo NÃO (2) (30° 20′ E.) (3)

(1) As latit. da costa occidental de Africa são as da *Descripção e Roteiro*, etc. de A. M. de Castilho; Lisboa, 1867; 2 vol.

(2) 1415 é a data que Damião de Goes põe á passagem do Cabo Não para o sul; Galvão e Faria e Sousa dizem 1412. Em todo o caso, é certo que não foram os portuguezes os primeiros que transpuzeram o Cabo Não. A navegação costeira dos Marroquinos ia mais baixo, até ao cabo Bojador. 1415 é a data da conquista de Ceuta, e antes d'ella não houve viagens nossas de exploração.

(3) Duarte Pacheco no *Esmeraldo de situ orbis* (ed. de 1892) localisa o cabo Não em 30° 20′. No texto, iremos pondo as latitudes do Esmeraldo com a designação E.

DATAS	LOCALISAÇÃO	
1434	26° 7′ L. n.	Cabo BOJADOR, dobrado por Gil Eannes, na sua segunda viagem. (1) (27° 10′ E)
»	25° 10′ »	Angra dos RUIVOS (25° E) ou GARNET BAY, limite da terceira viagem de Gil Eannes acompanhado por Baldaya. (2)
1436	23° 54′ »	Angra dos CAVALLOS (24° E) primeira estação da segunda viagem de Baldaya que prosegue até
»	23° 26′ »	Porto da GALÉ, no rio do Ouro. (3)

(1) O *Indice chronol.* do cardeal Saraiva dá os annos de 1416 e 1417 para as primeiras viagens de investida contra o cabo Bojador (p. 8.) dizendo que acerca da viagem em que Gil Eannes o dobrou variam as datas: 1428, 29, 30, 32, 33 e 34 (p. 15). Prefere a de 1429-30, por ser mais verosimil. Não é razão. Azurara, que é a fonte de todas as narrativas posteriores expressamente diz: «E foe no anno de Jhũ Xpõ de mil e quatro centos e trinta e tres» que Gil Eannes fez a sua primeira viagem ás Canarias; «mas logo no anno seguinte» dobrou o Bojador.—*Conq. de Guiné*, IX, p. 57 da ed. de Paris. Goes adduz a data de 1433 e Faria e Sousa a exacta de 1434 (*Asia port.* I, c. I § 5).

(2) A segunda e terceira viagem de Gil Eannes fizeram-se no mesmo anno. Na terceira os mareantes foram «allem do cabo cinquoenta legoas.» — *Conq. de Guiné*, p. 59. A data de Goes (*Chron. do pr. D. João*, c. VIII) é tambem 1434, bem como a de Faria e Sousa (*Asia port. ibid.*) e a *Indice chron.*

(3) Azurara (*ibid.*) p. 65, diz positivamente «E foe esto no anno de Jhũ Xpõ de mil e quatro centos XXXVI (1436)

DATAS		LOCALISAÇÃO	
1441	23° 20′	L. n.	Porto do CAVALLEIRO, limite da viagem de Antão Gonsalves, (1) que segue com Nuno Tristão, vindo do reino, até ao
1445	23° 4′		Angra de Gonçalo de CINTRA, que ahi morreu, dando o nome ao logar. (2)
1441	20° 46′ 27″		Cabo BRANCO (20° 20′ E.) regressando ao reino ambos os mareantes com carregamentos de escravos e ouro. (3)

Ambas as estações pertencem á mesma viagem que os chron. da Renascença datam de um anno antes.

(1) Nos cinco annos de 1436 a 1441, o movimento das navegações esteve paralysado pelos acontecimentos do reino que sollicitavam para outro lado as attenções do infante D. Henrique. Em 1437 foi a funesta jornada de Tanger; em 1438 morreu D. Duarte, começando o periodo agitado da regencia do infante D. Pedro.

Azurara (p. 69) diz «Bem he que no anno de quarenta se armarom duas caravélas... mas porque ouverom aquecimentos contrairos nom contamos mais de sua viagem». Em 1441 é a viagem de Antão Gonçalves que Nuno Tristão vae encontrar n'um porto onde o arma cavalleiro, ficando por isso tal nome ao logar. — *Conq. de Guiné*, c. XIII, p. 83.

(2) «Ally foe morto Gonçallo de Cintra.» — Azurara, *Conq. de Guiné*, c. XXVII; pag. 145.

(3) Azurara, *Conq. de Guiné*, pag. 86-8; c. XIV.

2. Região dos Negroides; entre o Cabo Branco e o das Palmas.

Costa da Senegambia (1)

DATAS	LOCALISAÇÃO	
1443	20° 37′ L. n.	Ilhas de ÀRGUIM, visitadas por Nuno Tristão, na sua segunda viagem. Na terceira, em 1447 reconheceu por completo o archipelago seguindo pela costa até ao Cabo do RESGATE. (2)
1444		* —id. de NAR, TIDER e outras na costa de Arguim pela companhia de Lagos organisada e capitaneada por Lançarote. (3)
1445	16° 0′ 48″ »	Foz do SENEGAL (15° 20′ E) descoberta por

(1) A divisão geographica da costa occidental de Africa é a de Castilho, na sua *Descr. e Roteiro* cit. Até ao cabo Branco é a costa do Saharà; do Cabo Branco para o sul tem os nomes que successivamente irão sendo indicados.

(2) Ha concordancia nesta data que é a de Azurara:

«E no anno de xpõ de mil iiij. i'j. (1443)» etc. O *Indice chron.* attribue este progresso á viagem anterior de Nuno Tristão, quando é segunda. A ilha a que primeiro aportou chama-lhe Azurara *Gete* (p. 99) «á qual nós chamamos de Arguim.» Barros, *Dec.* I, c. 7. Para a viagem de 1447 v. Azurara, *ibid.* p. 154 n. do v. de Santarem.

(3) Azurara, *Conq. de Guiné*, c. XVIII e XXIV.

DATAS	LOCALISAÇÃO		
			Diniz Dias (1) que, proseguindo chega ao
»	14° 44′	L. n.	Cabo VERDE. (14° 20′ E) (2)

Costa da Guiné, de Cabo Verde

1446	14° 31′ 3″	»	Cabo dos Mastros (14° 20′ E) dobrado por Alvaro Fernandes (*C. de Naze)* que prosegue a sua viagem para o sul. (3)

(1) A data errada que se dava ás viagens do veneziano Cadamosto (*Naveg, de Luiz de Cadam.* na *Coll. de Not.* da Academia, II p. 1 a 73) confundiu singularmente a chronologia da descoberta do Senegal e de Cabo Verde. A publicação da chron. de Azurara e dissertação de Zurla sobre Cadamosto, (Veneza, 1815) permittiram rectificar este ponto. A primeira viagem de Cadamosto é de 1455 e não 1444, como se suppõe na ed. da Academia. Azurara tendo escripto em 1448, não menciona sequer o nome de Cadamosto, o que seria inadmissivel, se quatro annos antes elle tivesse feito a sua primeira viagem. A viagem de Vicente Dias ao Senegal em 1445 não é a que elle fez em companhia de Cadamosto que diz expressamente ter sido o Senegal descoberto cinco annos antes por tres caravelas do infante.—V. Santarem, *Priorité des découv.* n. XII, p. 270. D'este modo pois se tem de corrigir o *Indice chron.* que reproduz Barros alterando alem d'isso o nome de Diniz Dias a quem chama Diniz Fernandes.

(2) Diniz Dias «Seguyo mais adyante ataa que chegou a huũ grande cabo, ao qual poserom nome o *Cabo Verde.*» — Azurara, *ibid.* c. XXXI. A viagem é portanto a mesma.

(3) O *Ind. chron.* marca o anno de 1447; Goes, *Chron. do pr. D. João*, c. VIII, o de 1446. V. Castilho, *Descn. e Rot.* etc. I, 117.

DATAS	LOCALISAÇÃO		
1455	13° 28′	L. n.	Rio BARBACIM *(Salum)* e GAMBIA *(Bathurst)* visitados pela primeira vez por Cadamosto na sua primeira viagem que ahi terminou. (1)
1446	12° 48′ 9″	»	Ilha de BISIGUICHE *(Gorée)* descoberta por Alvaro Fernandes no proseguimento da sua viagem que segue por
	12° 20′ 30″	»	Cabo ROXO.
	11° 30′	»	Rio GRANDE *(Bolola)* (11.° E) descoberto pela sua caravela ou pela de Nuno Tristão que andava nas mesmas aguas; até chegar ao
1447	10° 30′ 20″	»	Rio TABITE *(Compony)* termo da viagem, que Nuno Tristão prose-

(1) Cadamosto, por conta do infante, ficou aquem dos limites já reconhecidos; já os marinheiros portuguezes em 1455 tinham descoberto muito mais costa. Seguindo pela Madeira e pelas Canarias vae a Arguim, onde o infante mandara já construir fortaleza, e ao Senegal onde se encontra com outro italiano, Antonio da Nola; dobram juntos o Cabo Verde e descem até a Gambia, ainda não reconhecida, voltando ao reino.—*Naveg. de Cadam.* na *Coll. de not.* da Academia; cf. Lopes de Lima, *Ensaios, etc.* I, 2; cap. I, p. 4; e Major, *Vida do infante D. Henrique*, p. 306-34 da ed. port.

DATAS	LOCALISAÇÃO	
		guiu ainda descendo até ao
1447	10° 12′ 50″ L. n.	Rio NUNO. (1)

(1) Estas viagens de Nuno Tristão e Alvaro Fernandes effectuavam-se já por conta da segunda companhia de Lagos com quem o infante contratara a exploração da costa. Goes, *chron. pr D João*, c. VIII, attribue a descoberta do Rio Grande (1446) a Nuno Tristão. Ao sul da Gorea, diz Castilho, *Descr. e Rot.* I, p. 112-3, fica o cabo Manoel, depois a ponta e o porto do Gaspar, que por successivas corrupções se transformou no Daekar dos francezes.

II. AS ILHAS DO ATLANTICO

1. Archipelago das Canarias

1433	ENTRE 15° 40′—20° 30′ L. O. e 27° 39′—29° 30′ N.	Viagem de Gil Eannes. (1)

2. Archipelago da Madeira (2)

PORTO SANTO, descoberta por Perestrello.

(1) «E foe esto no anno de Ihũ Xpõ de mil e quatro centos e trinta e tres.»—Azurara, *Conq. de Guiné*, IX, p. 57.

(2) «Despois da viinda que o Iffante fez do descerco de Cepta» foi a descoberta de Porto Santo (1418) e «no anno seguinte que ally chegaron passarouse aa outra da Madeira... O começo da povoaçom... no anno do nacîmento de Ihũ Xpõ de mil iiij xx annos.» *Id. ibid.* c. 83.—O *Indice chron.* confere com estas datas, embora Goes, *Chron. pr. D. João*, c. VIII punha em 1419 a descoberta de ambas as ilhas, quando Azurara expressamente diz *no anno seguinte;* e Barros, (*Asia*, dec. I, 1, c. 2-3) alargue a dois annos o intervallo da descoberta das duas ilhas: 1418, Porto Santo, e 1420, Madeira. Esta ultima data é a da povoação e não a da descoberta.

1418 / 1419	12° 37′ L. O. / 32° 45′ N.	MADEIRA, id. por João Gonsalves Zarco (33° 30′ E.)

3. Archipelago dos Açores (1)

1431		FORMIGAS, recifes encontrados por Gonçalo Velho Cabral, na sua primeira viagem.

Quanto á descoberta, Galvão (*Trat. de todos os descobr. fl. 15*) effectivamente regista n'estas palavras a tradição referente a João de Moralés: «Outros dizem que vendo hum castelhano os desejos que ho Ifante tinha de descobrir nouo mundo, lhe dera conta como elles acharam a ilha de Porto Santo & por ser cousa pequena nam faziam della estima. Que foy causa de mandar ho Ifante Bertolameu perestrelo, Joam Gonçalves ho zarco, Tristão vaz teyxeira: & polos sinaes & derrotas que ho Castelhano dera do Porto sancto foram ter a elle.» Mas esta tradição que alias Azurara, coevo, não regista, nada tem com a lenda do inglez Machim, definitivamente reduzida a nada pelo sr. Azevedo, em resposta a Major, na nota que juntou (pp. 348-429) á sua edição da parte das *Saudades da Terra* relativa á Madeira.

(1) A ordem pela qual as ilhas do archipelago dos Açores foram descobertas é a por que vão enumeradas no texto. Cordeiro, *Hist. Insulana*, fixando em 1431 a descoberta das Formigas põe em 1432 a de Santa Maria (liv. IV, c. II, 5) em 1444 a de S. Miguel (liv. V, c. I, 4); entre 1444 e 50 a da Terceira (liv. VI, c. I, 1); depois, talvez em 1450 a de S. Jorge e Graciosa (liv. VII, c. I, 2); depois em anno incerto a do Fayal e Pico (liv. VIII, c. II, 12) e finalmente, em 1460, talvez, a das Flores e Corvo (liv. IX, c. I, 4,5). As informações, porém do p. Cordeiro, reproduzidas do ms. de Gaspar Fructuoso, cuja redacção é mais de um seculo posterior aos acontecimentos que relata, não inteiramente fidedignas. Na *Descripção das ilhas do Atlantico*, de Valentim Fernandes, pub. no *Arch. dos*

1432		SANTA MARIA, primeira ilha do archipelago, descoberta pelo mesmo em segunda viagem; a principio denominada de GONÇALO VELHO, foi principiada a povoar em 1444, doze annos depois de descoberta.
1444	27° 42′ L. O. 37 48 N.	S. MIGUEL (38° E) descoberta pelos colonos de Santa Maria, d'onde avista; povoada em 1445 pelo infante D. Pedro.
de 1444 a 1449	29° 20′ L. O. 38 46 N.	TERCEIRA, 39° E) primeiro chamada de JESUS CHRISTO. S. JORGE, desc. por Jacome de Bruges, donatario da Terceira.
	31° 12′ L. O. 38 38 N.	GRACIOSA. FAYAL (38° 30′ E) PICO (38° 30′ E)

Açores, I, p. 146 e segg., Santa Maria só teria sido povoada doze annos depois de descoberta, isto é, em 1444 e assim se explicará o grande intervallo que se observa entre a descoberta desta ilha e a de S. Miguel que Fernandes dá como começada a povoar pelo infante D. Pedro em 1445. O facto é que de 1439 a 1449 só se conheciam sete ilhas, como se vê em Azurara, *Conq. de Guiné*; sendo as duas restantes, Flores e Corvo, descobertas entre 1449 e 1453.—V. o art. do sr. E. do Canto, no *Arch. dos Açores*, I, p. 250; e a edição dos cap. I e II das *Saudades da Terra*, sob o titulo de *Hist. geneal. de S. Miguel*, Ponta Delgada 1876.

de 1449 a 1453		Flores Corvo	

4. Archipelago de Cabo Verde (1)

1460	14º 23′ L. O. Lisboa 14º 55′ N.	Maio S. Thiago (15º 20′ E. Fogo, ou S. Philippe Brava	(2)
2	15.º 50′ L. O. id. 16 54 N.	Santo Antão S. Vicente (16º 40′ E) Santa Luzia (16º 40′ E) S. Nícolau (16º 40′ E) Sal (16º 30′ E) Boa-Vista (15º 50′ E)	(3)

(1) Mais obscura ainda é a chronologia da descoberta do archipelago de Cabo Verde. O antigo erro da data das viagens de Cadamosto é tambem causa de que, dizendo o italiano terem sido as ilhas de Cabo Verde descobertas no anno anterior á sua viagem, se retrahisse a descoberta para 1443, 4 ou 5, conforme o dizer de Barros e Goes *(Chron. pr. D. João, VIII)*, reproduzido pelo P.e Cordeiro *(Hist. ins.* II, 8; e VI, 1) que o reproduz de Gaspar Fructuoso. As primeiras ilhas do archipelago descobertas foram as de Maio, S. Thiago e Fogo (ou S. Philippe) por Antonio de Nolle, companheiro de Cadamosto em 1460; e é provavel que a descoberta das outras ilhas se seguisse rapidamente, talvez até pelo proprio descobridor das tres primeiras.—V. Lopes de Lima, *Ensaios etc.*, I, p. X e segg.

(2) Dscobertas por Antonio de Nolle na segunda viagem de Cadamosto.

(3) Descobertas posteriormente.

5. Archipelago da Guiné (1)

de 1469 a 1481	17° 45′ L. E. Lisboa 3° 28′ N.	Formosa ou Fernando P. O. (2)	(3)
		Corísco	
	15° 45′ L. E. id. 0° 5′ N.	Anno Bom	
		S. Thomé (1° E)	
		Príncipe (3° E)	

(1) Completamente obscura é finalmente a historia da descoberta do archipelago da Guiné. «Tambem se descobriu a ilha de S. Thomé, Anno-bom e a do Principe... e outros resgastes e ilhas dos quaes não tratamos em particular *por não termos quando, e por que capitães foram descobertos*».

(Barros, *Dec.* I; II, c. 2). O autor das *Decadas* limita-se a dizer que a descoberta teve logar em tempo de Affonso V, isto é, antes de 1481. Galvão *(Trat. etc.* fl. 51) propõe a data de 1471 ou 72; ao passo que Behaim, no seu globo de Nnremberg, indica o archipelago com a seguinte legenda: «Estas ilhas foram descobertas pelos navios de elrei de Portugal em 1484...» 1484 será talvez a data da primeira colonisação com degredados, innovação, com effeito, de D. João II. E' verosimil a tradição que attribue a descoberta das ilhas do golpho da Guiné aos navegadores de Fernam Gomes, contratador da Mina Santarem e Escobar; mas é impossivel fixar, ao certo, mais do que a data de 1469-81.

(2) Lopes de Lima *(Ensaios, etc.* II, p. VI) attribue a descoberta d'esta ilha a 1486, data da exploração de Benim por João Affonso d'Aveiro, tomando a ilha o nome do descobridor Fernam do Pó, antigo fidalgo da corte de Affonso V.

(3) Cessão a Hespanha em 1778, trat. de 24 de março.

6. Ilhas destacadas

1501	16° 19′ L. O. 7° 57′ S.	ASCENÇÃO, descoberta por João da Nova a caminho da India. (1)
1502	6° 9′ L. O. 15° 55′ S.	SANTA HELENA, id. no regresso.

(1) Goes, *Chron. de D. Manuel* I p.; c. 63; p. 84, escreve: «Na qual viagem (de Lisboa a Moçambique; 5 março 1501 a agosto) sendo já da banda do sul acharam uma ilha a que pozeram nome da Conceição.» E' Ascenção.

2. Região do Norte

1520	15° 34′ N.	MASSUAH, no mar Vermelho, occupado no governo de Diogo Lopes de Sequeira.
1507		ORMUZ, no golpho Persico.

3. Costa Occidental da India

1535	20° 42′ N.	DIU, em Cambaya, conq. por Nuno da Cunha.
1510	15° 29′ N.	GOA, no Canará, conq. por Affonso d'Albuquerque, fundando o imperio em toda a costa do Malabar até ao cabo Comorim (8° 5′ N.)
1531	20° 22′ »	DAMÃO. Nuno da Cunha.
1533	19° 5′ »	BAÇAIM. Nuno da Cunha.

(1) As Latitudes são as de Bordalo, *Ensaios, etc.* (contin. da obra de Lopes de Lima) IV p. 57.

1507	18° 32′ N.	CHAUL (22. E) Affons d'Albuquerque.
1507	17° 30′ »	DABUL. Affonso d'Albuquerque.
1505	14° 17′ »	ONOR. D. Francisco d'Almeida.
1550	13° 51′ »	BARCELOR. Jorge Cabral.
»	12° 52′ »	MANGALOR. Jorge Cabral.
1500	11° 51′ »	CANANOR (12° E) P. Alvares Cabral.
1498	11° 15′ »	CALECUT (11° 20′ E) Vasco da Gama. (1)
1540	10° 12′ »	CRANGANOR, fundação do collegio de S. Thiago.
1500	9° 58′ »	COCHIM (9° E) P. Alvares Cabral (24 dez.)
1503	8° 54′ »	CONLÃO (8° E) Aff. de Albuquerque.
1505	8° 5′ »	Cabo COMORIM. D. Lourenço d'Almeida.

(1) Vasco da Gama largou de Lisboa a 8 de julho de 1497 chegando a Calecut a 19 de maio do anno seguinte, e estando de volta em Lisboa em 29 de julho de 1489. A derrota da viagem consta do *Roteiro* duas vezes publicado: Porto, 1838, ed. Diogo Kopke e Costa Paiva; Lisboa 1861 (2.ª ed.) ed. Herculano e o barão de Castello de Paiva. V. Barros, e Goes. *Chron. D. Manoel* I, cc. 35, 6, 7 e 8; pp. 36 a 43.

IV. O EXTREMO ORIENTE E AS ILHAS DOS MARES ORIENTAES

1501	48° 50′ L. E. 10° 45′ S.	Ilha de João da Nova, descoberta pelo navegador a caminho da India.
1504	50° 45′ L. E. 11 50 N.	Ilha de Socotorá, na embocadura do mar Vermelho, descoberto por Diogo Fernandes Pereira; occupada em 1506 por Affonso d'Albuquerque.
1505		Ilha de Ceylão (*Zeiland*) descoberta por D. Lourenço de Almeida. (1)
1506	13° 4′ L. O. 36 5 S.	Ilhas de Tristão da Cunha, descobertas por este em viagem para a India.

(1) V. Goes, *chron. de D. Manoel*, II p.; XI; p. 172.

»		Ilha de MADAGASCAR (*S. Lourenço*) descoberta na face oriental por Fernão Soares o primeiro que fez a viagem de volta da India por leste da ilha; e na face occidental por Ruy Pereira Coutinho. (1)
1507	70° 30′ L. E. 1° S.	Ilhas MALDIVAS, descobertas por D. Lourenço de Almeida.
1508		Ilhas de SANTA CLARA, descobertas por Diogo Lopes de Sequeira, na sua viagem para o Extremo-Oriente.
1509		MALACA, descoberta por Diogo Lopes de Sequeira; conquistada em 1511 por Affonso de Albuquerque.

(1) Em fevereiro, Fernão Soares, de volta do reino descobriu a ilha que os antigos cosmographos chamam Madagascar e os mouros da Zua, e os nossos pozeram nome de Sam Lourenço.—Goes, *Chron. de D. Man.* seg. p. VIII. —Em março, Ruy Pereira, desgarrada da armada de Tristão da Cunha, em viagem para a India, descobria a costa occidental, «foi dar na ponta da ilha de S. Lourenço em um porto a que chamam Matatana.»—Barros, *Dec.* II, 1, cap. I. Indo Ruy Pereira a Moçambique participar a descoberta ao almirante, este veiu e reconheceu a costa, até ao cabo do extremo sul.—*Id ibid.* e Goes, *Chron.* seg. p. XXI.

»	92° L. E. 5° N.	Ilha de SUMATRA, descoberta por Diogo Lopes de Sequeira e termo da sua viagem. (1)
1511	124-127° L. E. 5° S.-3° N.	Ilhas MOLUCAS (Amboino, Ternate, Banda, Tidore) descobertas pelos emissarios mandados de Malaca por Affonso de Albuquerque: Francisco Serrão e Antonio de Abreu. (2)
1511-2		Primeira viagem de Perestrello á CHINA.
1513	50°-60° L. E. 22°-19° S.	Ilhas MASCARENHAS, descobertas por Pero de Mascarenhas (*Bourbon*, *Reumion*) (3)

(1) O regimento de 13 fever. 1508 para a viagem de Diogo Lopes de Sequeira ao Extremo oriente foi publicado a p. 184 do vol. dos *Docc. da Torre do Tombo*, (1892) já citado. V. a viagem em Gões, *ibid.* III p.; c. I; p. 253.

(2) Conquistada Malaca em 1511, Affonso de Albuquerque destacou logo de lá navios para a descoberta das ilhas do Extremo-Oriente. Malaca era o centro da navegação e commercio d'essas partes remotas do mundo. D'ahi irradiavam as communicações maritimas com Sião e o Pegu, em Borneu e Java, com Bangala e o Coromandel, com Timor e com as Malacas, e com a China finalmente. — V. a carta de 6 de janeiro de 1514, de Ruy de Brito a D. Manoel, publ. nos *Docc. etc.* a pag. 346-50; tambem a *Inform das cousas de Moluco*, na *Coll. de not.* da Academia VI; p. 200-1; e Faria e Sousa, *Asia port.* I, 203; além dos outros contemporaneos.

(3) Do descobridor sabe-se apenas que fora á India em 1511 (Osorio, *De reb. Emman*, ed port. II, 283) ignorando-se as circumstancias do descobrimento que todavia o nome do archipelago attesta

1513	Ilha de JAVA descoberta por João Lopes (1).
»	Viagem ao PEGU, ordenada por Ruy de Brito. (2)
1515	Viagem de Rafael Perestrello á China partindo de Malaca n'um junco de commercio, por ordem de Affonso d'Albuquerque. (3)
1516	Peninsula da COCHINCHINA, descoberta por Duarte Coelho. (4)
	Viagem de Fernão Peres de Andrade á China; reconhecimento de Champa, Paulo Condor e Patane; estabelecimento em CANTÃO; viagem de Thomé Pires a NANKIN id. de Jorge de

(1) «Mandey lá (Java) tres navios e hũa caravela: hũa por capitão mor João Lopis... Partiram d'aqui a quatorze de Março, tornaram a xxij (22) dias de junho.» (1513). *Carta de Ruy de Brito, ibid.* p. 346.

(2) «O ano passado (1513) mandei daqui hum junco de Vosa Alteza a cidade de Martamane e Atamaçary.. *Carta de Ruy de Brito*, ibid. — O Pegu foi novamente visitado e mais ou menos avassalado em 1519 por Antonio Correia; V. Goes. *Chron. de D. Manuel*, III, 52, p. 543.

(3) Castanheda (I, 48, pag. 495 e 97 da ed. 1883) Correia, *Lendas*, II, 474.

(4) Castanheda, *ibid.*

	Mascarenhas ás ilhas SEQUIAS (*Liew-Kiew*). (1)
1517	Estabelecimento dos portuguezes de Antonio Correia no PEGU.
1519	(Primeira viagem de circumnavegação effectuada por Fernão de Magalhães: partida de Sevilha a 8 de março de 1519; entrada no estreito de Magalhães a 21 set. 1520; entrada no Pacifico a 17 out; chegada de duas das náos da expedição (em que Magalhães morreu) a Tidore (Molucas) a 8 nov. 1521.) (2)
1522	MELIAPOR, S. Thomé, na costa de Coromandel, occupada pelos portuguezes, que se alongam no golpho de Bengala até UGLI.
1525 107-13° L. E. 1° 30′-5° 50′ S.	Ilhas CELEBES, descobertas por Antonio de Brito, partindo de Ternate.

(5) Sobre a viagem de Fernão Peres de Andrade V. Fernão Mendes, *Peregr.* 91 e 116; Goes (*ibid.* IV, 24, p. 486), Castanheda (IV, 27 e segg.; V, 80 etc.), etc.

(6) V. *Port. nos Mares* I vol p. 129-66.

1526	106-16° L. E. 7° 7′ N-4° 12′ S.	Ilha de BORNEO, descoberta por Vasco Lourenço.
1540	117-22 L. E. 5-10 N.	Ilhas de MINDANAU, descobertas por Francisco de Castro.
1542		JAPÃO, descoberta do caminho maritimo pela viagem de Antonio da Motta, Zeimoto e Peixoto.
1544	117-119° L. E. 21-25° N.	FORMOSA, descoberta por Fernão Mendes Pinto, que foi ao Japão. Ahi se fundaram colonias portuguezas em 1556.
1557		Estabelecimento dos portuguezes na peninsula de MACAU.

V. AS COSTAS DA AMERICA

1. America Setemptrional

1500	Primeira viagem de Gaspar Corte Real ao LABRADOR.
1501	Segunda viagem em que se perde o descobridor.
1502	Viagem de Miguel Corte Real, em busca do irmão (1).
1521	Colonia da nova Escocia, fundada por João Fagundes de Vianna, que reconhece a volta do golpho de S. LOURENÇO. (2)
1533	Descoberta da CALIFORNIA inferior por Martim da Costa, piloto

(1) Sobre as viagens dos Corte Reaes, V. *ante* p.

(2) *Tratado das ilhas Novas* por Francisco de Sousa (1570). Ponta Delgada, 1884; of. Harisse, *The discovery of America* (1892) pp. 180 e segg.

de *S. Lazaro* da armada castelhana de Fernando de Grijalva.

2. America Austral

1500 16° 30′ S.	PORTO SEGURO, ponto da costa do Brazil onde foi aportar Pedro Alvares Cabral, na segunda viagem á India. 9 de março: saida de Lisboa. 22 de abril: Vera-Cruz, Brazil. 24 de abril: Porto Seguro, seguindo Cabral para a India e destacando um navio da frota a Lisboa com a noticia. (1)

(1) A descoberta do Brazil passava por ter sido fortuita e determinada por uma tempestade que lançando para oeste os navios de Cabral os arremeçara contra a costa da America. A publicação dos documentos nacionaes veiu desfazer este erro. Goes, *Chron. de D. Manuel*, I, 55; p. 68, diz que a frota depois de pairar dois dias esperando em vão pela nau de Luiz Pires que teve de arribar a Lisboa, desbaratada, «navegando a loeste aos 24 dias do mez de abril viram (os mareantes) terra, do que foram muito alegres, porque pelo rumo em que jazia viam não ser nenhuma das que até então erão descobertas.» Na memoria do sr. Baldaque da Silva sobre a descoberta do Brazil, publ. no tomo das *Mem. da Comm. port.* do Cen-

1501 { Viagem de Gonçalo Coelho ás costas do Brazil.

tenario de Colombo, demonstra-se perante o curso dos ventos e correntes que nunca um temporal, n'essas paragens do oceano podia arrojar os navios para as costas do Brazil, accrescendo o facto de elles ahi chegarem reunidos e não desgarrados. O proprio texto de Goes, se falla do temporal *antes*, não diz que fossem parar á terra nova arrojados pela tempestade.

Vê-se que em Lisboa havia o proposito de descobrir as terras de oeste em latitudes inferiores áquellas que descobrira Colombo, do texto do livro de Duarte Pacheco, que diz assim:

«...temos sabido & visto como no terceiro anno de vosso Reynado do hano de nosso Senhor de mil quatrocentos noventa & oito donde nos vossa alteza mandou descobrir ha parte ocidental passando alem ha grandeza do mar ociano honde he hachada & navegada huma tam grande terra firme com muitas e grandes Ilhas adjacentes a ella que se estende a satenta graaos de Ladeza da linha equinocial contra ho polo artico.»

—*Esmer. de situ orbis*; pag. 7. De modo que a idea de descobrir terras a oeste estava formulada em 1498 e Duarte Pacheco encarregado d'essa empreza que todavia se não realisou. Pacheco, porem, ia na armada de Pedro Alvares Cabral.

Quanto ao grão de convicção que haveria sobre a existencia de terras fronteiras ás da Africa, vê-se tambem da *Carta* de Mestre João (*Docc.* da Torre do Tombo; *arch. nac.* chron. III, m. 2, d. 2) de 1 de maio de 1500, noticiando ao rei a descoberta do Brazil que nos mappas do tempo essa terra estava desenhada: «quanto Senor al sytyo desta terra mande vosa alteza traer um mapamundi que tyene pero vaaz bisagudo e por ay podra ver vosa alteza el sytyo desta terra...»

Não pode pois haver duvida de que a descoberta foi intencional e não fortuita; conservando-se porem reservado o plano, como é obvio, pelo receio de que se attacasse o tratado de Tordesilhas com Castella, armando expedições para oeste.

O sr. Baldaque, porem, adduz ainda um outro texto em abono da doutrina da descoberta intencional: é um tre-

1503 13° S. } BAHIÀ DE TODOS OS SANTOS, descoberta por Christovam Jacques, que prosegue até ao CABO DAS VIA-

cho da carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manoel noticiando a descoberta do Brazil e descrevendo a terra e sua gente.

Esta carta vem tambem no tomo dos *Docc.* da Torre do Tombo (pp. 108-21) e do texto d'elle vê-se que a transcripção não é exacta. A carta diz:

«e asy segujmos *noso* caminho per este mar de *lomgo* ataa terça feira d oitavas de pascoa que foram xxj (21) dias d Abril que topamos alguuns sygnaaes de tera..».

Na transcripção do illustre autor da *Mem.* cit. *noso* vem substituido por *vosso* e lomgo por *Congo*. São erros, d'onde o author infere argumentos.

Se o piloto falasse ao rei em *vosso caminho*, decerto era referencia a instrucções recebidas. Todavia, o proprio emprego do pronome *nosso* tem valor. Nosso caminho, era a derrota prescripta; ora essa derrota, se fosse a da India, não permittia um desvio inteiramente opposto em direcção do Brazil. Talvez por se ter de proposito querido conservar secretas as instrucções dadas a Pedro Alvares Cabral, não resta d'ellas senão um fragmento.

Como quer que seja, o proposito e intenção da descoberta do Brazil ficaram sendo factos averiguados.

Outro assumpto que se relaciona com a descoberta do littoral americano do sul são as viagens de Americo Vespucio (V. *Cartas de A. V.* na *Coll. de Not.* da Academia, II p. 137-59 e *Hist. da prov. de Santa Cruz Op. reimpr.* da Academia, n. 3) Varnhagem e com elle Major defendem a veracidade das viagens de Vespucio ao Brazil, por encargo do governo portuguez, ao passo que o V. de Santarem (*Reçh. sur. Am. Vesp.*) chega a affirmar (p. 94) que «é de crer que Vespucio *nunca tivesse ido ao Brazil*).« Com effeito singular que as duas viagens, ou suppostas viagens de 1501 e 1503 passassem desapercebidas a *todos* os chronistas portuguezes contemporaneos, Barros, Goes, Osorio, Castanheda e Galvão. (V. tambem a nota de p. 123 (2.ª ed.) ao *(Roteiro de Vasco da Gama)*, ed. Herculano.)

		GENS, na embocadura do Estreito de Magalhães.
1513		Segunda viagem de Gonçalo Velho
»		Escala de Affonso de Albuquerque em viagem para a India.
1505		*Id.* de D. Francisco de Almeida, *id.*
1506		*Id.* de Tristão da Cunha, *id.* (1)
1512	35° S.	RIO DA PRATA, descoberto por Diogo Garcia. (2)
1531	23° 15′ S.	RIO DE JANEIRO
	27° 40′ S.	ILHA DE SANTA CATHARINA
		ILHA DE S. VICENTE (3).

(1) Cf. Santarem, *Rech. sur Am. Vesp.* p. 83, sobre os textos de Goes e Ayres do Casal, *Corogr. bras.*.

(2) Varnhagem, *in Rev. trimensal*, xv, 6-14; cf. Harisse, *The discov. of America*, 718.

(3) Descobertas de Pero Lopes de Sousa. V. o *Diario da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, ed. Varnhagen; Lisboa, 1839.

III

A JORNADA D'AFRICA

(1580)

A jornada d'Africa

As narrativas de testemunhas presenciaes do desastre de Alcacerquibir, que successivamente teem vindo a publico são as seguintes:

1. de Jeronymo de Mendonça, na sua *Jornada de Africa;*

2. de fr. Bernardo da Cruz, na sua *Chronica d'elrei D. Sebastião;*

3. de Manoel Leitão de Andrada, na sua *Miscellanea;*

4. do autor anonimo da *Relação da Jornada de Elrei D. Sebastião,* publicada no *Bibliophilo,* 1849;

5. da Conestaggio, na sua historia *Dell' unione di Portugallo alla Corona de Castiglia;* achando-se, além d'isto, descripções da catastrophe nos historiadores nacionaes dos seculos XVII e XVIII: Barbosa Machado, *Mem. d'elrei D. Sebastião;* Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado;* Santos, *Historia sebastica;* Torres de Lima, *avisos do céo;* que todos se occuparam em especial do reinado de D. Sebastião.

A narrativa que hoje pela primeira vez da-

mos em lingua portugueza é traducção por extracto da obra de um autor que tambem foi testemunha presencial da catastrophe de Alcacerquibir. E essa narrativa, por ser de um homem que estava no campo inimigo, encorporado na missão franceza junto de Abd-el-Melek, ou Maluco, tem para nós um valor singular, que começa pela propria noticia d'essa intervenção dos francezes, omissa em todas as narrativas até agora conhecidas.

O livro das viagens de Leblanc, recommendavel para nós ainda pelo facto do seu autor ser um dos visitantes das nossas Indias, ainda na segunda metade do seculo XVI, intitula-se:

«Les voyages fameux du sieur Vincent Leblanc, Marseillois, qu'il a faits depuis l'aage de douze ans iusques à soixante aux quatre parties du Monde... rediger fidellement sur ses Memoires par Pierre Bergeron, Parisien.»

A primeira edição é de Paris 1649; a segunda de 1658. D'esta, a pp. 122 a 133 foi extraída a narrativa agora presente ao publico, e cuja veracidade, pelo menos parcial, se encontra affirmada pela concordancia de mais de uma particularidade do texto, com as informações das testemunhas portuguezas, segundo se verá das notas que vão em seguida. E' facil pois que o viajante, ou quem lhe redigiu as viagens, não mereçam inteiro credito quando fallam dos paizes orientaes longinquos; (1)

(1) Na sabia introd. com que precede a edição das *Viagens* de Varthema (Paris, Leroux, 1888) escreveo sr. Schefer: «Je ne saurais admettre comme dignes de créance les quelques pages que Vincent Leblanc a consacré au récit d'un voyage qu'il aurait fait dans le He-

mas a narrativa da sua viagem a Marrocos parece fidedigna. Vincent Leblanc estava em Marselha (1) nos principios de 1578, quando passou em Marselha um Dom Guilherme que o rei de França, Henrique III, enviava como embaixador ao sultão de Marrocos. Dom Guilherme fora barbeiro em Niza, e, n'uma viagem precedente a Marrocos, tivera a fortuna de curar da peste o sultão Muley Maluco, ou Abd-el-Meleck. Jantando em casa do pae de Leblanc, este, que voltara pouco antes do Oriente, narrou os episodios da sua viagem, e d'ahi o embaixador o convidou a acompanhal-o.

Assim partiu para Marrocos Vicente Leblanc, e, depois de naufragarem junto a Gibraltar, tendo escapado dos hespanhoes que os prenderam como piratas, foram desembarcar em Larache, d'onde seguiram para Fez a encontrar Abd el-Meleck *(a)* «o qual estava então em grande cuidado pois seu sobrinho Mahomet *(b)* que lhe disputava a corôa, e que já vencera em successivas batalhas, com soccorros dos turcos, para pedir soccorro a D. Sebastião, rei de Portugal.»

Em Mequinez, porem, Leblanc, desgarrado da comitiva, foi preso no sepulchro d'um marabu ou santão, quando ahi talvez praticava alguma irreverencia. Escapando a custo da morte, castigado com prisão e açoutes, um mercador corso, chamado Andrieto Gasparo *(c)* que tinha dois irmãos em Marselha e conhecia

djar et le yemen vers 1570. Ce qu'il dit est emprunté d'une façon fort inexacte à la relation de Varthema, et les aventures qu'il raconte me semblent fort supectes.»— *Introd.* p. XXI.

(1) *Voyages*, cap, XXII; p. 122 da edição de 1658.

o pae de Vicente, houve instrucções d'este para não poupar dinheiro na sua libertação. Então Gasparo despachou dois correios sobre dromedarios corredores «a que chamam Bacambal, capazes de andarem cincoenta legoas por dia», um para Marrocos, por se dizer que o sultão ahi se dirigia, outro, um portuguez chamado Francisco Maria, para Alcacer, onde encontrou Muley Abd-el-Meleck.

Ouvido o embaixador de França que já se achava ao lado do sultão, mandou este ordem ao émir de Mequinez para soltarem o prisioneiro.

Começa então a narrativa da campanha que traduzimos textualmente.

Entretanto o rei Mahomet, tendo influido com D. Sebastião, rei de Portugal, a ponto de este partir com um grande exercito, houve noticias de que um bom numero de navios tinham já chegado a Arzilla, Oran, Tanger e Cerote, fortalezas dos christãos sobre as costas africanas. Informado d'isto, Muley Maluco apressou os preparativos; e tendo-se rapidamente voltado contra os arabes das montanhas, pela desconfiança que nutria de que seguissem as partes de seu sobrinho Mahomet, tanto fez que os desarmou, tirando-lhes dezeseis míl cavallos com as armas correspondentes, sob promessa de lh'os pagar bem. Montou d'esta forma outros tantos peões arcabuseiros que tinha e todos levavam turbantes vermelhos; e com taes forças guardou as avenidas para que os arabes não podessem vir perseguil-o na retaguarda. *(d)*

Reunindo um exercito de uns sessenta mil cavallos, *(e)* veiu a Alcacer, ou Alcacerquibir,

a cerca de quinze legoas de Larache, com um irmão que tinha chamado Muley Hamet. Dom Sebastião veio egualmente com dezeseis ou dezoito mil homens, entre cavalleiros e peões, portuguezes, castelhanos, italianos e allemães, *(f)* e a 4 de agosto de 1578 deu-se a batalha em que o rei de Portugal foi completamente destroçado e morreu; e em que Mahomet, querendo refugiar-se em Arzilla, que ficava proxima, montando um cavallo excellente se afogou ao vadear a ribeira de Mucazen que passava diante de Larache.

Morreram na batalha mais de doze (mil) christãos, e muitos ficaram prisioneiros, entre elles mais de oitocentas mulheres e duzentas creanças de peito. Estive n'essa batalha com uns sessenta marselhezes que eramos, e dos quaes voltaram muito poucos.

Morreu n'ella Maluco, doente, durante a victoria; e seu irmão mais moço, Muley Hamet succedeu-lhe em todos os seus estados: a sua dynastia reina ainda hoje.

Vi o cadaver do rei de Portugal que levavam n'um caixão, cheio de cal viva para o conservar. *(g)* O senhor Andrieto Gasparo, Corso, de quem atraz fallei, e que era favorito de Muley Hamet, pediu-lhe o cadaver enviando-o a Lisboa, onde jaz na egreja de Belem. Em recompensa o rei de Hespanha mandou-lhe ricos presentes. *(h)*

Verdade é que depois ouvi dizer a alguns portuguezes escravos que era o corpo de um suisso, e que o rei D. Sebastião, tendo sido derribado do seu cavallo, fugira. Effectivamente, muitos annos depois, apresentou-se um, dizendo-se o rei de Portugal de quem apre-

sentava alguns signaes. Como quer que seja, executaram-no em Hespanha por impostor.

Ser-me-hia difficil contar mais detidamente esta batalha, depois de tantos que d'ella trataram dignamente: contentar me-hei pois dizendo o que vi.

A cavallaria portugueza, tendo desembarcado, em numero de 2300 homens, formou batalha em dois esquadrões. D. João de Castro, commandante de um, avançou em direcção de Alcacer. Os mouros deram-lhe repetidos attaques, fazendo-lhe romper a linha de batalha com as lanças que jogam sem as soltar; mas os christãos defenderam-se com as pistolas, ficando morto o chefe Azimut. A resistencia não foi grande, porque os mouros, não conhecendo o uso d'estas armas entraram depressa em desordem e debandada; o que encheu de tal vaidade os christãos que pernoitaram no campo fora de Larache, a caminho de Alcacer, distante cinco legoas, ficando entre duas ribeiras affastadas uma legoa uma da outra. Dom Sebastião rodeou o acampamento com os carros e carretas de bagagem, utensilios, tonneis e outros materiaes e munições para se defender contra qualquer surpreza nocturna.

Dom Alvaro Peres commandava a outra avançada com quinhentos cavallos e mil e duzentos lansquenetes, appoiando o flanco direito, na ribeira, e o esquerdo nos peões armados com armas brancas e a simples couraça ou peitoril. A' frente levava mil arcabuzeiros que forçavam a marcha com o fim de se separarem do corpo de exercito e serem attacados pelos mouros, esperando que d'esse modo se pronunciariam, soccorrendo-os, os

dez mil arabes commandados por Armabachi que estavam como os portuguezes, hesitantes, porem, em declarar-se, para não arriscarem os seus haveres e familias imprudentemente, pois sabiam que o sultão de Fez assolara as suas terras e tinha guardadas as estradas por onde podiam vir em soccorro de seu sobrinho. Estavam portanto parados, sem se decidirem, advertindo a Soliman, filho de Armabachi, que se manteriam neutros, esperando que a occasião lhes mostrasse como deviam proceder. Commandava-os um Amet Sarran, capitão experimentado que promettera a Maluco estar prestes a obedecer ao seu commando.

Mas Curco Aorahin que commandava cinco mil mouros de cavallo, homem corajoso e moço, ancioso de praticar um feito glorioso, participou a Sarran que se quizesse juntar-se-lhe, daria batalha; ao que Sarran disse que seria loucura attacar indiscretamente um exercito bem ordenado e munido de artilheria. Por isso nada se fez esse dia: apenas quatro mouros bem montados vieram propor lide.

Foi para mim um prazer visitar o exercito portuguez com um certo Hercules, bombardeiro, e João Sasselo de Marselha; mas o mal que achámos foi o grande numero de mulheres e creanças que lá havia. *(i)*

A 13 de julho, *(j)* o senhor Alvares (D. Alvaro Peres) avistou ao raiar do dia Curco Abrahin e os seus cinco mil mouros e usou de um estratagema para os chamar ao alcance dos seus arcabuzes e de algumas peças de campanha que tinha e com as quaes fez grande mortandade nos inimigos. Os mouros foram

destroçados e o seu chefe morto, com grande gloria para D. Alvaro e para o capitão Baliotin, conductor dos lansquenetes. D. Sebastião presenceou este combate com vivo prazer, e abraçando D. Alvaro quando voltava victorioso, deu-lhe um rico rubi, engastado n'um circulo de diamantes, joia que por suas proprias mãos despregou do seu chapeu. A Banastarin e Baliorin, chefe dos lansquenetes e arcabuseiros deu, a cada qual, um rico diamante. O rei mouro deu tambem a D. Alvaro a sua cimitarra de fina tempera, com a bainha de grande preço. Dos christãos não chegou a haver vinte mortos e cincoenta feridos. *(k)*

Maluco, ao saber d'esta derrota, teve grande sentimento, queixando-se de Amet Sarran por não ter corrido em auxilio dos mouros. Entretanto desenvolvia o seu exercito em volta do litoral *(de la marine)* quando o embaixador de França lhe advirtiu que melhor seria antes cuidar dos arabes, dos quaes cincoenta mil cavalleiros tinham promettido juntar-se a Mahomet, e attacal-os antes que elles se unissem aos outros. Acceitou o rei este conselho; e partindo logo e devastando a fogo e sangue toda a região de Leyassen e outras, os arabes humilharam-se, promettendo-lhe inteira obediencia; mas o rei, prudentemente e ao mesmo tempo temeroso da sua perfidia, contentou-se com tirar-lhes os cavallos, deixando os homens para o trabalho proximo das ceifas. Assim evitou habilmente o perigo que d'este lado podia vir. *(l)*

Regressou ao litoral e já começava a sentir-se indisposto d'uma grande constricção e me-

lancolia. Não montava a cavallo; levavam-no em liteira. Era um principe bondoso e cortez, amigo de seus amigos, familiarmente, sem affectação de pompa, nem grandeza, saudando-os com toda a civilidade. Mas com os seus inimigos era cruel e muito justiceiro: sobre tudo, com os que attentavam contra os regatões, como succedeu a um rapaz que mettera a mão n'uma cesta de tamaras, furtando tres. Ouvida a queixa do regatão, mandou cortar tres dedos ao rapaz. A uns que tinham querido entregar-se a Mahomet, mandou-os metter n'um canhão e largar fogo. Chegando o dia 4 de agosto, apparecia o grande cometa a ameaçar Portugal e Marrocos. O rei de Portugal, depois de ter feito as suas resas costumadas, e recebida a benção do bispo de Ceimbra, montou sobre um cavallo branco ajaezado de verde com esmaltes de ouro. Tinha o rei vinte e cinco annos, proximamente. Esbelto, com o nariz bem lançado, e o beiço um tanto caido, passou em frente das fileiras arengando-as para lhes incutir coragem. Diz-se que o bispo de Coimbra sonhou na noute precedente á batalha que ella se perderia, e que todos ficariam escravos, como de facto succedeu; e por isso mandara para Arzilla todos os seus haveres, que depois lhe serviram para o resgate.

Maluco, n'este mesmo dia, pelas onze horas saiu da liteira e montou a cavallo, vestindo uma tunica de brocado de ouro com folhagens ricamente bordadas, com a cimitarra ao cinto, e a sella do cavallo recamada de pedrarias. A cavallo passou revista ás fileiras animando os seus para a batalha. O seu exercito marchava em bella formatura desenvolvido em

meia-lua, os pequeninos tambores á moirisca rufavam e os pifanos tocavam com o seu som mais stridulo do que o das trombetas.

Acreditava-se que a batalha se daria no proprio domingo 3, mas foi differida para o dia immediato, segunda 4. Aconselharam D. Sebastião e Mahomet que empenhasse o combate de tarde, á boca da noute, porque então os arabes promettiam bandear-se para o seu lado e abandonar Maluco, o que se não realisou, sendo d'esta arte illudidos. *(m)* O rei D. Sebastião estava, como no dia precedente, no seu cavallo branco, dos melhores de Portugal, ajaezado de verde.

O exercito dos mouros appoiava-se da esquerda sobre a ribeira d'Alcacer que lhe servia de defeza. D. Sebastião, seguro como estava do soccorro dos arabes e de toda a vanguarda de Maluco, inteiramente composta de arabes, esperou a tarde para que a sombra encobrisse a defecção. Era uma vasta planicie de mais de duas grandes legoas, onde não ha arvore, nem pedra *(n)*. Todos os besteiros montados nos cavallos tirados aos arabes, formando nas duas pontas do crescente, proximos da vanguarda portugueza, foram n'um instante destroçados e varridos pela artilheria. *(o)* Presenceando esta derrota, *(p)* os arabes pretenderam debandar, mas, vendo firmes os mais batalhões, foram forçados a manter-se. Muley Hamet vigiava-os de perto.

Estando a batalha empenhada e vendo que os arabes não faziam o que se temia, Maluco dispoz as cousas aproveitando as horas que lhe restavam de vida para consummar a victoria. O rei de Portugal, o mouro, e tambem

Maluco acabaram alli, os dois primeiros mortos ou affogados, o terceiro da molestia na sua liteira, deixando Hamet unico senhor da victoria e herdeiro de tudo.

D. Sebastião obrou prodigios, mas esmagado sob o numero dos inimigos e não podendo mais, atou um lenço branco no alto de uma lança em signal de paz, para se entregar ; mas esta canalha dos mouros, ignorando o uso, cairam sobre o rei e os que o acompanhavam, acabando pelos matar a todos.

Foi grande a matança e particularmente nos que guardavam a bagagem, os quaes eram tantos ou mais ainda do que o resto do exercito.

Alguns d'elles iam deitar-se entre os mortos para se salvarem. Era triste ver duzentas creanças de peito ; e mais de oitocentos, entre mulheres, rapazes, e raparigas, que tinham vindo na companhia dos maridos e paes, com idea de se fixarem na terra, trazendo abundancia de correntes e cordas para atar os prisioneiros mouros, quando serviram para os proprios christãos, dos quaes ficaram sete mil captivos, sem contar as duzentas creanças de peito e as oitocentas mulheres e seus filhos.

A

E' o Moluco das nossas chronicas. Em 1576 desthronara seu sobrinho Mahammed-el-Abd, cognominado o *Negro*, que dois annos antes herdara o throno de seu pae Abdallah. O processo da exterminação dos parentes para supprimir conspirações e revoltas de familia, commum nos estados musulmanos, seguia-o tambem o Negro. A' hecatombe dos seus escaparam dois tios do califa: Ahhamed, fugindo para o Sus, nos confins austraes de Marrocos; e o Moluco, escapando-se para Argel.

Abd-el-Melech combateu em 1571 ao lado dos turcos na batalha de Lepanto; e, voltando a Argel que então dependia ainda do imperio de Constantinopla, o bey prestou-lhe uns milhares de homens que, reforçando os seus parciaes, lhe deram com a victoria, o throno de Marrocos.

Era o quarto sultão da nova dynastia dos xerifes, ainda hoje reinante, e que começara em 1552 depois da morte de Abu Beker, ultimo dos benimerides.

A nova dynastia fundara-se repetindo a historia das anteriores. Quando o exercicio

do poder dissolvera os costumes da corte, deu-se uma reacção do fanatismo musulmano. Os orgãos n'este caso são os xerifes, cuja, historia é breve.

Apparecem no Mogreb esses descendentes de Mahomet por Fatima, no principio do seculo XVI, durante o reinado de Mohammed-ben-Uatar, penultimo benimeride. Ha em Tamagudert, no El Draa, um marabú, santão e mago que, sentindo nas suas veias o sangue do Propheta manda os filhos a Meka estudar o Coran, para que se tornem *hhay*, ou peregrinos, cathegoria ou classe eminente. Eram tres: 1) Abdd-el-Quibir, 2) Ahhmed, 3) Mohhamed.

A' volta de Meka, os rapazes iniciam a prégação da guerra santa contra os portuguezes que na costa mantinham os baluartes de Çafim, Santa-Cruz, Azamor, Arzilla, Tanger e Ceuta. Começam a sua cruzada pelo extremo sul de Marrocos, onde fundam por conta propria o sultanato de Taradunt, no Sus, investindo n'elle Hassan, seu pae. O mais velho morre na campanha e pouco depois acompanha-o, Hassan. Ficam os dois que a breve trecho dispõem já de forças bastantes para deporem o sultão de Marrocos, vassallo do de Fez, substituindo-se-lhe. Ahhmed ficou reinando em Marrocos; Mohammed no Sus; confessando ambos a vassallagem ao suzerano de Fez, que desde 1529 era Abu Beker.

Não reconheceu este a usurpação dos xerifes e foi contra elles em guerra, pondo cerco a Marrocos, mas os xerifes bateram-no na batalha de Bad Cubba, em 1532, obrigando-o a retirar. Senhores do sul do imperio, transpuzeram o Atlas, apossando-se do districto de

Tafilete, ao mesmo tempo que occupavam as praças maritimas de Arzilla, Azamor, Çafi e Santa Cruz, abandonadas por D. João III.

Na fortuna, porém, não poderam ficar unidos os dois irmãos socios na campanha. Mohhamed bateu Ahhmed, obrigando-o a refugiar-se nos extremos confins do Sus, e senhor unico do poder, voltou contra o sultão de Fez que desthronou e matou em 1552, data em que Mohhamed, primeiro sultão xerife, se poude denominar principe dos crentes, ou Emir-el-Mumnin.

Dois annos apenas reinou, sendo assassinado pela sua guarda que o celebre bey de Argel Ali-Baba-Arrax, ou Barbaroxa, como os christãos lhe chamavam, assoldadara. Ao mesmo tempo era degolado, no seu exilio do Sus, o irmão foragido, pelas tropas que temiam se levantasse como pretendente ao throno. O segundo xerife de Fez foi Abdallah, filho de Mohhamed, que morreu em 1574, deixando o throno ao terceiro: Mohammed-el-Abd, o *Negro,* desthronado dois annos depois por seu tio Abd-el-Melech.

B

Mohhamed-el-Abd, o *Negro,* desthronado por seu tio em 1576, refugiou-se em Peñon de la Gomera que os hespanhoes tinham tomado aos argelinos em 1564.» E o xarífe se veio ao Pinhão de Belles, fortaleza da corôa de Hespanha, no mar Mediterraneo, donde pediu soccorro a El rey D. Filipe, e não achando gua-

rida passou a Ceuta, da qual, fazendo os mesmos officios com El-Rey D. Sebastião e promettendo-lhe a fortaleza de Larache com algumas cousas mais lhe começou El Rey a dar ouvidos.» — Jer. Mendonça *Jornada d'Africa*, I, 1.

C

É o mesmo que veiu a Cadix enviado por Abd-el-Melech offerecer a D. Sebastião quatro legoas a mais de terra em redor das praças portuguezas da Barberia. «Por via de André Gaspar Corço, lembrando-lhe sua justiça... e juntamente promettendo-lhe algumas cousas, ao que el-Rey por nenhum caso respondeu nunca, e disto se queixava grandemente Molei Moluco.» Jeron. de Mendonça *Jorn. d'Africa*, I, 3.

D

A este movimento de Abd-el-Melech, para conter os mouros (a que Leblanc chama arabes) das montanhas, denominados pelos nossos *alarves*, alludem em geral os chronistas da expedição. O Maluco que sabia muito bem da partida delRey de Lisboa, e cada dia esperava pela noticia do porto d'Africa, onde se ia arrimar, tanto que foi avisado de sua chegada, partiu com grande pressa para Marrocos, onde só se deteve dois dias compondo as cousas do

seu governo e partiu logo com animo de defender Larache, etc.—Bayão, *Port cuid. e las tim.*, 539. «A este tempo estava Muley Maluco na serra, em um logar chamado Achera (1), pacificando aquelles povos, a nus com rigor de castigo, a outros com liberaes mercês.»—F. Bern. da Cruz, *Chron. delrei D. Sebastião*, 55.

O Moluco receiava que as sedições lhe incommodassem a retaguarda do exercito, prejudicando-lhe as operações da campanha temerosa em que se ia lançar... «como os mouros que lhe ficassem nas costas se não atreverem a fazerem alguma alteração, ou hirem-se ao xerife (o tio, pretendente, alliado dos portuguezes) a Ceuta.—*Ibid.* O author da *Hist. Sebastica* (II, 32) diz outro tanto.

E

Tambem aqui apparece veridica a informação do marselhez, apesar da extrema difficuldade de fixar o numero de exercitos collecticios, como eram os musulmanos. 60.000 cavallos diz Leblanc. Leitão de Andrada *Miscell* dial. VII observa: «sabe se contudo que os que menos dizem, passavam de sessenta mil de cavallo, posto que Franqui (2) diga que eram quarenta mil. Jeronymo de Mendonça vae mais alem, pois diz que «aueria no campo mais de oiten-

(1) Andjera.
(2) Conestagio, o autor *D'ella unione di Portugallo.*

ta mil homens de caualo e de pé mais de quarenta.» (*Jorn. d'Africa*, I, 4.) Mas F. Bernardo da Cruz affirma que «a gente de paga toda assentada erão quarenta e tres mil de cavallo e quatorze mil de pé,» isto é, 57.000 soldados «fora infinidade de outra que seguia o exercito, assim de pé como de cavallo.» (*Chron.* 55.) Assim se conciliam as differentes versões. Haveria uns 60.000 soldados, e, com elles, uma multidão de gente collecticia, mais ou menos armada que fariam attingir o total de 100.000 ou mais.

F

Quanto ás forças portuguezas ainda o marselhez se acerca mais da verdade. Eis aqui as versões de outras testemunhas:

«... noue mil Portugueses... tres mil Tudescos, dos quaes era Capitão Martin de Borgoña Monsiur de Tanberg, dous mil castelhanos que gouernaua Dom Alonso de Aguilar... seis mil Italianos a quem regia o Marques Tomas Sternuille, mil e quinhentos ventureiros portuguezes, homens nobres, alem dos mais fidalgos illustres e senhores que foram na jornada.—Jer. de Mendonça, *Jorn. d'Africa* I, 3.

«Quinze ou dezeseis mil homens, a maior parte delles bizonhos, e tirados por força do arado e das cabras (não fallando em seis mil gastadores e muitos carreteiros e escravos que não era gente, nem mais que impedi-

mento.» — M. Leitão de Andrada, *Miscell.*, dial. VII.

«Dois mil aventureiros ou malaventurados... Novecentos soldados romaniscos... Tres mil tudescos, afora o cisco das suas matronas... Tres mil castelhanos... Quatrocentos e cincoenta homens, fidalgos os mais d'elles... e com os creados d'estes e os cavalleiros de Tangere e de Arzilla e os do Xerife, se fez a somma de 24.000 homens, ainda que d'estes não foram ao campo mais que 18.000.» — *Carta a um abb. da Beira, etc*, ed. por Felner no *Bibliophilo* (1849) p. 199.

O embaixador hespanhol, Sylva, que acompanhava a expedição, escrevia para Madrid: «Somos poucos, soldados bisonhos, mal commandados e mal disciplinados.» — *Coll. de doc. ined. para la hist. d'España*, XL, 83; carta a Philippe II, dois dias antes de largarem do acampamento de Arzilla, 27 de julho 1578.

G

«No caixão em que vinha foi enterrado cuberto de cal e areia». — Mendonça, *Jorn. de Africa*, II, 3.

H

E' positiva a intervenção do Corso, na entrega do cadaver de D. Sebastião. Fr. Bernardo da Cruz conta o caso do seguinte modo:

Antes da chegada a Fez do commissario da Trindade, Fr. Roque, a quem o Cardeal rei tinha comettido o resgate dos restos do mallogrado heroe, já o Corso tinha obtido de Muley Hamet a dadiva do cadaver que jazia em Alcacer, «para o levar a Espanha a elrei Dom Philipe, seu tio, para com este offerecimento grangear a vontade e mercês de sua magestade.» Todavia o sultão, apesar da promessa feita, cede ás instancias de fr. Roque, cedendo os restos gratuitamente. O Corso, vendo-se esbulhado d'este bom negocio, alcança porem que seja elle quem vá a Alcacer receber os restos, e quem os leve a Ceuta, onde fr. Roque esperava por elles. Suspeitando, porem, o frade que o Corso pretendesse desencaminhal-os na viagem, para realisar o seu primeiro plano, encarregou da recepção um troço de fidalgos que vinha de regresso. Elles receberam os restos de D. Sebastião do alcaide de Alcacer e os trouxeram a Ceuta, encorporando-se porem o Corso na comitiva. — *Chron.* 85.

I

Na *Carta a um abbade da Beira*, etc. já citada, quando falla dos soldados allemães, o caustico escriptor accrescenta *e o cisco das suas matronas*. Accrescenta (p. 199) que em Cadix a armada se apercebeu «de matronas e brincos castelhanos. «A abundancia das mulheres era, pois, notada pelos contemporaneos, que egualmente diz parece» que levam os (expedicionarios) casa muflada, como se lá houves-

sem de estar vinte annos. «Não admira pois que levassem mulheres em abundancia.

«E el-rei levava muita somma de tendas que mandou trazer de Allemanha que se affirma que as delrei e dos fidalgos e estrangeiros serão mais de quatro mil com os tendilhões». *Rel. da jorn. d'elrei D. Sebastião*, no *Biblioph.* (1849) p. 92.

Outro ponto notado pelas testemunhas presenciaes, é o luxo extraordinario da corte e dos fidalgos que parecia irem a um torneio e. com effeito, nem sonhavam com a catastrophe que os esperava.

«Alem d'isto foi espanto ver a muita pedraria que neste dia saiu: os botões d'ouro, as tranças dos chapeus cheias de rubis, diamantes, esmeraldas de preço infinito... os camafeus, medalhas, estampas de feitio singular; as cadeas de ouro grossissimas aos pescoços, de dez e doze voltas, as couras borladas de ouro com botões de ouro, cristal, perolas e de mais pedraria...» etc. *Ibid.*

J

A chronologia da campanha é esta:

1578

3.ª feira, 24 de Junho, dia de S. João: partida de Lisboa;

4.ª feira, 25 de Junho: chegada a Lagos, onde ficam quatro dias; embarque de parte da gente do Terço de Francisco de Tavora;

Domingo, 29 de Junho: idem a Cadiz, onde se demoram uma semana. Embarque de con-

tingentes castelhanos. Festas dadas pelo duque de Medina Sidonia; visita de André Gaspar, Corço, enviado de Abd-el-Meleck, a propor pazes;

Domingo, 6 de Julho: idem a Tanger, onde o rei desembarca, partindo o grosso da frota para Arzilla; ficando alli o rei dois ou tres dias; e encontrando-se n'esse ponto com o pretendente;

5.ª feira, 10 de Julho: idem do rei a Arzilla, que desde o começo da guerra civil se pronunciara pelo Negro, entregando-se ao governador de Tanger; desembarque do exercito. Em Arzilla os preparativos da campanha consomem dezoito dias. Escaramuças nos arredores da praça. Formação do acampamento.

3.ª feira, 29 de Julho: marcha para o interior, acampamento dos Moinhos;

4.ª feira, 30 de Julho: acampamento de Almenara; chegada do enviado de Carlos V, D. Francisco de Aldana;

6.ª feira, 1 de Agosto: acampamento de Truxena;

Sabado, 2 de agosto: *idem* de Al-Kantara, sobre o campo de Alcacer; chegada de Abd-el-Meleck a Alcacerquibir;

Domingo, 3 de agosto: estabelecimento dos dois acampamentos inimigos nas margens do Mahhazen, ao norte do Lukkus;

2.ª feira, 4 de agosto: Batalha.

Cf. Cruz, *Chron.*; Mendonça, *Jorn.*; e Andrade, *Miscell.*

D'onde se deduz que a data de 13 de julho corresponde ao periodo da demora em Arzilla.

O episodio referido no texto, a não haver confusão de data, antecede a batalha.

K

Não foi possivel identificar nem os nomes nem o logar dos episodios a que se refere o texto. Porventura o marselhez curava por informação e confundia as cousas; pois apenas affirma ter estado na batalha, e, achando-se com Abd-el-Meleck, não podia ver o que se passava em Arzilla, emquanto o sultão se preparava para cortar a marcha dos portuguezes em Alcacerquibir.

O Alvaro Peres de Leblanc é sem duvida Alvaro Pires de Tavora que commandava na vanguarda os aventureiros na formatura com que o exercito desceu de Al-Kantara. Quem seria porem o D. João de Castro? Seria D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro que formava com o seu esquadrão á direita dos aventureiros? (Cf. Mendonça, *Jorn. d'Afr.* I, 5).

Eis aqui as duas escaramuças de que resa a chronica no arrayal de Arzilla:

«a primeira vez Habraen Sufiani alcaide de Alcaçerequibir com dois mil de cavallo por mandado de Mulei-Hamet, irmão do Maluco, ao qual elrei com muita presteza acodio, posto que lhe foi estranhado do seu conselho e todos os prudentes;»

«o segundo rebate deo Saer ben-hesi, general de cavallaria do Maluco, com cinco

mil de cavallo, que vinha a descobrir campo. Os mouros de Muley Hamet que acodirão ao primeiro facho, vendo os, lhes sahirão com impeto inimigo e travada a escaramuça forão feridos e mortos alguns de cada parte, entre os quaes foram mortos Beheca, irmão de Cid-Hamubenanza, e Chir-ben-mansor, genro de Cid-Abdelcherim, alcaides do xarife Mulei Hamet, que estava no campo christão.» (1)

L

O viajante repisa aqui um ponto a que já alludira (nota D). Effectivamente, na sua narrativa, começa por apresentar os resultados summarios, e depois quando principia: «Ser-me-hia difficil, etc.», dá pormenores, repetindo-se por vezes, como n'este caso.

Eis aqui os que os chronistas contam sobre a inconsistencia das forças de Abd-el-Meleck:

«O Dogali que andava no reino de Sus, por mandado de Mulei Maluco, sojeitando os reveis, como vio a revolta d'Africa tornar-se a accender com a entrada delrei D. Sebastião, manhosamente o deixou ficar sem vir á batalha, e o Achahiac acompanhou o Maluco, porque se tivessem tempo de executar a conjuração o Dogali estivesse perto de Marrocos, que

(1) Cruz. *Chron.* 59; cf. Barbosa Machado, *Mem. de D Sebastião*, IV, p. 304, e segg.

lhe havia de caber em sorte e o Achahiac de Fes que era a sua parte». (1)

M

Todos os chronistas concordam em que o Negro aconselhou D. Sebastião a differir a batalha, porque Abd-el-Meleck tinha as horas de vida contadas com o veneno que o seu rival e sobrinho lhe mandara propinar. Leblanc não refere o caso do veneno: só falla de doença natural. Havia ainda outro motivo para não empenhar o combate na planicie: era a excellencia das posições portuguezas, na encosta, onde a superioridade da cavallaría inimiga não tinha vantagem. O Negro aconselhava que se entrincheirassem nas posições que occupavam.

Mas o rei não podia seguir o conselho porque, tendo-se aventurado no interior, affastando-se da base de operações de Arzilla, sem mantimentos, o exercito estava ameaçado de morrer á fome, se dilatasse a victoria esperada.

Insistia então o Negro porque a batalha se não começasse senão com o descair do dia, por dois motivos: primeiro, porque, na sombra da noute, os seus parciaes não receiariam bandear-se; segundo, porque, em caso de desastre, seria mais facil a fuga. Esta obser-

(1) Cruz, *Chron.*, 55; cf. Bayão, *Portugal cuid. e last.*, p. 541.

vação revela o estado de animo do pretendente.

Já na vespera, domingo, «dom Duarte de Menezes... sabendo muito como elles (os mouros) de noute não são homens de guerra... aconselhou a el Rey mandasse dar huma encamisada.» — *Mendonça, Jorn. d'Afr.*, I, 5.

Mas o rei não annuiu a nenhum d'estes conselhos, e temerariamente se quiz aventurar a uma batalha campal, conforme o ideal da cavallaria.

N

O objectivo da expedição era Larache situado na costa, junto á embocadura do Lukkus, pelo sul. Effectuado o desembarque em Arzilla, havia a escolher um de tres planos de operações: 1.º marchar ao longo da costa para o sul, apoiado na esquadra; 2.º ir por mar desembarcar em Larache; 3.º internar-se, indo vadear o Lukkus em Alcacerquibir, para dahi, ao longo do valle, cair sobre Larache que, cortadas as communicações com o interior, e batida pelo mar com a frota, cairia impreterivelmente.

Contra o primeiro plano objectou-se a difficuldade de passar o Lukkus, junto á foz, em barcas, sob os tiros de Larache; contra o segundo a difficuldade de um desembarque nas mesmas condições, em costa aberta onde o rollo do mar é forte. Adoptou-se o terceiro:

«O que realmente, bem considerados os inconuenientes que nos outros pareceres auia,

não era mal acertado conselho, se a brevidade e diligencia seguira a resolução.»—Mendonça *Jorn. d'Afr.*, I, 3.

Faltou a brevidade e diligencia. Perdeu-se um tempo precioso em Arzilla (18 dias) depois dos dias perdidos em Cadix. E a prova é que chegaram na mesma occasião ao campo de Alcacer os dois inimigos; e se D. Sebastião se tivesse adiantado, teria encontrado o caminho livre, dando-se o choque no littoral, já ao abrigo da esquadra.

Quando os portuguezes desembarcaram em Arzilla, Abd-el-Meleck, segundo vimos, não ousou entrar em campanha sem ter primeiro enfreiado os mouros dos montes cuja rebellião temia. A perda de tempo dos nossos foi a sua salvação.

E n'este tempo estaua ainda Molei Moluco em Marrocos, que são dahi mais de cem legoas, e pudera muy facilmente el Rey, partindo logo tomar Alcaçar, e deixar n'elle o Xarife com seus Mouros, e alguma gente de guarnição, e decer a Larache ao longo do rio, que esta dahi tres legoas, e fazendo-se senhor da enceada de Castil de Genoueses, desembarcar muy facilmente os mantimentos e monições necessarias, citiando a fortaleza...» —Mendonça, *Jorn. d'Afr.* I, 3.

Era isto o que se queria fazer, mas foi o que a perda de tempo não consentio. Nos dezoito dias de demora, o sultão assegurava a sua retaguarda:

«Molei Moluco n'este tempo acabou de entender o caminho que el Rey levava e se veio chegando a Alcaçar, e dahi ao campo, junto ao vao do rio Lucus, que os portuguezes hião

buscar, pera seguir da outra banda o caminho a Larache».—*Ibid.* 4.

Vejamos agora as operações do corpo expedicionario portuguez.

De Arzilla para o sul até Larache distam ao longo da costa trinta kilometros proximamente; de Larache para o interior, seguindo o curso do Lukkus, em direcção proxima do sudoeste, a distancia é de metade. Em vez de dar a volta da serra, por Larache, D. Sebastião internou-se logo de Arzilla, seguindo a estrada alpestre que vae obliquamente a Alcacerquibir por Suk Fzeltza de Raisana.

Na terça feira 29 de Julho chegavam ao acampamento dos Moinhos, na quarta ao de Almenara, onde passavam a quinta; na sexta, 1 de agosto, estavam em Truxena, e no sabbado chegavam ao acampamento dito da Ponte, ou de Al-Kantara, sobranceiro á planicie onde a batalha se havia de ferir na segunda feira seguinte. A marcha durara cinco dias.

Essa planicie, cortada a meio pelo rio Mahhazen, estende-se para o poente cerca de legoa e meia, até á margem direita do Lukkus, onde o Mahhazen desemboca, sarjada pelos cursos parallelos do Bufoaran, do Xurreir, do Butuil, que na estação das chuvas a convertem n'um pantano. (1) A confluencia do

(1) «Tem este campo que se chama Uderaca, que quer dizer a adargua, o qual vulgarmente se diz campo de Alcaçar, por começar junto a esta villa, onde foy a batalha, como adiante se verá, he grande e muy chão, pello qual se vem metendo uma pequena ribeira da parte do norte no Rio Luccus, cujo nome he Vet Macasin.» Jer. de Mendonça, *Jorn. d'Afr.* I, 3.

Mahhazen está a duas leguas de Larache pelo curso do Lukkus.

Desde Al-Kantara, junto ao desaguadouro do ribeiro de Amiar el Cahhal, até Sidi Embrace nas alturas sobranceiras á margem direita do Lukkus, o terreno sobe em amphitheatro, arrancando os montes a cerca de uma legoa do Mahhazen, cortados pelas depressões alcantiladas onde se escoam para a planicie os tres outros confluentes do Lukkus. N'este amphitheatro acamparam as forças portuguezas, tendo o rei a sua tenda no flanco esquerdo, junto a Al-Kantara, e appoiando-se o flanco direito em Sidi Embrace, contra a margem do Lukkus. Occupavam, assim, toda a face norte da veiga do Mahhazen, defendidos na frente pelo fosso natural d'esse rio que ia então cheio, com cincoenta metros de largura e margens abruptas de tres ou quatro de altura. Desde Al-Kantara, onde a veiga se fecha por leste, até ao Lukkus, impossivel de transpor as posições portuguezas, não podendo ser por isso torneadas, estavam defendidas por um fosso natural, só accessivel em seis vaus n'uma extensão de quasi duas legoas; ameaçando, alem d'isso o flanco direito inimigo por dominarem a passagem do Mahhazen na posição de Al-Kantara, onde havia a ponte, conforme o nome o diz.

Do outro lado do Mahhazen, ao sul ficava o acampamento dos mouros, estendido parallelamente, desde o ponto fronteiro a Al-Kantara, com um posto nas eminencias que pelo sul dominam a ponte, até á margem do Lukkus para lá da confluencia do Mahhazen, estendido ao longo da margem esquerda d'este

rio na planicie que se prolonga para o sul, até Alcacerquibir.

D'ahi viera Abd el-Meleck descendo ao longo do Lukkus, afim de impedir a sua passagem para o sul, no váo acima da confluencia do Mahhazen, pois abaixo d'ella o rio não é vadiavel. (Mendonça, *Jorn. d'Afr.*, I, 3.) O seu receio seria que os portuguezes o tivessem precedido e lhes não podesse já embargar a passagem. Não succedeu porem assim, e Abd-el-Meleck poude assentar o seu acampamento na margem esquerda do Mahhazen, em frente dos portuguezes, esperando que o attacassem. (1)

V. a excellente *Memoria* da batalha de Alcacerquibir por D. Eduardo Alvares, na *Rev. do Ex. hespanhol*, com um mappa topographico.

O

Os portuguezes tinham 24 peças de artilharia. (Mendonça, *Jorn. d'Afr.* I, 4) Os mouros segundo o author da *Jorn. d'Afr.* tinham mais de quarenta; embora Andrada conteste: «E diante da frente trinta peças de artilharia... Inda que Jeronymo de Mendonça diga que erão quarenta, eu contei só trinta, com seus officiaes e sem outra guarda.» (*Miscellanea*, dial. VII.)

(1) «Mandou o Maluco ao seu exercito passase o rio Lucus e se pozesse em ordem de pelejar, apresentando a batalha aos christãos pera o outro dia». — Cruz, *Chron.*, 62

P

Na segunda feira, 4, pelas 10 horas da manhan, os portuguezes desceram das suas fortes posições e atravessando a planice em quadrado (1) de batalha foram passar o Mahhazen, para a esquerda, no segundo váu. Formados em crescente, os mouros esperavam.

«E posto assim em ordem nosso esquadrão dos ventureiros, estivemos esperando um bom espaço o signal da batalha e o Santiago; com os Mouros defronte, que da mesma maneira parece o esperavão, em hum plano como uma mensa tão largo, quanto a vista alcançava, em distancia de hum ao outro exercito, menos de meio quarto de legoa, que pouco a pouco se forão chegando um ao outro.» (2)

Formados em crescente, os mouros tinham sua artilharia que erão vinte e quatro peças, (inda que alguns dizem quarenta) entre certo milho como senhores do campo e que sabião o lugar por onde necessariamente haviamos de passar o váo na maré vazia, encobertas da noute antes com hum milho»... (3) Dizia o mouro aos seus que atacassem sobre tudo os portuguezes e italianos; «desfazendo na fama dos allemães *persuadialos a no temellos*. (4) «E tanto

(1) «E todo o nosso campo estava em forma quadrada... inda que triangular diga Franqui» (Conestaggio) Andrada, *Miscell.* dial. VII.

(2) *Ibid.*

(3) *Ibid.*

(4) Herrera, II, 196.

que passou (o exercito) a pequena ribeira do Mocasim (1) abaixo da sua ponte, por ser baixa a maré que lhe communica pelo rio Lucus, ás 10 horas do dia, puserão os Mouros fogo ao feno, e panasco secco que lhe deu bem grande emfadamento, mas atalhouse o melhor que foy possivel». (2)

A batalha começou por uma descarga de artilheria (3)

A vanguarda dos aventureiros (4) rompeu com denodo pela selva espessa das lanças moiriscas, penetrando até junto da tenda de Abd-el-Meleck. Matou-o algum pelouro? Caiu extenuado pelas febres? Era a acção do veneno propinado?

«Tenho por certissimo que o matamos... nem era possivel, se a sua morte fora natural, estando tão perto della poder-se por a cavallo, e com o alfange desembainhado na mão... e sem embargo os mouros... esconderem esta morte e persuadirem os seus morrera de doença.» (5) – «Com aquella maldita voz, ter! ter! parámos, sem saber o pera que ou porque.» (6) Pararam todos: os aventureiros «os castelhanos que estauam á mão esquerda e os tudescos e italianos á mão esquerda». (7)

Entretanto, os mouros, «cercando o (exer-

(1) Mahhazen.
(2) Mendonça, *Jorn. d'Africa*, I, 5.
(3) Ibid. 6.
(4) «E haveria n'este nosso terço 1400 ventureiros de pé, pouco mais ou menos, porem guarnecido com a arcabuzaria de Tanger e Ceuta, destrissima e excellente que não sei quantos serião».—Andrada, *Miscell.* dial. VII.
(5) *Ibid.*
(6) *Ibid.*
(7) Mendonça, *Jorn. d'Africa* I, 6.

cito) del rey de maneira que por toda a parte ficou sendo não guarda» (1), attacavam os flancos e a retaguarda da phalange portugueza. Na vanguarda que estacára de novo avançavam com furia:

«Pelo que muitos, que eu vi, se ião como leões raivosos meter por elles desesperados, fazendo feitos tambem desesperados e proezas que não ouso contar-vos. De maneira que de huns e outros ficou aquillo por alli té onde chegámos cuberto de mortos, homens e cavallos, em tanto que difficultosamente se podia por alli entrar a cavallo, depois: e tanto o sangue que em partes me dava quasi pelo artelho. E tudo gritos, e lamentos, mortos em cima de vivos, e vivos de mortos, todos feitos pedaços, Christãos e Mouros abraçados, chorando e morrendo, huns sobre a artilharia, outros braços, e tripas arrastando, debaixo dos cavallos, e em cima espedaçados, e tudo muito mais do que já vos posso dizer, porque aperta comigo a dor, na lembrança do que passei». (2)

Mas esta furia homerica não passava d'um estorcer de leão rebentado pelas voltas de uma serpente. As duas pontas do crescente fechavam-se, e o quadrado portuguez era um montão de desesperados. Duas horas tinham bastado: (3) quatro ou cinco levou ainda a consummar a catastrophe. (4)

(1) Mendonça, *Jorn. d'Afr.* I, 5.

(2) Andrada. *Miscellanea.* dial. VII.

(3) «E já n'este tempo que seria pelo meio dia era tudo desfeito e acabado, aldemenos em grande espaço ao redor donde me achava».—Andrada, *Miscell.* dial. VII.

(4) E sendo emfim, quatro ou cinco horas da tarde, auendo se começado a batalha ás onze, se acabou de de-

D. Sebastião sumia-se, para morrer, como Romulo, *desapparecendo*. O Maluco era cadaver na sua liteira. O Negro que lhe queria a corôa, perdia a vida, fugindo, afogado no Mahhazen. «Quinhentos fidalgos illustres entrarão nesta batalha .. e aquelles que uiuerão foram pouco mais de duzentos.» (1)

E «nella (na batalha) e na jornada toda, tudo forão erros commetidos pela cabeça de hum só homem, Rei endurecido a todo o bom conselho e razão.» (2) E' a voz do desespero, procurando um réo. O rei não era mais do que a imagem do povo que enlouquecera com a vertigem das conquistas, com o veneno da riqueza, com o delirio da illuminação religiosa.

Essa loucura de que o rei é accusado é o estado da imaginação do povo que lhe divinisou a memoria, inventando o sebastianismo, derradeiro porto onde vem *deitar ferro* a nau de viagem portugueza.

clarar a desuentura dos portuguezes »—Mendonça, *Jorn. d'Africa*, I, 7.

(1) *Ibid*

(2) Andrada, *Miscell.* dial. VII.

IV

O INFANTE D. HENRIQUE

O infante D. Henrique

Senhores:

D'estes altos, povoados de jardins entre os quaes se ergue o palacio da industria, consagrado hoje á apotheose do homem terrivel que ha cinco seculos deu corpo, forma, designio e rumo, ás forças expansivas da nação baptisada pela revolta de Lisboa e confirmada pela victoria de Aljubarrota: n'estas salas, onde os productos do Portugal ultramarino veem dar o ultimo testemunho do exito d'essa empreza gloriosa que, tendo enchido com hymnos de victoria os mares da India, creou um segundo Portugal na America, depois de chamar á existencia social os archipelagos do atlantico: d'estes altos formosissimos, sobranceiros ao Douro e á sua cidade, a minha imaginação está evocando os velhos tempos de ha cinco seculos.

Vejo o monte negro da Sé, a cidade dos bispos, apertado no seu cinto de muralhas com dentes de granito mordendo o azul do ceu;

vejo as ondas da casaria obscura, galgando por sobre as muralhas, collearem, insinuando-se nas gargantas apertadas e nos altos arborisados que hoje são o Porto. Foi alem, na Sé, que se casaram D. João I e D. Philippa, a ingleza. O valle que desce desde Santo Ovidio até ao Douro, coração actual do Porto e divisoria da cidade velha e da cidade nova, apresenta-se-me já habitado pela população dos burguezes, sempre hostis aos bispos suzeranos. Para oeste, nos altos de Cedofeita, o cabido colonisa, arroteando, os campos inclinados pela encosta de Villar. S. Francisco, aqui no sopé do proprio monte em que nos achamos, está começado apenas: principiaram os frades a edificar o seu templo no mesmo anno de Aljubarrota: 1385. E em frente de S. Francisco, no velho paço real, deitando sobre a rua nova aberta por D. João I, n'esse futuro coração do Porto commercial: é ahi que vem ao mundo, em 4 de março de 1394, o infante D. Henrique.

Já o periodo heroico da revolução e da guerra tinha passado. A paz com Castella, vivamente desejada pelo rei, embora ainda não sellada, era porem já um facto. As resistencias internas haviam cessado principalmente com a emigração dos parciaes adversos para Castella. A monarchia de Aviz erguia-se soberana sobre um povo retemperado nas longas batalhas da independencia, e enraizava-se profundamente no sentimento novo da vontade popular, unanime. Uma alma ardente de desejos e ambições innominados animava a nação. Sentia-se a necessidade de um grande acto para conformar o baptismo da independencia.

Mas que acto? que façanha? que aventura? que empreza? Uns lembravam a conquista de Gibraltar, outros a de Granada aos mouros; mas o rei prudento, receiando nova guerra com Castella, optou por Ceuta: continuar o Algarve alem-mar; proseguir para o sul a guerra santa da reconquista.

Decidiu-se a expedição em 1415: tinha o infante D. Henrique 21 annos. Ordenou-se o armamento de duas esquadras, uma em Lisboa, outra no Porto. Para aqui veio o infante dirigir a equipação da frota logo em janeiro; e seis mezes bastaram para a ter concluida; pois enganar-se-hia muito quem julgasse os navíos d'esse tempo com as ideas posteriores ao seculo XVI quando estava aberto o periodo das grandes viagens. Então o navegar consistia ainda, segundo fôra desde os tempos mais remotos, em seguir ao longo das costas durante o dia, aportando a qualquer angra para pernoitar. Só o Mediterraneo se cruzava, deixando a terra a perder de vista; e por isso os pilotos e mareantes das Baleares, de Genova ou de Pisa tinham então o sceptro de navegadores. Para as armadas serviam os navios de pesca e de commercio, sem mais aparelho, porque tampouco a arte de combater no mar differia dos combates terrestres. Os navios eram simples transportes que eventualmente se transformavam em fortalezas fluctuantes. D'estes navios o maior era a náo barco porventura similhante ao falucho ou patacho da nossa navegação costeira e raras vezes de capacidade superior a cem toneladas. Eram os navios de commercio arvorados em transportes de guerra. D'esta especie armou e guar-

neceu D. Henrique no Porto vinte. Navegavam á vella e chamavam-lhes navios redondos em opposição á forma esguia das galés que andavam em regra a remo e eram o typo do navio de combate herdado da antiguidade. Galés armou o infante sete. Alem d'estes navios a que hoje chamariamos de linha completava a frota um numero incerto de barcos, variaveis e caravellas, navios de vella ou de remo, das companhas de pescadores e cujos fac-similes exactos se encontram ainda hoje pelas praias de Portugal. A caravella tão celebre na historia das primeiras descubertas africanas tem, quanto a mim, o seu representante fiel na falua ribatejana.

Na primeira semana de julho estava prompta a frota no Douro e d'aqui onde nos achamos podemos tambem evocar com a imaginação o quadro d'esses navios garridamente empavezados de balsões e estandartes multicolores onde aos symbolos heraldicos dos guerreiros se juntava o pavilhão tricolor do infante D. Henrique e a sua divisa que era ainda apenas uma promessa: *talent de bien faire*, arte de proceder com acerto. Já na escolha deste motto o infante dava a medida do seu genio futuro: nenhum capricho, nenhuma vaidade, nenhum amor: sómente a obediencia cega á *freima* que aínda inconsciente lhe ardia já no pensamento juvenil. Toda a chusma das galés e os marinheiros das náos vestiam as cores do infante. O irmão, futuro duque de Bragança, commandava uma das náos. As guarnições estavam todas a postos. Levantavam-se as ancoras. O dia era bello. No ar azul fluctuavam as bandeiras e de bordo de cada navio o som

rutilante das charamellas ecoava pelas encostas abruptas vestidas de pinhaes. Dos dois lados do rio que a frota descia apinhava-se o povo, desde os Guindaes até á Foz, desde Gaia até á Afurada, respondendo as trombetas de bordo com um trovão de acclamações.

No dia 20 chegou a esquadra a Lisboa; mas quando tudo estavam reunido e fixado para 23 o dia da partida, a rainha morreu de peste. Traço revelador da energia quasi deshumana d'este homem ainda na verdura dos annos, ainda vírgem dos amargores que retemperam a vida! Quando o rei víuvo fugia, doido de dor, para alem do Tejo; quando a bordo da esquadra todas as guarnições vestiam luto e os navios tinham arreado as bandeiras em signal de dó, o infante, esgazeado o olhar, enrugada a fronte, descaroavel o animo, foi a bordo, mandou vestir de gala as tripulações, mandou que as trombetas tocassem os hymnos de guerra, e que a esquadra partisse no proprio dia destinado: o dia seguinte ao da morte da mãe. Perante a gloria da empreza que importava uma mulher menos sobre o mundo? Se o seu coração sangrava, e talvez não sangrasse, comprimia-o seccando o sangue com a chamma que, abrazando-lhe o peito, lhe incendiava o pensamento. Nos 21 annos que contava conformava-se lhe já o animo por um modo que aos da sua geração parecia singularmente arredio. Tinha o aspecto temeroso. Fallava pouco se o irritavam, não rompia em colera, mas recolhia-se, amodorrando com uma mistura de desdem e ira concentrada que infundia quasi medo. Atribuia-se isto á energia da sua vontade indomavel e á complicação de pensa-

mentos que se lhe ennovelavam no cerebro. O retrato que chegou até nós, corroborado pelas descripções dos chronistas coevos, mostra-nos um homem feío, corpulento, ossudo com o cabello negro e duro, com a tez escura, a testa breve, o mento forte, e sobre a bocca rasgada um bigode negro, curto e farto. A phisionomia corresponde ao que sabemos do caracter.

Ceuta conquistou-se facilmente n'um só dia, o de 21 de agosto. Em Ceuta foi o infante armado cavalleiro, á volta o rei fel-o duque. Tres annos depois voltou a Africa. N'esses tres annos entre a primeira e segunda viagem de Ceuta está inscripto o periodo genesiaco do seu pensamento. A energia da sua vontade ia encontrar um adversario condigno. A chamma que lhe incendiava o peito ia ter um alimento duradouro e fecundo, tornando-se o clarão deslumbrante que havia de illuminar o mundo.

Em 1418 o seu plano estava evidentemente delineado. As suas idas a Africa, o que ouvira aos mouros, o que ouvia aos marinheiros da costa algarvia, a tradição da viagem ás Canarias pelos Pessanha em tempo d'el-rei D. Affonso IV, a lenda dos maghurinos de Lisboa, as tradições fantasticas das ilhas oceanicas, a noticia dos reinos doirados da especiaria que Marco Polo visitara, as lendas várias sobre o Preste João e as funebres descripções arabes do mar tenebroso que acabava em fogo, desfeito em nuvens: tudo isso se revolvia na mente do infante desvairando-a. Mais tarde, o livro da viagem de Marco Polo e os mappas que seu irmão Pedro lhe trouxe de Veneza, acabaram de o seduzir.

Atravez da sombra densa das chimeras,

apontava luminosamente um facto: era a existencia de um outro mundo, encantado, lá para Oriente... Como nas lendas celtas guardava-o a ferros um monstro: o musulmano, alastrado por toda a Africa setemtríonal. Seria impossivel exterminar esse dragão? Não havia de ser; e além d'isso o mar estava patente: dar-se-hia a volta a mundo. Era um erro suppor que o Cabo Não fosse o limite navegavel: já catalães tinham ido até ao rio do Ouro, já nós proprios tinhamos tambem ido ás Canarias. Mas quem dizia que, para alem, o mar tenebroso não era com effeito essa confusão cahotica de sombras e lodos ferventes com que o mundo acabava no dizer dos arabes? Quem assegurava que em vez de um cáos se havia de achar um continente regular e costeavel? Dizia-o, assegurava-o ao infante a sua fé. Adivinhava: por isso a estranheza esquiva e a seccura do seu genio, eram a consequencia necessaria de um dos aspectos que a idéa fixa imprime ao caracter dos homens.

Encontrada a empreza e formado o plano, mais esquivo, mais duro, mais absorvente ainda se tornou o genio do infante. Não consentindo o pae no proseguimento da guerra de Marrocos por extenuar o reino, via addiada essa primeira metade do seu plano; e contando com tempos breves mais propicios, entregou-se de corpo e alma á segunda. Consumia os dias, velava as noutes, estudando, indagando, alchymista de especie nova, os segredos da terra e do mar procurando extrair a pedra philosophal da Verdade geographica. A gente da sua caza, os marinheiros de Lagos, os fo-

rasteiros que chamava para volta de si eram os seus companheiros de cogitações incessantes n'essas praias do Algarve, d'onde para a esquerda se divisava Marrocos, para a direita o mar infinito e enygmatico. A pleiade dos primeiros navegadores, Zarco e Baldaya, Perestrello o genovez, Gonçalo Velho e Gil Eannes, Antão Gonsalves e Nuno Tristão, Lançarote e Gonçalo de Cintra, os Dias, Vicente e Diniz, mais Pedro, tambem de Cintra e Alvaro Fernandes, formavam-lhe a corte de especie nova: uma côrte amphibia sobre que pairava, nos confins austraes do reino, o genio que lhe havia de definir a missão e o destino glorioso.

Estes momentos de germinação de uma idea são sacrosantos. Pela primeira vez o genio do homem concebia, uma forma nova de Ideal, apprehendendo-a syntheticamente. A verdade scientifica, enxertando-se na fé religiosa excitava o espirito do Infante: era outra fé que surgia para o mundo.

Lagos, porto relativamente importante pelas suas pescarias e armação, parece não ter convindo ao Infante para ahi iniciar os seus trabalhos. Necessitava um logar que, por deserto, podesse ser absolutamente seu, e onde, nenhuns embaraços viessem estorvar a realisação dos seus multiplos planos. Ao sul de Lagos, a pequena distancia, encostada ás eminencias do Cabo de S. Vicente, abre-se a pequena bahia de Sagres, abrigado por uma peninsula que se alonga pelo mar, obra de um kilometro. N'essa lingua de terra cuja largura não excede meio kilometro, decidiu o Infante fundar uma villa sua, que fosse ao mesmo tempo um estaleiro, uma eschola

e um porto franco. Chamaram-lhe Terça ou Tercena, do italiano *Darcena;* elle queria que se chamasse a *villa do Infante.* Planeou, sem chegar a realisal-o, instalar ahi uma colonia de genovezes procurando attrahir para a sua villa, o commercio do Oriente cujo emporio de Ceuta fôra desfeito pela conquista de 1415. O ponto escolhido pelo Infante é o extremo absoluto das terras portuguezas e dizem no Algarve que por um singular effeito de conformação da terra se ouve ahi claramente o que a bordo dos navios, passando ao largo, vão falando as tripulações.

Instalada assim como náo ancorada na extrema praia portugueza a villa do Infante tornou-se o élo que soldava a antiga nação guerreira ao novo Portugal maritimo incipiente. Na sua eschola, cercado pela pleiade dos que iam ser seus primeiros cooperadores, o Infante colligiu os mappas e instrumentos, usados pelos mareantes mediterraneos: o astrolabio, a bussola, um chronometro rudimentar e as cartas de que alguns, n'um excuso de louvor indiscreto, attribuem a invenção ao proprio Infante. Completando esta parte do seu programma, de iniciar os seus companheiros nos segredos da navegação mediterranea, contractou o celebre Jaime de Maiorca, mestre dos cartographos baleares no ultimo quartel do decimo quarto seculo. Chamavam-lhe em Palma, *el Judio de las bonjulas*, para que ao desenhar dos mappas juntava a arte da falsificação dos instrumentos nauticos. Baptisado, trocou o nome judeu de Jafuda Cresques pelo de Jayme Ribes e de Palma partira para a corte do Rei Martinho do Aragão, cahindo em desgraça depois da

morte d'este que foi quando o Infante D. Henrique o contractou.

E' um absurdo suppôr, meus senhores, que alguma grande empreza humana nasceu jamais do pensamento individual d'um homem como ser mytho se pretende ter sahido Minerva da cabeça de Jupiter. O condão dos grandes feitos e o merecimento dos grandes homens está em advinharem as tendencias collectivas da sociedade em que se encontram e de imprimírem uma direcção nitida e firme ás forças dispersas, aos ensaios desencontrados dos tempos anteriores. Seria pois absurdo suppôr que pensamento e até o facto das navegações tivessem nascido abrupta e milagrosamente da idea do Infante. Não. Elle encontrou para todo o littoral de Portugal, colonias de mareantes e armadores, de negociantes e pescadores, que sobretudo á sombra das leis protectoras do tempo de El-rei D. Fernando, tinham tornado intensa a vida commercial maritima dos portuguezes. E essas proprias leis revelam que o movimento n'este sentido vinha desde muito longe. Póde dizer-se que acorda aqui, na região do Norte, quando Gelmires Bispo de Compostella contracta genovezes para a defeza do Minho contra as irrupções dos vikings normandos nos primeiros tempos da occupação arabe. A marinha militar é em Portugal coeva da fundação da monarchia, apparecendo-nos aliados os nomes de Affonso Henriques e Fuas Roupinho. Do tempo de Eduardo III de Inglaterra temos o tractado que os armadores do Porto e Lisboa fizeram com esse Rei para a pesca reciproca nos mares dos dois paizes. D. Diniz repetindo o exemplo

do Bispo de Compostella, contracta para almirante o genovez Peçanha. Os foraes registram abundantes testemunhas da importancia das pescarias nas costas e rios de Portugal. Por outro lado, se é um facto que a marinha portugueza antes e muito mais depois do tempo de D. Fernando, tinha uma importancia superior, não é menos verdade que as incursões pelo oceano não eram facto novo, nem até para nós proprios portugueses. Do tempo de Affonso IV resta a noticia de uma ou mais origens dos navios dos Peçanhas até ás Canarias. O Atlas catalão de 1375, o Portulano laurentino de 1351, o mappa trazido de Veneza pelo Infante D. Pedro, mencionam, além da costa africana até ao rio do Ouro já visitado de um modo com effeito obscuro e subjeito a impugnações, ilhas atlanticas que tem sido identificadas modernamente com os archipelagos da Madeira e dos Açores.

O valor e o alcance pois do emprego do Infante D. Henrique está em ter vindo no momento opportuno enfeixar e unificar essas tentativas anteriores n'um pensamento firme e comprehensivo sabendo aplicar d'um modo eficaz e pratico as forças reaes creadas n'um paiz que a situação geographica e as condições da politica peninsular tinham de impelir para a expansão ultramarina.

Instalado em Sagres, de 1418 a 1433 as expedições successivas enviadas contra a costa austral de Marrocos póde dizer-se que nenhum resultado importante consegue. São 15 annos em que por este lado as tentativas do Infante não provocam mais do que o riso dos invejosos

e a satisfação dos mal feridos pelo seu genio orgulhoso e esquivo.

Apenas, por accidente, logo no principio da empreza se descobre o archipelago da Madeira que todavia ficou sob o dominio da coroa, bem como o dos Açores no fim d'este periodo em 1432 pelo achado da Ilha de Santa Maria. Na costa africana não fôra possivel passar alem do cabo Bojador que a opinião geral considerava um *nec plus ultra*. Nada porem descoroçoava o animo do infante: nem a inutilidade das viagens africanas, nem o escarneo desdenhoso dos cortesãos, nem o abandono em que o pae o deixava e a oposição tenaz com que impedira tanto o progresso das emprezas marroquinas, como o plano que tivera de conquistar as Canarias. D. João I por cousa alguma d'este mundo queria levantar a sombra de um conflicto com Castella, depois da arriscada guerra de que saira rei.

*

Em 1433 D. João I morreu; e assim que D. Henrique viu sobre o throno seu irmão Duarte, o bom e passivo principe destinado ao martyrio, pesando sobre elle com toda a energia da sua vontade refreada por quinze annos de contrariedade começou por lhe extorquir a doação da Madeira. Ahi deu primeiro largas ao seu genio de colonisador. Iniciou as culturas novas da canna e da vinha e multiplicou as doações, coalhou a ilha de colonos algarvios, organisou o imposto, creando, completo em todas as suas faces, o primeiro typo moderno da Colonia de povoação. Não bastava, porém

isto para a febril impaciencia do infante. Facilmente o irmão lhe dera a Madeira; mais difficil porem era obter d'elle que se lançasse na temeraria empreza de Tanger. Vendo inutil a acção da sua eloquencia ardente, vendo colligados contra si ambos os irmãos D. Duarte e D. Pedro, D. Henrique não hesitou em lançar mão de todas as armas para conseguir os seus fins. Poz primeiro em campo a ingenuidade santa, a candidez quasi infantil do irmão menor D. Fernando que reclamava tambem para si uma outra Ceuta; e sendo baldados esses rogos seduziu a rainha promettendo-lhe para o filho que tinha no ventre a herança que desenhava magnifica á imaginação deslumbrada da cunhada. Nas afflicções do parto a rainha extorquiu de D. Duarte a annuencia á empreza de Tanger. Era em 1436, tres annos durou a teima persistente do infante até ver realisados os seus fins. Essa tragedia assim iniciada entre as dores de uma parturiente, as lagrimas anciosas do rei afflicto e depois os vagidos da infanta recemnascida provinha da fé dura e descaroavel de D. Henrique inacessivel ás hesitações de uns, ás afflicções de outros, aos raciocinios de todos. Tinham-no por desvairado? mas esse proprio desvairamento, signal certo do genio fatidico retemperado na vontade inquebrantavel, esmagava o querer incerto dos tibios e o gemer dolorido dos fracos.

Quando a expedição de Tanger partiu em Agosto de 1437 havia já tres annos que por fim Gil Eannes dobrava o cabo Bojador e que Baldaya fôra até ao Rio do Ouro. A' imaginação do infante apparecia-lhe toda a sua empresa, em ambas as suas faces, n'um horisonte

doirado de esperanças que a sua fé transformava em certezas. Havia de tomar-se a Africa! Havia de conquistar-se Marrocos! Todavia Tanger foi uma immensa catastrophe da qual para se salvar a si e aos restos do exercito teve de deixar em penhor nas mãos dos mouros o infante D. Fernando Isac sacrificado em holocausto ao designio fatidico de que o infante se sentia portador. Elle que não chorava uma lagrima perante o cadaver da mãe morta santamente, elle que não hesitara em explorar em seu proveito a fraqueza da rainha gravida e a afflicção do irmão passivo, como porque hesitaria em entregar aos mouros essa victima condemnada, se ella expontaneamente, estendendo os braços ás algemas pedia para si o martyrio? Era seu irmão? Era; mas os heroes abrazados pela chamma de uma paixão renegam a familia, conforme até prescrevem os textos sagrados: por mim esquecerás pae e mãe.

D. Fernando ficava nas mãos dos mouros em refens da promessa da entrega de Ceuta, promessa que D. Henrique fizera na idea de a não cumprir, com essa certeza do imprevisto que é propria dos homens de acção. De Tanger mandando os restos da expedição para o reino, foi elle a Ceuta, a ver se conseguia com milagres de astucia e arte salvar o irmão que sacrificava. Vendo perdidas todas as esperanças, sabendo que flagicios crueis o pobre irmão soffria nas vesperas de uma morte proxima, não é crivel que a deshumanidade de D. Henrique fosse a ponto de não sentir vararem-lhe a cabeça as estocadas do remorso. Passou então talvez a crise mais dura da sua vida.

Desesperado, no principio de 1438 veio encerrar-se em Sagres, fugindo á corte onde por seu lado o rei penava as dores do arrependimento. Depois de repetidas instancias, D. Duarte consegue avistar-se com o irmão em Portel, pensando obter d'elle o que todos lhe negavam: isto é, o conselho da entrega de Ceuta para resgate do irmão martyr. Em vez d'isso, porem, D. Henrique hirtamente funebre, diz-lhe com uma voz tremenda que arme outra expedição, que torne a assaltar Tanger. E voltou a fechar-se em Sagres. Era o mesmo que sellar a sentença de morte immediata do irmão captivo. Pouco depois em setembro D. Duarte finava-se de dor. Dois cadaveres, os cadaveres de dois irmãos jaziam por terra para cimento do edificio grandioso das descubertas portuguezas. Assim na India em Babylonia era uso, depois de abrirem as vallas onde se lançavam os fundamentos dos templos magnificos, lastrarem primeiro o solo com victimas humanas sobre que repousavam as fiadas de pedras cyclopias.

Ceuta não se entregou; mas o infante de quem antes o geral da gente ria, provocava agora o sentimento de reprovação e terror que a deshumanidade infunde sempre, ou até que é coroada pelo exito, transformando o reprobo em heroe.

O mallogro da sua empreza marroquina, o escasso proveito das viagens africanas, e o remorso pelas crueldades commetidas em vez de lançarem o infante no caminho do arrependimento, mais, cada dia mais lhe exacerbavam a paixão ardente que o devorava, rebellando-o contra a injustiça da sorte, contra o esqueci-

mento do Deus que tinha a peito servir contra o mundo accusador e hostil que o cercava. A extranheza do seu genio transformava-se n'uma hypochondria formal, a sua dureza n'uma misantropia systematica. Quem o observava parecia-lhe ver o espectro de um homem fundido em bronze. Só em Sagres, com os seus marinheiros que lhe traziam constantemente noticias dos paizes ignotos sobre que elle sentia ter lançado a garra leonina, só com esses e com o mar o seu espirito empedrenido travava relações, mais de pensamento que de palavras, nas longas horas de esperança tragica, debruçado sobre o oceano.

*

As viagens não cessavam, e á maneira que se repetiam augmentavam em amplitude, ganhando em importancia. Já as caravellas dos exploradores desciam com Diniz Fernandes e Antão Gonçalves até ao porto do Cavalleiro, em 1439; já Nuno Tristão voltára com um carregamento de escravos; já vinha ouro do golpho de Arguim; já os algarvios não riam das emprezas do infante pelo contrario todo o espanto era pouco para comtemplar esses typos singulares de creaturas dos paizes longinquos raças hybridas de mouros e negros que formam a transição ethnologica para as regiões da Negricia na baixa Guiné. Em 1444 forma-se em Lagos a primeira companhia ou syndicato de armadores para a exploração da costa africana e d'este modo o infante inventava um novo typo de exploração colonial para juntar aos anteriores. A frota da

companhia sob o commando de Lancerote regressou com um amplo carregamento de escravos; e quando na praia a cavallo o infante assistia á partilha dos captivos e em volta o povo contemplava boquiaberto a enormidade do resgate, D. Henrique, elle o mestre da ordem de Christo donatario dos territorios africanos, armando cavalleiro a Lancerote, era verdadeiramente rei de um novo reino: o negro reino das sombras onde os homens tinham essa côr, onde os sertões derramavam especiarias e os areaes ouro: imperio ignoto cujos confins se perdiam nos paramos mais distantes do mundo e cujas portas, vedadas a todos, eram esse mar immenso que vinha beijar-lhe os pés na praia de Lagos e de que fizera para si um conto cerrado, *mare clausum*.

Depois da primeira companhia de Lagos regista-se em 1445 a viagem de Diniz Dias que desce até á foz do Senegal; em 1446 a de Alvaro Fernandes que visita a Gorea e vae até ao Rio Grande e em 1447 a de Nuno Tristão que desce até ao rio Nuno. N'esse proprio anno largava de Lagos a frota da segunda companhia n'uma expedição mais importante, em que os navios do Algarve se juntavam a outros vindos de Lisboa, do Porto e da Madeira.

Mas antes, n'esse proprio anno de 1447, outras complicações distraiam o infante da sua idea fixa. Livre dos encargos e cuidados de familia porque os votos proferidos na milicia de Christo lh'a vedavam, repudiando as seduções communs do amor illicito porque para lhe abrazar o peito tinha uma paixão só: não podia, porem, esquivar-se por completo aos cuidados da regencia do Estado quando a morte

do infante D. João e o martyrio do infante D. Fernando lhe impunham a arbitragem na contenda armada entre o regente D. Pedro, e o duque de Bragança para a disputa da influencia no animo do rei creança Affonso V.

Em 1438, depois da morte de D. Duarte, viera de Sagres de fugida, compor a dessidencia entre D. Pedro, esse principe philosopho, e a rainha viuva regente. A revolução do anno seguinte deu o poder a D. Pedro e á rainha o exilio. D. Henrique absteve-se; mas em 1441 não poude deixar de acompanhar o regente a Traz os Montes para congraçar o conde de Barcellos que da contenda saiu feito duque de Bragança. Não ficou, porêm, submettido o poderoso bastardo de D. João I e logo que a regencia do irmão terminou, pela subida de Affonso V ao throno, o duque de Bragança entendeo chegada a hora da desforra. Com a elevação de Affonso V começa a guerra a D. Pedro que em 1447 se vê forçado a abandonar a corte recolhendo-se ao seu ducado de Coimbra. Essa tragedia ultimada ao cabo de dois annos em Alfarrobeira tem como primeiro episodio a supplica serena e grave que de Coimbra o ex-regente faz para o Algarve a seu irmão a fim de o vir aconselhar e socorrer.

Veio D. Henrique a Coimbra, mas era exactamente quando estava acesa a faina nos estaleiros de Lagos para o equipamento da segunda frota de Lancerote. Nem a afflicção, nem o remorso que lhe toldavam agora o espírito: nem a afflicção porque ao contrario a alma lhe nadava em esperança e contentamento; nem o remorso, embora

o seu desapego houvesse de ser causa da morte de um terceiro irmão, quando a sua temeridade victimara já os dois primeiros. Distraido, responde com evasivas a D. Pedro que lhe expunha candidamente a situação. Em quanto um, nas vesperas do fim, abria a sua alma imaginando impregnar com ella o sangue fraterno, o outro ouvia-o mal, impacientemente e em resposta nem lhe dava consolações, nem conselhos. As caravellas do Lancerote dançavam-lhe na idea carregadas de negros e de ouro. Partiu. O pobre regente viu-se abandonado, sentiu-se perdido; mandou ainda emissarios ao irmão pedindo-lhe que voltasse: elle limitou-se a recommendar-lhe prudencia.

N'um salto estava em Lagos. A frota de Lancerote largou. Com ella foi ordem do infante para que se levantasse em Arguim uma fortaleza e uma feitoria com que o seu imperio africano ancorasse de vez n'essas praias que elle nunca devia ver, mas que a obsessão permanente do seu espirito e as informações dos navegadores, avidamente recolhidas, rapidamente transportadas para os mappas lhe representavam fielmente á imaginação.

Que admira, pois, que em 1449 o infante se achasse no campo sacrilego de Alfarrobeira? que fosse testemunha visual do assassinato de D. Pedro levado ao extremo do desvairamento pelo abandono desapiedado em que o deixava? O rei era uma creança; a roda dos fidalgos que o cercavam nunca perdoava ao regente o querer introduzir ordem na administração do reino. Essa creança, esses fidalgos pretendiam realisar um reinado de façanhas guerreiras

em que os despojos das praças marroquinas desse a cada qual uma farta porção de saque a repartir. Não era o saque a ambição de D. Henrique: era a conquista; era a realisação final do plano mallogrado em Tanger. Não é de crer, pois que em seguida a Alfarrobeira o remorso o perseguisse como talvez succedeu antes. Então os cadaveres dos irmãos immolados afundavam-se n'uma sombra de desesperança quasi absoluta; agora o cadaver do regente perdia-se no deslumbramento de uma esperança doirada. Alem d'isso D. Henrique contava já cincoenta annos e os caracteres como o seu petrificam com a idade.

*

Já ninguem duvidava da importancia nem do valor das viagens africanas que davam brado no mundo. As caravellas portuguezas tinham fama universal: não havia melhores navios sobre o mar, dizia o italiano Cadamosto que veiu a Portugal contratar com o infante uma viagem de exploração. Partiu, em 1455, e foi até á Gambia; voltando em segunda viagem, cinco annos depois, com o seu conterraneo Antonio da Nola que descobria o archipelago do Cabo Verde ao tempo em que Pedro de Cintra corria toda a costa da alta Guiné até ao cabo da Verga. Ahi ficaram as descobertas do infante em Africa, na data da sua morte.

Dois annos antes d'ella, em 1458, já com sessenta e quatro annos, acompanhou o rei seu sobrinho á conquista de Alcacerceguer, prologo das emprezas do *africano*, e desforra da catastrophe de Tanger. Morria feliz no seu

cenobio de Sagres, em 13 de novembro de 1460, esse monge de especie nova que, na propagação da sua fé, na violencia da sua vontade, repete porem os typos anteriores dos sectarios como foi por exemplo S. Domingos de Gusmão, o terrivel exterminador dos albigenses. Morreu feliz, decerto, porque, morrendo, via o edificio dos seus sonhos, senão construido, que para tanto não bastava uma vida humana, levantado porem já fora dos alicerces desenhando-se á luz clara do dia, como realidade positiva. Arrancara ao oceano tres archipelagos e toda a costa atlantica da Africa superior até ao golpho da Guiné. A chegada ao Oriente estava segura, quer pelo mar, quer por Marrocos, cuja conquista, entregue o reino ao braço ferreo de um rapaz havia de consummar-se. Via os resultados positivos e completava com a sua imaginação agonisante a edificação magnifica a que faltava apenas pôr os remates.

Morreu decerto feliz; e todavia não passava de um sonho, nascido da ignorancia geographica dos tempos, a idea de relacionar a descoberta do Oriente com a conquista de Marrocos; não passava de outro sonho a esperança de que o sobrinho, conquistasse esse imperio e não esquecesse o mar; pois logo que o infante morreu, Affonso V absorvido pelas suas emprezas temerarias, poz de parte a prosecução da metade fecunda do plano duplo do grande homem. E foi só depois, ao chegar o dia da desforra de Alfarrobeira, com o reinado de D. João III, que se rematou a obra iniciada em Sagres, quando Azambuja se assenhoreou da Mina, Cão descobriu Angola e Bartholomeu

Dias dobrou o cabo a que o rei poz o nome de Boa Esperança. O pensamento germinado no ponto humilde da costa do Algarve, tivera em 1460 o termo da sua primeira expansão; depois ampliava-se á Africa inteira, para logo se estender ás Indias, e até aos confins do mundo, vindo Magalhães dar-lhe a volta, depois de Gama e de Colombo, em direcções oppostas, e terem descoberto, quasi inteiro na sua redondeza.

Taes foram as consequencias do pensamento creador do infante D. Henrique. São o facto supremo da historia moderna e por isso ao infante compete com justiça a corôa dos heroes. Não é, porem, só a descoberta do globo que estava em germen no seu pensamento: é ainda outra idea fecundissima que nos conferiu para sempre, a nós portuguezes, o titulo de iniciadores da colonisacão de terras extra europeas, desertas ou povoadas, barbaras, selvagens ou civilisadas. Cabe-nos a honra, e essa honra devemol-a ao infante e aos herdeiros do seu pensamento, de termos feito o catalogo completo das instituições coloniaes, pois todos os povos que vieram depois de nós, repetiram estas nossas descobertas, sem lhe juntarem um só traço, essencialmente novo. Achámos os typos todos na massa plastica de um genio dominador que parece termos perdido. Achou o infante para as ilhas desertas, com a transplantação de colonos contractados, a introducção de culturas industriaes exoticas, creando assim, na Madeira, principalmente, o primeiro typo das colonias de emigração. Restaurou da Antiguidade phenicia e grega os resgates com os indigenas nas costas africanas

e tambem o trafico dos escravos; restaurou por egual dos antigos o typo das colonias-feitorias, como a de Arguim, defendidas por uma fortaleza. Achou por fim o typo das companhias de navegação e commercio, como foram as de Lançarote, typo que, tendo iniciado a fortuna colonial da Inglaterra constituiu uma nação ainda viva, a Hollanda.

Não pára aqui o inventario das descobertas coloniaes portuguezas, embora acabe, com a morte, o quadro das invenções do infante. D. Affonso V para se isentar do trabalho das navegações, celebrou os conhecidos contractos de Fernão Gomes para a descoberta e exploração da Guiné, e esses contractos são o typo das concessões com delegação de soberania, especies com a qual a Inglaterra levantou o edificio extraordinrio do seu imperio da India. D. João II instituiu no Casamança e no Congo os primeiros protectorados sobre estados indigenas, typo agora seguido por todos, por inglezes, por hollandezes, por francezes nos seus dominios de terras povoadas de raças inferiores. Instituiu mais no proprio Congo a colonisação pelas missões, e em S. Thomé as colonias penaes, ou colonisação por degredados. E finalmente, quando o Oriente era nosso, os prazos em Moçambique, e os direitos dos casados de Goa, inventados por Albuquerque, crearam typos novos de instituições destinadas a fixar os immigrantes cruzando-os com as populações indigenas.

Se o pensamento do infante, avassallando tudo, se tornou a propria alma portugueza no seculo de ouro da nossa vida historica tendo em si a visão do mundo ignoto, tinha com

ella tambem a idéa clara, a idea pratica, dos modos de o dominar, reger e fecundar. Poderá alguem contestar a razão e o orgulho com que agora, quando nos resta apenas memorar tempos transactos, lhe fazemos a apotheose ? Não.

Todavia ha quem levante a sua ferula de pedagogo para castigar o homem por não ter sido bom, o que é verdade ; attribuindo-lhe porem ás acções, motivos determinantes que somente provam o acanhamento das vistas dos criticos detractores, e a sua ignorancia do que é a natureza humana, esse mixto indeterminavel de sombra e luz, de grandeza e mesquinhez.

Accusam o infante de ter sido apenas um avarento ambicioso que «aproveitou a sciencia e a actividade maritima dos portuguezes, já assaz firmada, para o simples reconhecimento de um bocado de costa africana» ; accusam-no de ter estabelecido a escravidão, como se ella não fosse ainda no seculo XV um facto geral em toda a Europa ; accusam-no de ter convertido tudo em monopolio proprio. Esse homem, tão desapiedadamente cruel para com os seus, obedeceria unicamente ao instincto e á violencia de um egoismo obscuro e abjecto. Ora esse homem a quem os votos impediram de ter familia e formar casa, e que portanto não podia ser desvairado pelos motivos naturaes tantas vezes predominantes ; esse homem que não era um avaro, nem um perdulario, que não era um sybarita nem um vaidoso, que vivia como um monge no seu cenobio de Sagres, sem luxo, sem côrte, sem ostentação nem galas : como póde admittir-se que obedecesse a motivos de um egoismo estreito, quando tinha uma vida quasi de asceta, e quando

não tinha em volta de si familia a quem legar as riquezas accumuladas? D. Henrique não era, como seu irmão o conde de Barcellos, um duro e ávido fundador de casa: a esse sim, a esse pódem applicar-se as criticas formuladas contra o Infante, a D. Henrique nunca, pois são inconsequentes. Era duro, era practico, era imperioso, mas todos estes traços de caracter, em vez de os pôr ao serviço de um egoismo obscuro, votára-os á missão magnifica, ceara fecundissima, cujas messes teriam por herdeiros Portugal, a humanidade.

Era sêcco, era deshumano, mas, embora seja triste dizel-o, são estas as qualidades ou os defeitos inherentes ao avassallamento de um cerebro por uma idéa, e á necessidade cruel da victoria na lucta com os homens. Quem sabe como foi Cesar, segundo Suetonio o pinta, quem leu em Plutarcho a vida de Alexandre e nas suas prorias cartas a de Albuquerque ou a de Napoleão nas chronicas e memorias infinitas com que se lhe tem desenhado o retrato: reconhece logo que a caridade bondosa, a humanidade affectiva são causas certas de ruina para a acção practica da vida, embora sejam penhores seguros de victoria duradoura no espirito da gente agradecida. A santidade é em regra quasi sem excepção o pólo opposto do heroismo. E quem, no decurso d'esta propria vida que acabâmos de percorrer, comparar as physionomias candidamente boas de D. Duarte e D. Fernando, ou o aspecto luminosamente claro de D. Pedro, com a feição terrivel de D. Henrique, verá logo a exactidão humana d'estas observações. A acção tem de ser descaroavel; só á contemplação é dado ser logica ou

boa. O que uma tem de efficaz, tem a outra de poeticamente sublime.

E qual valerá mais: o heroismo ou a bondade? O carinho ou a energia? Pergunta ociosa, porque no grande côro que os homens vão cantando épicamente atravéz dos tempos são indispensaveis todas as notas. A acção é a fé sem a qual se não levantam montanhas. A bondade é o perfume doce sem o qual a vida seria insoffrivel. O proprio egoismo é o constructor da riqueza; e até os nescios, quando são innocentes, teem o seu papel na orchestra, dando realce e pondo em relêvo as qualidades eminentes dos homens.

Entre os heroes devorados por uma fé, e votados a uma acção desapiedada, reunindo em si á ancia do propagandista a energia do conquistador, figura o Infante D. Henrique, mais ainda pelas consequencias incomparaveis dos seus designios, mais ainda pelo caracter precursor do seu heroismo do que pelo resultado effectivamente immediato da sua façanha. Não ha portanto apotheose mais justa, nem mais cabida, pois se um Henrique foi o fundador d'esta nação outro Henrique veiu, tres seculos depois, abrir-lhes as portas da immortalidade.

Tenho dito.

INDICE

INDICE

PAG.

Navegaciones y descobrimientos de los portuguezes, anteriores al viaje de Colon, *confer. de Madrid* 1

Appendices:

A. A geographia no correio do seculo XV..... 47

B. A lenda do preste João nas chronicas portuguezas..... 59

C Mestre Jayme-o-mayorquino..... 69

D. As publicações portuguezas no centenario colombino..... 71

E. As instituições coloniaes portuguezas..... 84

Indice chronologico e geographico das descobertas maritimas dos portuguezes..... 117

A jornada d'Africa (1580)..... 149

O infante D. Henrique..... 185

UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL
00039927320